CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL: ESTUDO DE CASO COM CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ESTRELA/RS

Hélio Miguel Schauren Junior

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – Mestrado, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Dra. Jane Mazzarino
Co-orientador: Dr. Renato Oliveira

Lajeado, agosto de 2008

Data da defesa: ___ / ___ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus por todas as coisas boas e oportunidades que tem me proporcionado.

Necessário se faz o reconhecimento e sinceros agradecimentos à minha Orientadora, Professora Doutora Jane Mazzarino por toda a luz, companhia, paciência, serenidade e auxílio a mim dirigidos durante esta caminhada. Professora Jane, meu muito obrigado por todas as orientações e lições repassadas.

Ao meu Co-orientador Professor Doutor Renato Oliveira pelo carinho e atenção dispendidos e valiosas dicas repassadas durante a qualificação do Projeto de Pesquisa.

Aos meus colegas e professores da 1ª Turma do Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES, turma excepcional, precursora, sedenta por conhecimento e infinita em sua camaradagem e coleguismo.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da UNIVATES incansáveis na busca por garantir o melhor e mais propício ambiente para a consecução dos nossos objetivos científicos.

Aos professores e bolsistas do Projeto de Pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari/RS pelos bons momentos de estudo e prática compartilhados.

A todos os nossos informantes, os quais tiveram importância crucial em nossa pesquisa dividindo parte do seu tempo e universo de vida conosco.

Aos funcionários da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico de Estrela por toda atenção e auxílio, sem os quais não seria possível a consecução deste trabalho científico.

Aos colegas de farda da Brigada Militar, em especial aos majores Álvaro de Medeiros e Vinícius Renner Galvani pela compreensão e incentivo à realização deste trabalho.

Por fim agradeço à minha amada esposa Bianca e aos meus pais, Hélio e Isaura, por todo Amor e Dedicação incondicionais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O pessimismo da razão não deve desautorizar o otimismo da vontade, ainda que seja apenas para que a fortuna se cumpra de modo mais virtuoso: para que possamos viver com a disposição cívica que somente a esperança propicia. E para que possamos formular juízos mais justos quando observamos a realidade da violência entre nós." (SOARES, Luiz Eduardo Soares, 1993, p.7).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

RESUMO

A partir do aprofundamento dos conceitos de Estado, sociedade civil e cidadania, analisamos a implementação da política pública Programa Brasil Joga Limpo, voltada aos catadores de resíduos sólidos, que foi adotada pelo município de Estrela/RS. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar sua repercussão nas condições qualitativas de vida desses atores sociais, seus processos de inclusão e exclusão social diante da violência estrutural, tendo como pano de fundo o contexto socioambiental local. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo. Para esta análise foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa empírica junto aos atores político-sociais que participam da realidade em estudo, quais sejam: ex-catadores, hoje funcionários concursados que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo (UTL) do Município; catadores abrangidos pelo programa que trabalharam na UTL; catadores individuais abrangidos pela política pública do município e catadores de resíduos sólidos que não são abrangidos pelo programa. Foram ainda entrevistados os responsáveis pelo Programa Brasil Joga Limpo no Município. Como resultado, da análise comparativa entre os grupos de catadores e sua interação com o Poder Público Municipal, observou-se que a política pública adotada reflete-se em menor violência estrutural entre os profissionais que hoje trabalham como funcionários municipais na UTL, os quais apresentam as melhores condições de acesso à cidadania, o que não acontece da mesma forma nos demais grupos pesquisados, que atuam de forma autônoma no ofício da catação.

PALAVRAS-CHAVE: Catadores. Resíduos Sólidos. Políticas Públicas. Violência Estrutural. Cidadania.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ABSTRACT

With effect from the development of concepts of the State, civil society and citizenship, we analyze the implementation of public policy Brazil Plays Clean Program, dedicated people who collect solid waste, which was adopted by the city of Estrela/RS. General objective is to analyze its effect on quality of live conditions these social actors, their processes of inclusion and social exclusion in the face of structural violence, against the backdrop of the socio local context. This is an exploratory study and descriptive. This analysis was performed a literature search and empirical research with the political and social actors involved in the study of reality, which are: ex-collectors, today the officials working in the plant for the treatment of waste of the city; collectors covered by the program who have worked in plant for the treatment of waste; collectors individual covered by the public policy of the city and collectors of the solid waste that are not covered by the program. They were also interviewed those responsible for the Brazil Plays Clean Program of the city. As a result, the comparative analysis between the groups of collectors and its interaction with Public Power of the city, it was observed public policy adopted is reflected in lower structural violence among professionals who work today as municipal officials in the plant for the treatment of waste, which have the best conditions of accesses to citizenship, which not happen the same way the other groups surveyed, that act autonomously in the form of trade of collectors.

KEYWORDS: Collectors. Solid Waste. Public Policy. Structural Violence. Citizenship.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Quadro de objetivos e procedimentos metodológicos..... 55

TABELA 02 – IDESE: comparativo estatístico entre Estrela e Rio Grande do Sul..... 67

TABELA 03 – Calendário da coleta seletiva no município de Estrela/RS..... 70

TABELA 04 – Síntese comparativa categoria meio ambiente..... 134

TABELA 05 – Síntese comparativa categoria resíduos sólidos..... 134

TABELA 06 – Síntese comparativa categoria catação..... 135

TABELA 07 – Síntese comparativa categoria participação comunitária..... 136

TABELA 08 – Síntese comparativa categoria Brasil Joga Limpo..... 137

TABELA 09 – Síntese comparativa categoria cidadania e violência estrutural..... 138

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS..... 16

1.1 Da formação do Estado: revisitando conceitos..... 16

1.2 Sociedade civil: ponto de equilíbrio democrático..... 22

1.3 Cidadania: do direito a ter direitos à Ecocidadania..... 27

1.4 Perspectivas para novas relações entre Estado e sociedade civil..... 33

1.5 Violência estrutural e políticas públicas: possibilidades de cidadania..... 39

1.6 Políticas Públicas e responsabilidades partilhadas..... 44

2 METODOLOGIA..... 48

2.1 Procedimentos técnicos..... 52

3 CONTEXTUALIZAÇÃO..... 58

3.1 A situação dos resíduos sólidos no Brasil..... 58

3.2 Os Catadores de resíduos sólidos no Brasil..... 63

3.3 O município de Estrela e a coleta seletiva..... 65

4 ESTUDO DE CASO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE..... 74

4.1 A política pública desenvolvida em Estrela..... 75

4.2 Os Catadores de Estrela..... 110

4.2.1 Catadores autônomos não abrangidos pelo programa (CNP)..... 110

4.2.2 Catadores autônomos abrangidos pelo Programa (CAP)..... 115

4.2.3 Catadores que trabalharam na UTL, abrangidos pelo Programa (CTU)..... 122

4.2.4 Ex-Catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo (UTL)..... 127

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 140

REFERÊNCIAS 147

APÊNDICES..... 154

Apêndice A - Questionário responsáveis R..... 155

Apêndice B - Questionário grupo CAP..... 156

Apêndice C - Questionário grupo UTL..... 157

Apêndice D - Questionário grupo CTU..... 158

Apêndice E – Questionário grupo CNP..... 159

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

INTRODUÇÃO

A partir dos conceitos de Estado, cidadania, sociedade civil e violência estrutural propomo-nos a compreender as bases locais da interação social, política e econômica entre os seres humanos e o seu meio ambiente, a partir do estudo empírico dos catadores de resíduos sólidos, vinculados ao programa federal adotado como política pública local pelo município de Estrela, no Rio Grande do Sul, chamado Brasil Joga Limpo.

Investigar e refletir sobre as concepções e conceitos de Estado e cidadania obriga a refazer um caminho histórico-conceitual acerca da organização da sociedade, seu desenvolvimento antropológico, político e social. Conforme Gorczevski (2005) a cidadania, na antiga Grécia, era privilégio apenas de um seleto grupo social e dirigente, os quais possuíam o direito de participação política, situação esta também presente na Roma antiga. Na sociedade global resquícios deste privilégio se explicitam em situações de exclusão social e violência estrutural, apesar do desenvolvimento econômico e tecnológico experimentado.

O Estado, através de suas estruturas e poderes, atua diretamente na vida dos cidadãos, sendo responsável pelo regramento e desenvolvimento das melhorias nas condições de vida da população. Tal atuação estatal se dá a partir das políticas públicas, instrumentos que deveriam estar voltados a aliviar as tensões sociais, diminuindo as diversas formas de exclusão e promovendo a melhoria substancial da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, esta ainda é uma realidade a ser alcançada.

A violência estrutural se faz presente junto ao grave problema socioambiental causado pela geração excessiva de resíduos sólidos e seu insuficiente ou, em muitos casos, inexistente gerenciamento. O aumento vertiginoso do consumo e o descarte inapropriado relacionam-se

diretamente ao crescimento populacional desordenado e excludente experimentado hoje em nível global. Somente o Brasil desperdiça, pelo menos, 9,5 milhões de toneladas de material reciclável e 14 milhões de toneladas de alimentos por ano (Boeira *et al*, 2006). Este quadro, somado à disposição e o manejo incorretos do lixo, representa riscos à saúde e a qualidade de vida, principalmente às pessoas que tratam diretamente com o lixo, como os catadores, e as populações que moram próximas às áreas de disposição final.

Em contrapartida, a coleta seletiva e o manejo adequado dos resíduos, além do aspecto de sustentabilidade ambiental, possuem efeitos diretos no âmbito socioeconômico, na medida em que representa um mercado de trabalho e geração de renda, propiciando oportunidades à melhoria da qualidade de vida.

Segundo publicação científica oficial do Ministério das Cidades são desconhecidos estudos acerca de avaliação com acompanhamento sistemático da melhoria da qualidade de vida de populações, a partir da melhoria do sistema de limpeza pública (OPAS, 2003).

No município de Estrela a última contabilização acerca do número de catadores na cidade, realizada em 2005, atingiu um total de 123 trabalhadores informais (Estrela, 2005i), porém segundo relatado nas entrevistas estima-se que existam mais, pois são encontrados nas ruas muitos catadores não cadastrados pela Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Os catadores de materiais recicláveis foram escolhidos como objeto de estudo diante da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, ficando a mercê dos efeitos da violência estrutural. Compreendemos vulnerabilidade social como variável negativa resultante entre a disponibilidade de recursos dos atores sociais e o alcance das ações operadas pelo Estado através de seus instrumentos, representados pelas políticas públicas.

Neste sentido, optamos por analisar a efetividade do programa Brasil Joga Limpo que foi adotado pelo município de Estrela como instrumento político e socioambiental voltado aos catadores de resíduos sólidos e a comunidade local. Inicialmente projetado pelo Poder Público local, no ano de 2001, propunha um projeto para ampliação da infraestrutura da Usina de Tratamento de Lixo (UTL), implantação do plano integrado de gerenciamento de resíduos sólidos e implementação da coleta seletiva com a valorização dos catadores do município.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Além da implementação da usina e do trabalho com os catadores, o Programa Brasil Joga Limpo apresenta também a criação e execução do Fórum Municipal Lixo e Cidadania, o qual constitui-se no grupo de trabalho responsável pela articulação de apoios e facilitador de ações voltadas para a problemática socioambiental dos resíduos sólidos (Brasil, 2003). Os fóruns, em sua concepção, devem servir como espaço de discussão entre os atores envolvidos buscando apontar os problemas, discutir e articular as possíveis soluções acerca do contexto.

O Programa Brasil Joga Limpo é uma política pública fruto da parceria entre governos federal e municipal, que tem o objetivo de promover a inclusão dos catadores no processo de cidadania, fazendo frente à violência estrutural, observada a partir das condições de vida e atividades desenvolvidas com e pelos grupos estudados. Os objetivos da política pública socioambiental adotada pelo município de Estrela junto aos catadores consistem na superação coletiva das dificuldades mediante a organização das famílias; na garantia do acesso aos serviços de atenção básica e melhoria das condições de saúde educação, habitação e trabalho; no resgate da auto-estima e na convivência familiar e comunitária, visando evitar situações de vulnerabilidade social; na diminuição do analfabetismo e da evasão escolar; na melhoria das condições de trabalho e erradicação do trabalho infantil; na promoção de atividades voltadas à mudança de atitudes, melhorando as condições sanitárias, de saúde e a preservação do meio ambiente.

Diante desta realidade buscamos investigar “se” e “como” a política pública socioambiental, adotada pelo município, em relação aos catadores de Estrela, promove a cidadania, auxiliando no combate à violência estrutural.

Assim, o objetivo principal de nossa pesquisa consiste em analisar a implementação de uma política pública federal em âmbito municipal voltada aos catadores de resíduos sólidos, avaliando sua repercussão nas condições qualitativas de vida desses atores sociais, verificando seus processos de inclusão e exclusão social diante da violência estrutural, tendo como pano de fundo o contexto socioambiental local. Para tanto procuramos atingir ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa os seguintes objetivos específicos:

a. Contextualizar a situação dos catadores de resíduos sólidos domésticos e o Programa Brasil Joga Limpo em Estrela;

b. Identificar quais significações os catadores produzem na relação entre seu fazer e as questões ambientais;

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

c. Investigar se a política pública adotada está resultando na formação de sujeitos autônomos e participativos;

d. Analisar como o programa adotado como política pública atua em relação à violência estrutural e sua influência nos grupos catadores.

Optamos pela pesquisa qualitativa realizada a partir do estudo comparativo entre catadores de resíduos sólidos em diferentes situações de trabalho: ex-catadores que trabalham na Unidade de Tratamento de Lixo (UTL) mantido pela administração municipal; catadores que trabalharam na UTL abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo e que agora atuam como catadores individuais ou em outras profissões (CTU); catadores individuais abrangidos pelo mesmo programa (CAP) e catadores individuais não abrangidos pelo programa (CNP). Para tanto tomamos como base a interrogação sistemática, conforme propõe Bourdieu (1989), incluindo também os acasos que fazem parte da pesquisa de campo, dado o caráter de constante mudança da dinâmica realidade social.

Como procedimentos técnicos adotamos a pesquisa bibliográfica e o uso de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas relacionadas com nossos objetivos. Realizamos 16 entrevistas com os catadores em seus locais de trabalho, residências e durante a catação, o que propiciou uma observação apurada de sua realidade. Já a análise dos dados foi realizada de acordo com a técnica de análise de conteúdo, sendo os dados tabulados manualmente e as categorias analíticas construídas a partir da análise das entrevistas. Também entrevistamos representantes do poder público, especialmente os atores envolvidos com o Programa Brasil Joga Limpo.

No primeiro capítulo traçamos as perspectivas teóricas sobre as variáveis que permeiam a nossa pesquisa. Sabemos que as questões de direitos e deveres foram historicamente condicionadas e deliberadas pelo Estado, que recebeu a incumbência de legislar, dirigir, fiscalizar e executar as regras de convívio entre os seres humanos. A importância da discussão da gênese do Estado, sociedade civil e do conceito de cidadania está em compreender a organização e dinâmicas da sociedade contemporânea. Além disso, trabalhamos o conceito de violência estrutural e os instrumentos estatais de combate consubstanciados nas políticas públicas.

Assim, analisamos as formas estatais pré-modernas, acompanhando conceitualmente o desenvolvimento do modelo de Estado moderno – nas suas formatações liberal e, após, social

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

a fim de compreender quais as principais características e diferenças apresentadas pelo Estado Democrático de Direito, adotada pela Constituição Federal, cujos principais pilares são os direitos fundamentais e o regime democrático.

Levando-se em conta que a noção de Estado passou a acompanhar a história da civilização, na medida em que, genericamente, é possível entendê-lo como uma forma de organização social e política da comunidade, estudamos também o conceito de sociedade civil e suas características principais como importante instrumento de equilíbrio e democratização, tendo em vista seu caráter de resposta concreta à presente crise civilizacional experimentada.

Uma das faces desta crise apresenta a violência estrutural, fenômeno social que pode ser definido como uma forma de violência camuflada, que sobrevive no âmago dos sistemas sociais e políticos, através do oferecimento de oportunidades desiguais aos seus membros, privando destes indivíduos a possibilidade de satisfazerem necessidades básicas. Desta forma, buscamos demonstrar que o combate à violência estrutural requer, em primeiro lugar, a conscientização de sua existência e, conseqüentemente, a implementação e avaliação de políticas públicas que promovam intervenções efetivas, com a participação social.

No segundo capítulo apresentamos a metodologia qualitativa de pesquisa adotada. Ou seja, o caminho percorrido e os instrumentos utilizados durante a pesquisa visando a consecução dos objetivos propostos. O terceiro capítulo trata da contextualização dos resíduos sólidos no Brasil, bem como a situação dos atores que trabalham diretamente no ofício da catação. Em âmbito local traçamos a realidade do município de Estrela/RS, suas características socioambientais, econômicas e a atividade dos catadores locais. Além disso, o capítulo traz a pesquisa sobre o desenvolvimento do Programa Brasil Joga Limpo no município de Estrela, desde sua adoção e implementação como política pública municipal. O quarto capítulo compreende o trabalho empírico, de campo, realizado no município de Estrela.

Desta forma, através da análise e discussão teórica e da investigação empírica, propomo-nos a aclarar a política pública socioambiental voltada aos catadores e adotada pela Prefeitura Municipal de Estrela, para compreender se faz frente à violência estrutural que permeia as condições de vida dos atores dos grupos estudados, refletindo-se na construção da cidadania dos catadores. Este estudo pode contribuir com as pesquisas voltadas à busca pelo conhecimento na área da sociologia ambiental e na compreensão das realidades sociais e das políticas públicas estatais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

As questões de direitos e deveres foram historicamente condicionadas e deliberadas pelo Estado, que recebeu a incumbência de legislar, dirigir, fiscalizar e executar as regras de convívio entre os seres humanos. A importância da discussão da gênese do Estado, sociedade civil e do conceito de cidadania está em compreender a organização e as dinâmicas da sociedade contemporânea, bem como reconhecer a existência da violência estrutural e os instrumentos à disposição do Estado para o seu combate: as políticas públicas.

1.1 Da formação do Estado: revisitando conceitos

A humanidade desenvolveu-se e organizou-se a partir de modelos criados pelas sociedades conforme as peculiaridades do espaço tempo. Entender as transformações nos modelos estatais requer uma leitura complexa e sistêmica que desvele as características de cada época, bem como as causas das mudanças e do desenvolvimento político. Conhecer a gênese do Estado mostra-se como requisito central para entender a moderna organização política, social e econômica do nosso tempo.

Bobbio delimita o estudo sobre a gênese do Estado da seguinte forma:

> [...] sejam quais forem os argumentos pró ou contra a continuidade de uma organização política da sociedade, a questão de saber se o Estado sempre existiu ou se se (sic) pode falar de Estado apenas a partir de uma certa época, é uma questão cuja solução depende unicamente da definição de Estado da qual se parta: se de uma definição mais ampla ou mais estreita. A escolha de uma definição depende de critérios de oportunidade, e não de verdade (2001, p. 69).

Estudiosos contemporâneos como Streck e Bolzan, diante do manancial de teorias que buscam a explicação para o surgimento e desenvolvimento do Estado, lembram que:

> [...] várias teorias tentam explicar e justificar a origem do Estado. Com efeito, além da perspectiva contratualista – mais em voga – poderiam ser mencionadas outras vertentes de explicação da origem do Estado e do poder político que não esse "consenso contratualista", tais como a de Augusto Comte (a origem estaria na força do número ou da riqueza), a de algumas correntes psicanalíticas (a origem do Estado estaria na morte, por homicídio, do irmão ou no complexo de Édipo), a de Gumplowicz (o Estado teria surgido do domínio de hordas nômades violentas sobre populações orientadas para a agricultura) (2000, p. 30).

Podemos determinar três teorias sobre à época de surgimento do Estado. A primeira reúne autores que sustentam que o Estado enquanto sociedade política "existiu sempre, pois desde que o homem vive sobre a terra acha-se integrado numa organização social, dotada de poder e com autoridade para determinar o comportamento de todo grupo" (Dallari, 1998, p.52-53). Porém, neste aspecto pode-se observar a crítica de Azambuja para o qual "há um evidente equívoco em identificar a origem da humanidade com a origem do Estado" (1980, p. 98). O mesmo autor identifica como segunda linha de pensamento aquela fundamentada por boa parte dos autores, que propugna a inexistência do Estado num determinado período de tempo, não havendo uma formação concomitante do Estado pelo mundo: este foi aparecendo de acordo com as condições concretas de cada lugar.

Pallieri afirma que a "palavra Estado pode ser entendida num sentido vago e genérico, de modo a compreender qualquer forma de convivência política dos homens, desde as hordas barbáricas à *polis* grega, ao império romano e às actuais comunidades estaduais" (1969, p. 13-27). Observe-se que a dificuldade de expressão e determinação do conceito de "Estado" fez com que o escritor buscasse uma concepção mais atual de Estado, apropriando-se de termos pós Revolução Francesa, designando-o também por "Estado moderno". Para Pallieri (1969) o nascimento do Estado dotado de soberania, indicando a organização do mundo ocidental em Estados, teria como data oficial o ano de 1648, marcado pela assinatura da Paz de Westfália.

> Depois da consolidação dos Estados nacionais e da resolução dos conflitos referentes à distribuição do poder interno, que passou a pertencer ao rei, os soberanos passaram a se reconhecer mutuamente e a se encarar como iguais. Neste contexto, um grande acordo é firmado, em 1648, entre a maioria dos países europeus, conhecido como a Paz de Westfália, que reconhecia a igualdade e a soberania dos governos. De acordo com Westfália, os governos eram soberanos e iguais por *fiat* jurídico. O Tratado de Westfália conseguiu manter o equilíbrio mundial até o início do século XX, todavia, o aumento das desigualdades e a expansão do comércio internacional, contribuíram para a decadência do acordo, que acabou resultando na Primeira Guerra Mundial (Ariosi, 2004).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Após todo um processo de transformação e transição religiosa, de guerras e conquistas políticas, com avanços estruturais, nasce a moderna consolidação do Estado tal como hoje o concebemos, isto é, o Estado soberano. Ou seja, este não se subordina a outro, não admitindo que haja outro poder igual dentro de sua esfera territorial de domínio. Assim, parte-se para a análise da gênese do regime estatal e a evolução do conceito de cidadania. Importa desenvolver uma genealogia dos principais regimes estatais, iniciando com o Estado de Direito, Estado Social de Direito, Estado Democrático até chegarmos ao regime consolidado no Brasil pela Constituição Federal de 1988, qual seja o Estado Democrático de Direito.

O Estado de Direito constitui-se em um conceito liberal tendo como características a submissão ao império da lei, a divisão de poderes e o enunciado e garantias dos direitos individuais. Ou seja, em teoria, o Estado liberal garante aos cidadãos, através dos direitos advindos da atuação do mesmo, a liberdade (Silva, 2002).

Os teóricos liberais, seguidores de Locke, Montesquieu, Russeau e Kant, segundo Gorkzevski (2005), afirmam que a liberdade é o elemento principal no combate à desigualdade e injustiça social. Segundo Vieira (2005) para o regime liberal a relação entre direitos e obrigações consistem em um contrato, o qual gera uma reciprocidade lógica: cada direito possui em correspondência uma obrigação. O Estado deveria tão somente garantir a segurança à vida e a qualidade de vida dos cidadãos, eis que os demais interesses privados seguem regras de mercado. Segundo o mesmo autor “pela lógica liberal os indivíduos estão competindo entre si” (2005, p. 1281), concorrência esta que produz vitoriosos e derrotados, dando origem a desigualdade social.

Porém, certas concepções deformaram o Estado de Direito, tendo em vista a possibilidade de interpretação e conceituação do vocábulo “direito”. Assim, as deformações acabaram por suprimir o liberalismo, bandeira maior deste regime, tornando-o incompatível com as sociedades democráticas, abrindo espaço para a criação de concepções totalitárias de Estado:

> [...] fundamentou a concepção do Estado fascista: ‘totalitário e ditatorial em que os direitos e liberdades humanas ficam praticamente anulados e totalmente submetidos ao arbítrio de um poder político onipotente e incontrolado, no qual toda a participação popular é sistematicamente negada em benefício da minoria (na verdade da elite) que controla o poder político e econômico (Días apud Silva, 2002, p. 113).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para os teóricos positivistas, como Kelsen, os conceitos de Estado e Direito são sinônimos. Para o filósofo alemão todo Estado é um Estado de Direito, transformando este regime em um simples Estado Legal ou jurídico. Neste sentido nota-se uma idéia formalista de Estado de Direito, onde o Direito é concebido apenas como a letra da lei, descompromissado com as realidades políticas, econômicas e sociais, o que serve também para fins ditatoriais (Silva, 2002). Podemos dizer que o Estado liberal é, fundamentalmente, um Estado ordenador, voltado à organização e limitação do poder.

A busca pela realização dos anseios sociais, corrigindo o individualismo e a neutralidade do liberalismo, denota a transformação do Estado de Direito em Estado Social de Direito. A sua principal característica assenta na compatibilização do capitalismo e a consecução do bem estar social (Silva, 2002). Os regimes constitucionais ocidentais demonstram sua característica de Estado Social de Direito quando começam a definir em suas constituições capítulos voltados a direitos econômicos e sociais. Assim, o Estado passa de uma postura liberal, mínima, a assumir uma postura social, ou positiva, na medida em que começa, por exemplo, a regular as relações de trabalho e auxiliar os desamparados. Ocorre que, para tanto, apenas legislar sobre questões sociais não se mostra suficiente, sendo necessário, então, que o Estado invista, efetivamente, em políticas públicas, no intuito de concretizar os chamados direitos fundamentais sociais: educação, saúde, lazer, trabalho, moradia, previdência social, segurança etc.

Apesar do Estado Social de Direito indicar um regime que tende a criar uma situação de bem estar geral, que garanta o desenvolvimento de seu povo, esta concepção ainda mostra-se insuficiente e ambígua, tendo em vista a dificuldade de compreensão do termo “social”. Assim, todas as ideologias podem se revestir de uma roupagem social, principalmente pela figura central do Poder Executivo neste modelo estatal: “a Alemanha nazista, a Itália fascista, a Espanha franquista, Portugal salazarista, a Inglaterra de Churchill e Attlee, a França, com a Quarta República, especialmente, e o Brasil, desde a Revolução de 30 [...] foram ‘Estados Sociais’” (Silva, 2002, p. 116). Pode-se concluir, pois, que o Estado Social compadece com ideologias antagônicas como a democracia, o fascismo e o nacional-socialismo, ou seja, carrega-se de suspeição.

As contribuições dos autores acima nos levam a concluir que o Estado, seja este de Direito, Liberal ou Social, nem sempre caracteriza um Estado Democrático, o qual funda-se

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

no princípio da soberania popular. Sua realização depende da efetiva garantia da participação do povo na *"res"* pública.

É através da redemocratização ocorrida após as duas grandes guerras mundiais, e todas as atrocidades experimentadas, que houve uma busca pela publicização do direito. Deste modo, os Estados soberanos, como o Brasil, optaram por instituir em suas Constituições valores e princípios fundamentais, que representam o acordo e o consenso de uma comunidade política. Este novo paradigma constitucional, representado pelo Estado Democrático de Direito, possui dois pilares estruturantes que devem ser garantidos pelo Poder Judiciário: os ideais democráticos e o respeito aos direitos fundamentais.

Desta forma o Estado Democrático de Direito não retoma simplesmente os ditames dos regimes antes estudados (mas retira o que de melhor cada um possui) impedindo o estatismo radical e institucionalizando o poder popular. Através das práticas dos direitos sociais e de efetivação da cidadania, realiza-se democraticamente, concretizando os ideais de justiça social, reconhecendo os fundamentos dos direitos humanos, respeitando a dignidade e o status do ator social.

> [...] o Estado Democrático de Direito tem um conteúdo transformador da realidade, não se restringindo, como o Estado Social de Direito, a uma adaptação melhorada das condições sociais da existência. Assim, o seu conteúdo ultrapassa o aspecto material de concretização de uma vida digna ao homem e passa a agir simbolicamente como fomentador da participação pública quando o democrático qualifica o Estado, o que irradia os valores da democracia sobre todos os seus elementos constitutivos e, pois, também sobre a ordem jurídica (Streck & Morais, 2003, p. 93).

Assim, a idéia de um Estado Democrático de Direito pressupõe que a legitimidade emane do povo e que este participe efetivamente nas decisões políticas, consentindo assim com a concepção republicana de cidadania a qual concebe o cidadão como "alguém que participa ativamente na configuração do futuro de sua sociedade, através do debate e da participação na tomada de decisão política" (Gorkzevski, 2005, p. 1283). Desta forma, ele não surge de uma simples equação matemática ou então de uma síntese de palavras, unindo-se apenas os conceitos de Estado de Direito e Estado Democrático.

O Estado Democrático de Direito no Brasil, consolidado no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, aparece como a fórmula institucional em que atualmente, e para um futuro próximo, que se mostra apta, teoricamente, a configurar-se em um regime que promova a justiça social, fundamentado no respeito à dignidade da pessoa humana.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para tanto foram estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988 os objetivos fundamentais da República, quais sejam: 1º) construir uma sociedade livre, justa e solidária; 2º) garantir o desenvolvimento nacional; 3º) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; 4º) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tal compromisso constitucional deixa claro a importância do papel a ser desempenhado pelo Estado no sentido de concretizar os direitos sociais mediante a implementação de políticas públicas.

Historicamente, no Brasil, mais precisamente no período entre os 1930 e 1989, as políticas públicas econômicas e sociais foram orientadas para o desenvolvimento da região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), com processos de industrialização. Conforme Neto & Moreira (1999) o sintoma mais perceptível destas políticas compreende o inchamento populacional daquelas metrópoles, acompanhadas por uma deterioração da qualidade de vida (desemprego, fome, doenças, analfabetismo, etc), sentida principalmente na região nordeste, esquecida pela ação estatal.

Na década de 90, com o implemento dos processos de globalização e políticas neoliberais, as políticas públicas voltaram-se a privatizações de órgãos estatais, valorização do capital especulativo pelos grandes investidores internacionais, estabilidade monetária, contenção de orçamento e concessões fiscais aos detentores do capital. Tais políticas acabam privilegiando grupos restritos e vitimando o restante da população que sofre com as desigualdades sociais e a conseqüente negação do direito ao acesso a bens como lazer, esporte e cultura (Abramovay & Pinheiro, 2003).

Assim, no passar dos anos, visivelmente nas grandes metrópoles, a vasta disponibilidade de mão de obra fez com que a emergente classe burguesa, representado pelos empresários, reservasse para si e para a classe média os locais melhores atendidos pelo Estado, iniciando com isso o processo de marginalização das cidades, com o desenvolvimento de bolsões de pobreza, nos morros e periferias, onde a única política pública constantemente atuante é a força policial repressiva do Estado e o assistencialismo (Neto & Moreira, 1999).

Todavia a instituição, “Estado”, criada como vimos, ao decorrer dos tempos, nunca conseguiu dar uma resposta que suprisse a todas as necessidades humanas. Diante desta realidade, outro fenômeno organizacional desponta nas sociedades, qual seja a formação de um ente não estatal chamado de sociedade civil.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Assim, importa estender a investigação da organização dos seres humanos em sociedade visando aclarar as relações que se realizam entre os atores sociais independente da atuação do Estado (direta ou inexistente), ou seja, entender a organização da sociedade civil para além da atuação estatal, para compreender as formas de construção da cidadania contemporânea.

1.2 Sociedade civil: ponto de equilíbrio democrático

Como fundamento para a compreensão da problemática proposta, tendo em vista os diversos fatores que se inter-relacionam permeando a presente pesquisa, importa uma rápida releitura dos conceitos acerca do que consiste a sociedade civil e qual a sua relação com o Estado, analisando as nuances desta relação. No entendimento de Hegel (apud Bobbio, 2001), a sociedade civil mostra-se como o primeiro momento de formação do Estado.

Um dos grandes teóricos acerca da sociedade civil, Gramsci, trabalhou a sua dimensão cultural e simbólica, a qual, em seu entendimento, não é dada ou natural; ela é antes um lugar de contestação social: suas associações e redes constituem um campo de luta e uma arena onde se forjam alianças, identidades coletivas e valores éticos. Dessa forma, nenhuma das concepções sobre a sociedade civil é neutra e sempre faz parte de um projeto de construção de relações sociais, formas culturais e modos de pensar da sociedade (Cohen, 2003).

As principais construções teóricas acerca dos conceitos de sociedade civil e cidadania foram realizadas por Habermas e Cohen & Arato, que proporcionaram a interação de quatro esferas sociais: “a esfera privada, a de mercado, a pública e a estatal – que permitiram a conexão entre os conceitos de sociedade civil e cidadania” (Vieira, 2005, p. 36).

Outro aspecto importante possui correlação com a instituição do Estado Democrático de Direito e a construção constitucional de garantias que fundamentam e diferenciam a sociedade civil:

> A Lei Magna, no sentido do conjunto de direitos subjetivos constitucionais, garantia da estrutura de autonomia da coletividade e do indivíduo, bem como da diferenciação da sociedade civil em relação ao Estado e à economia, assegura a institucionalização da sociedade civil (ver Habermas, 1996b:82-131). Dessa forma, a constitucionalização do Estado implicou uma autolimitação da sociedade política em face da sociedade civil, protegendo esta última de desaparecer, sufocada pela superpolitização. Em outras palavras, os direitos constitucionalizam a diferenciação entre a sociedade civil (com suas organizações informais, pluralidade interna e

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> públicos civis) e os sistemas administrativos e políticos do Estado, que formulam decisões coletivas e compulsórias e são organizados pelo poder do Estado - ou pelo *power medium*, conforme a expressão de Habermas (Cohen, 2003).

Logo, existe uma vinculação e permanente interação entre a sociedade civil e o Estado (Wolkmer, 2000). Assim também para Habermas, segundo o qual a sociedade civil constitui-se numa faceta do mundo da vida, garantida institucionalmente por um conjunto de direitos que a norteiam e fundamentam, enquanto também a diferenciam das esferas da economia e do Estado (apud Arato & Cohen, 1994).

Bobbio *et al* analisando a contraposição entre sociedade civil e Estado afirmam que:

> [...] a sociedade civil move-se mais rapidamente do que o Estado, que o Estado não tem sensibilidade suficiente para detectar todos os fermentos que provêm da sociedade civil, que na sociedade civil forma-se continuamente um processo de deteriorização da legitimidade que o Estado nem sempre tem condições de deter. Uma velha formulação desta antítese é a que contrapõe o poder real ao poder legal. Daí a freqüente afirmação de que a solução das crises que ameaçam a sobrevivência de um Estado deve buscar-se, antes de tudo, na sociedade civil, onde é possível a formação de novas fontes de legitimidade e, portanto, novas áreas de consenso. Nos momentos de ruptura, se exalta a volta à sociedade civil, tal como os jusnaturalistas exaltavam o retorno ao estado de natureza (1999, p. 1210-1211).

Desta forma, podemos vislumbrar didaticamente a diferenciação entre o Estado, como ente político, diretivo e público, e a sociedade civil, onde se situam os conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos. É o setor social de onde surgem os anseios e as reivindicações provenientes do desenvolvimento e as manifestações a serem mediadas pelo Estado.

A busca pela ampliação do controle social por parte da sociedade civil, visando um equilíbrio entre direitos e deveres, bem como o fortalecimento de laços de solidariedade comunitária, implica em uma maior autonomia social que modifica as relações sociais em favor de uma maior auto-organização. Daí se depreende a sua característica funcional de instrumento democrático:

> A democratização da sociedade pressupõe o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição dos recursos sociais e da informação, a elevação dos níveis de qualidade de vida e de educação e a capacitação para participar na tomada de decisões de interesse público. A democratização do estado, por sua vez, implica a ampliação e o fortalecimento dos mecanismos de participação dos cidadãos e das organizações sociais na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas e dos códigos jurídicos, a incorporação do conceito de responsabilidade política na atividade pública e a reestruturação dos partidos políticos e processos eleitorais (Lima, 2005, p. 137).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A sociedade civil é um importante instrumento de equilíbrio e democratização, tendo em vista seu caráter de resposta concreta à presente crise civilizacional, a qual caracteriza-se principalmente por suas conseqüências infringidas na sociedade: sensação de impotência e desmobilização.

Para Santos (2001) a sociedade moderna caracteriza-se em sua matriz por um equilíbrio entre os pilares da regulação e da emancipação. Para o autor português estes são os dois pilares sobre os quais se sustentam as transformações da sociedade moderna, realizando complexas interações com o princípio da subjetividade (o "eu coletivo" e o "eu individual") e da cidadania. A igualdade formal preconizada pela cidadania, colide com as diferenças arraigadas no princípio da subjetividade:

> O pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado (Hobbes), o princípio do mercado (Locke) e o princípio da comunidade (Rousseau). O pilar da emancipação é constituído pela articulação entre três dimensões da racionalização e secularização da vida coletiva: a racionalidade moral-prática do direito moderno; a racionalidade congnitivo-experimental da ciência e da técnica modernas; e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literartura modernas. O equilíbrio pretendido entre a regulação e a emancipação obtém-se pelo desenvolvimento harmonioso de cada um dos pilares e das relações dinâmicas entre eles (Santos, 2001, p. 236).

A sociedade moderna, conforme Santos (2001), sofre com os desequilíbrios entre os pilares de sustentação. A hipertrofia de um em detrimento do outro, causam os complexos problemas das sociedades modernas. O autor entende que a igualdade formal e aceita sem levar em conta a subjetividade e a harmonia entre os pilares da regulação e da emancipação, acaba por formar massas de pseudo-cidadãos, onde a cidadania consiste em assistencialismo e em capacidade de consumo, os cidadãos tornam-se produtos manufaturados. Assim, a superação deste desequilíbrio pró-mercado, ocorre no marco da regulação, onde é possível compatibilizar o individual com o coletivo.

As duas últimas décadas, com a crescente organização da sociedade civil, são traduzidas pelo autor português como experimentação na busca por uma harmonia na relação Cidadão-Estado e Cidadão-Cidadão, através da busca pela autonomia e prática do princípio da solidariedade, na busca por uma nova cidadania democrática.

A chamada sociedade civil, quando compromissada com as lutas sociais, abre espaços generosos de diálogo e reivindicações, possibilitando a satisfação de alguns anseios básicos, em um processo por vezes conflituoso e desejoso de hegemonia (Loureiro, 2005).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Seu valor e importância está em assumir um papel significativo nas atividades de controle e propostas de normatização e regulação de convívio, sem esquecer da necessidade do Estado em garantir os princípios constitucionais que balizam as relações sociais ao serem interpretados pelos atores da cidadania. Bem como, proporcionado instrumentos que permitam o desenvolvimento de uma sociedade pluralista e que concretize os princípios da cidadania (Hermany, 2005), como inclusão e possibilidade de desenvolvimento nos mais diversos campos: social, político, econômico e pessoal.

Walzer entende a sociedade civil como a "arena de enfrentamento" (apud Vieira, 2005, p. 49). Assim, ao mesmo tempo em que a cidadania se caracteriza por ser a base da unidade social, "a sociedade civil ao permitir o enfrentamento crítico das diversas reivindicações sociais, desempenha sua tarefa clássica de gerar civilidade" (Vieira, 2005, p. 49).

Os anseios e manifestações advindos da sociedade civil e direcionados ao Estado são gerados a partir do relacionamento entre os atores sociais. Estes atores, possuem direitos e deveres surgidos ao longo do desenvolvimento da história da humanidade através dos movimentos de trocas entre Estado e sociedade civil.

> Nesta visão, os processos de cidadania – lutas por poder entre grupos e classes – não são necessariamente direitos de cidadania, mas constituem variáveis independentes para sua formação. Em outras palavras, tais processos seriam partes constitutivas da teoria, mas não do conceito definidor de cidadania (Vieira, 2005, p. 36).

Assim, para uma melhor compreensão do ator social capaz de fazer a diferença neste contexto complexo e global, o qual exige uma consciência diferenciada de seu lugar na comunidade e a sua influência no mundo, orienta-se a investigação para os modernos conceitos de cidadania, que segundo Janoski (apud Vieira, 2005) encontra-se em um momento de revitalização.

Neste sentido podemos observar que a sociedade civil organizada, ante os anseios e necessidades advindas dos seres humanos em sociedade, não supre o todo sem a presença positivista e garantista do Estado, nem este, por sua vez, consegue alcançar seus escopos naturais sem a cobrança e o controle externo exercido e desenvolvido pela sociedade civil.

Um aspecto que não pode ser relevado consiste no fato de que as instituições da sociedade civil não representam um todo monolítico, tendo em vista a complexidade da malha social (Jacobi, 2000). Esta característica desvela as diferenças entre as associações da

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

sociedade civil e dos grupos de interesse, onde se destacam a participação popular e a conquista de direitos de cidadania.

> Na concepção contratualista de Estado, que na sociedade brasileira não vem sendo contestada nem pelos partidos de tendências socialistas, as políticas públicas deveriam ser orientadas para arbitrar de forma justa as tensões sociais, promovendo a igualdade entre os cidadãos e a elevação de sua qualidade de vida. Na prática vêm favorecendo a inserção do país na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, privilegiando o mercado em detrimento da sociedade civil (Neto & Moreira, 1999, p. 35).

Na pós-democracia pelo qual navega a sociedade e o Estado brasileiro, observados os melhores níveis de organização da sociedade civil nacional, apontam no horizonte novos espaços públicos de interação e informação (Jacobi, 2000), tendo em vista que as práticas de participação representam possibilidade efetiva de ampliação do espaço público.

Na década de 70, os atores sociais que emergem na sociedade civil criaram novos espaços e formas de participação e relacionamento com o Estado. Tal fato se deu tanto por força dos movimentos populares surgidos à época, quanto pelas instituições da sociedade civil na luta por direitos democráticos de participação cidadã (Jacobi, 2000).

Já nos anos 80 apresenta-se uma crescente complexidade interativa entre os movimentos sociais e os órgãos públicos, a partir de uma maior gama de articulações institucionais. Esta situação, contextualizada com a crescente politização da esfera privada, faz com que a sociedade civil tenha uma participação cada vez mais significativa nos processos decisórios, através da possibilidade da formulação de suas demandas. Estes diálogos fazem com que o Estado não mais enxergue os movimentos como adversários políticos (Jacobi, 2000), o que possibilita um cenário favorável à criação de condições de influência da máquina política, diante do reconhecimento público das carências existentes.

Assim, a década de 80 consolidou-se com um marco institucional básico da democratização que, a partir dos anos 90, começou a se efetivar com o surgimento de novos movimentos baseados em ações de caráter solidário (Jacobi, 2000), abarcando questões éticas e humanitárias, consubstanciadas pela Constituição de 1988 e a adoção significativa do modelo de Estado Democrático de Direito.

No atual contexto democrático, com o estabelecimento e busca pela efetivação dos direitos de natureza política, mostram-se em crise os diretos sociais. Tanto a cidadania quanto os direitos estão em fase de construção e mudança (Jacobi, 2000), tendo em vista a dinâmica

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

social. Assim, o desafio que se impõe é de, ultrapassar a fase de propalação dos direitos sociais postos pela legislação, garantido a sua real aplicação e efetivação.

Ao observarmos estes ganhos da sociedade civil ao longo dos anos, fica demonstrado que é possível que os sujeitos sociais se identifiquem com objetivos solidários comuns e coletivos, dotados dos elementos necessários para a constituição de verdadeiros cidadãos.

Desta forma, diante destes conceitos revisitados emerge a necessidade de repensar os papéis do Estado e da Sociedade, abrindo horizontes e adaptando-se às modernas necessidades de um mundo interconectado e pulsante, onde as mazelas sociais aumentam de forma geométrica, desmantelando os modelos tradicionais de classificação e conceituação da vida organizada em sociedade.

Neste contexto, novos palcos de discussão e formas de participação podem ser criados, gerando o estabelecimento de estruturas democráticas voltadas à participação popular, no intuito de influir na atuação direta do Estado e de suas políticas públicas.

1.3 Cidadania: do direito a ter direitos à Ecocidadania

As primeiras descrições da existência de um conceito de cidadania, de conotação diversa à existente nos estados modernos, remontam historicamente, conforme Gorkzevski (2005) e Loureiro (2005), à sociedade grega clássica, seis séculos antes de Cristo. Para os gregos a cidadania possuía sentido de vincular o indivíduo a uma determinada organização política, definindo quem era e quem não era membro da sociedade. “Longe de uma concepção universal, o conceito de cidadão referia-se àquele que participava da formação do governo – inferência na esfera pública, da qual eram excluídos, dentre outros escravos e mulheres” (Loureiro, 2005, p. 73). A cidadania, então, era um *status* privilegiado de um grupo dirigente da sociedade.

Outro modelo clássico foi o experimentado na Roma antiga, onde a palavra cidadania era usada para indicar a situação política de um indivíduo e os direitos que possuía ou poderia exercer (Gorkzevski, 2005). Para este autor, os novos conceitos de cidadania apenas reapareceram no início do século XV, quando das lutas entre os senhores feudais em declínio, pertencentes a uma sociedade eminentemente rural e sua luta com a burguesia proeminente do recém implementado regime capitalista, nos primeiros focos urbanos. Neste momento, o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

conceito de cidadania volta-se a capacidade dos homens exercerem direitos e deveres em comunidade.

A possibilidade de exercer a cidadania sempre mostrou-se em seu viés político, já que apenas a um número muito restrito de sujeitos eram assegurados as garantias políticas, mesmo com as teorias surgidas na Europa Moderna, a partir do século XVII. Estas, apesar de reconhecerem a existência de direitos universalmente válidos (Direito Natural), ignoravam a procedência social destes direitos e a estruturação classista da sociedade: “Os direitos não são dados, mas conquistados; a garantia formal e legal não implica que a igualdade seja praticada e o que foi entendido como válido hoje, poderá não mais o ser e vice-versa” (Loureiro, 2005, p 73).

Buscar novas perspectivas de desenvolvimento com justiça social passa pela compreensão do moderno conceito de cidadão, o qual é, ou deveria ser, o fim de toda organização social, política, econômica e cultural. Assim, importa discutir o moderno conceito de cidadania, o que se espera de um cidadão em pleno gozo de seus direitos e deveres para com o Estado e a sociedade civil.

Neste sentido, a nova dimensão de cidadania pode ser observada através de duas faces: na constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, bem como, em relação à sociedade como um todo, em um aprendizado de convivência com estes novos atores sociais que se recusam a permanecer nos lugares que lhe foram predeterminados pela vida organizada em sociedade.

O conceito de cidadania varia conforme o contexto político e social a que se refere. De modo geral, pode-se definir cidadania como “[...] qualidade ou direito de cidadão. E cidadão, como sendo o indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos em um Estado” (Gorkzevski, 2005, p. 1283). Neste sentido assenta-se a teoria de Thomas H. Marshall que propôs, em 1949, a primeira teoria sociológica sobre o conceito de cidadania enquanto direito a ter direitos, desenvolvendo os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão.

Marshall (1967) propõe uma ruptura ao conceito de cidadania ao propor uma retrospectiva histórica, estruturando assim em direitos civis e políticos, chamados de primeira geração e direitos sociais, os chamados de segunda geração. Os direitos civis, surgidos nos século XVIII, são correspondentes às teorias dos filósofos liberais (inspirados principalmente

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Locke, Hobbes, Montesquieu, Rousseau e Kant), que tem como mola central a liberdade e a igualdade:

> [...] o Estado é para os indivíduos e não o contrário. Assim, deve o Estado limitar-se a garantir os direitos civis e políticos dos indivíduos evitando intervir na atividade econômica, onde cada um ao buscar seus interesses individuais contribuiria para o interesse coletivo (Gorkzevski, 2005, p. 1281).

Os direitos políticos, obtidos no século XIX, referem-se à liberdade de associação, de organização política e eleitoral. Os direitos sociais foram conquistados no século XX, principalmente a partir das lutas de classes e influenciados pela teoria marxista e os teóricos socialistas (Gorkzevski, 2005). São os direitos relativos à assistência social, saúde, educação, trabalho, entre outros.

Note-se, porém, que esta clássica teoria, a qual busca uma definição clara do conceito de cidadania, explicando-a de forma histórica e estruturada, encontra algumas fragilidades quando comparada às modernas e complexas estruturas políticas e sociais da atualidade. Assim, em alguns Estados, a conquista de direitos não se desenvolveu na perspectiva seqüencial trazida por Marshall (1967). Um exemplo é o caso do Brasil, onde em conseqüência de uma política assistencialista, os direitos sociais acabaram por ser concedidos antes de alguns direitos políticos e civis, então ou a garantia legal simplesmente, não proporcionou a efetiva obtenção dos direitos. Marshall (1967) propunha que deveria existir um certo igualitarismo garantido pelo ente estatal, apesar de afirmar que a cidadania se dá pelos conflitos de classe.

Ainda segundo Marshall o autor, a garantia e a universalização da livre e democrática expressão cidadã, mirando a liberdade humana, longe das opressões e injustiças que caracterizam a violência estrutural, dependem de condições outras, objetivas e justas, e não só de simples padrões assistencialistas e ditatoriais do Estado, os quais inibem a participação e criam uma cultura alienante de submissão. Senão, teríamos:

> [...] um cidadão sem cidadania, dependente do Pai-Estado, que tem o dever de assegurar seus direitos de liberdade, menos o direito de ter liberdade de decidir seu próprio destino. Trata-se do cidadão que só ocupa o lugar de cidadão quando na fila, para exercer seu poder político, que é simplesmente o cínico exercício de votar (Gorkzevski, 2005, p. 1284).

Partindo-se desta premente necessidade de se conceituar uma nova noção de cidadania, construída de forma permanente e continuada, conforme cada fase histórica da sociedade e do Estado e, tendo em vista a existência de uma falta de clareza sobre o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

significado de cidadania: “como conseqüência de diferentes concepções políticas” (Gorkzevski, 2005, p. 1285), Janoski parte de uma perspectiva social. Para este autor, “cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade” (apud Vieira, 2005).

Ocorre que no mundo atual o conceito de cidadania exige complexos conjuntos de direitos e responsabilidades, não estando mais limitados ao padrões tradicionais do Estado-nação, mas sim traduzido a partir de conceitos globais. A propalada globalização, trazida pelo capitalismo extra-fronteiras, ao mesmo tempo em que gera altos padrões de desigualdade, também traz em seu âmago uma necessidade de tomada de consciência e desenvolvimento de uma idéia de limitação planetária em termos naturais e de eliminação dos limites geopolíticos, tendo em vista os avanços científicos e tecnológicos nas mais diversas áreas.

O conceito de cidadania vem incorporando outras dimensões e significados decorrentes da complexa dinâmica das relações sociais contemporâneas, principalmente no que tange ao fenômeno da globalização, do capitalismo transnacional e suas conseqüências. Da mesma forma que o conceito de sociedade civil ultrapassa as barreiras fronteiriças, o conceito de cidadania parece encontrar limites apenas na circunferência planetária. Todo e qualquer exercício de fundamentação teórica e criação de bases para suscitar a discussão de modelos sustentáveis de convívio e desenvolvimento social deve levar em conta este novo contexto. Conforme adverte Waldman: “uma cidadania autêntica se constrói com base na realidade, até porque não há proposta verdadeira que não seja uma prática real” (2003, p. 554).

Desta forma, a construção da cidadania refere-se à busca inquietante por um senso de responsabilidade cívica contextualizada na realidade e que, segundo Loureiro (2005), ampare e compreenda as questões humanitárias (gênero, ambiente, minorias, fome, exploração infantil, educação, saúde, entre outros) e avance com a tomada de consciência da limitação do planeta em termos naturais e da eliminação das barreiras entre Estados-nações, resultante dos avanços científicos e tecnológicos.

Resultado das mudanças sociais e políticas contemporâneas, surgem as primeiras intenções de se conceituar a cidadania de uma forma global, planetária ou como “ecocidadania”. Segundo Loureiro (2005), a ecocidadania expressa o respeito à ética ecológica e seus desdobramentos no dia-a-dia, possibilitando a tomada de consciência

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

individual e coletiva das responsabilidades junto às comunidades locais quanto globais. O eixo central deste conceito fixa o respeito à vida e a defesa do direito a um mundo sem fronteiras geopolíticas. Assim, amplia-se o destaque ao sentimento de pertencimento à humanidade e a um ambiente planetário único.

Para o autor, o desafio à consolidação de uma cidadania substantiva e direta está na capacidade de estabelecer práticas democráticas cotidianas, naturais, visando a consolidação de uma "cultura da cidadania", nos planos local, regional ou internacional, articulada aos processos de transformação sistêmica e fundamentada na educação.

A noção de cidadania ambiental pressupõe o estabelecimento de uma relação de harmonia com a natureza. Essa postura deve estar presente diariamente, com cada cidadão exercitando sua responsabilidade ambiental, buscando a finalidade mais ecológica possível em cada atitude e conduta adotada no seu dia-a-dia e com consciência do impacto que os mais simples procedimentos podem provocar no meio natural. Desta forma a interação sinérgica entre Estado e a sociedade civil pressupõem uma responsabilidade partilhada (Waldman, 2003), onde cada um e todos juntos formam a força necessária à produção de mudanças efetivas e significativas em termos sócio-ambientais.

Apesar de todo este desenvolvimento teórico acerca do papel do Estado e dos conceitos de cidadania podemos observar que resquícios dos privilégios voltados ao cidadão grego ainda permanecem em nosso tempo, explicitados em situações de exclusão social e violência estrutural.

Neste contexto, o papel do Estado é de mediador da cidadania, tendo como objetivo atuar direta e conjuntamente na vida dos cidadãos, sendo responsável pelo regramento e desenvolvimento das possibilidades de melhoria nas condições de vida da população, incluindo as condições socioambientais. Esta atuação é efetivada através das políticas públicas, instrumentos que devem estar voltados a aliviar as tensões sociais, diminuindo as diversas formas de exclusão e promovendo a melhoria substancial da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, caso o Estado não cumpra seu papel de mediador de cidadania estará atuando como promotor de violência estrutural.

Neste contexto de exclusão social e aplicação de políticas públicas voltadas à construção e exercício da cidadania encontramos o programa adotado pela Prefeitura

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Municipal de Estrela através da adoção do programa Brasil Joga Limpo voltados à complexa problemática socioambiental do descarte e reaproveitamento de resíduos sólidos.

Observamos que a violência estrutural, analisada no próximo tópico, também se faz presente junto ao grave problema socioambiental causado pela geração excessiva de resíduos sólidos e seu insuficiente ou, em muitos casos, inexistente gerenciamento. O Brasil desperdiça, pelo menos, 9,5 milhões de toneladas de material reciclável e 14 milhões de toneladas de alimentos por ano (Boeira *et al*, 2006). Este quadro, somado à disposição e o manejo incorretos do lixo, são fatores de risco à saúde e a qualidade de vida, principalmente às pessoas que tratam diretamente com o lixo, como os catadores, e as populações que moram próximas às áreas de disposição final.

Em contrapartida, a coleta seletiva e o manejo adequado dos resíduos, além do aspecto de sustentabilidade ambiental possuem efeitos diretos nos âmbitos social e econômico, com a criação de mercado de trabalho e geração de renda, propiciando novas oportunidades à melhoria da qualidade de vida.

No município de Estrela a última contabilização acerca do número de catadores na cidade, realizada em 2005, atingiu um total de 123 trabalhadores informais (Estrela, 2005i), porém segundo relatado nas entrevistas estima-se que existam mais, pois são encontrados nas ruas muitos catadores não cadastrados pela Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Assim escolhemos os catadores de materiais recicláveis como objeto de estudo diante da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, ficando a mercê dos efeitos da violência estrutural. Além disso, a existência da intervenção estatal do Estado através de sua política pública apresenta um cenário ideal para a investigação dos instrumentos de promoção de cidadania adotados e sua repercussão junto aos atores envolvidos, com base na realidade.

Neste sentido, optamos por analisar a efetividade do programa Brasil Joga Limpo que foi adotado pelo município de Estrela como instrumento político e socioambiental voltado aos catadores de resíduos sólidos e a comunidade local, investigando “se” e “como” a política pública socioambiental, adotada pelo município, em relação aos catadores de Estrela, promove a cidadania, auxiliando no combate à violência estrutural.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

1.4 Perspectivas para novas relações entre Estado e sociedade civil

Uma das características dos novos movimentos sociais é a criação de redes de comunicação e interação, não buscando influenciar o Estado, mas sim desenvolvê-lo. Segundo Vieira o "Estado e/ou mercado não podem mais arrogar o monopólio de planejar e praticar ações sócio-políticas de interesse público deixando de fora a sociedade." (2005, p. 79). A parceria entre Estado e sociedade civil pode gerar uma dinâmica em que interesses públicos são discutidos e negociados.

> Aumentar-se a eficácia do Estado significa não apenas aumentar a eficiência da máquina burocrática e aperfeiçoar os mecanismos técnicos de governabilidade. Como vimos a reforma democrática do Estado exige melhorar as condições de governança do sistema estatal, aperfeiçoando as capacidades de comando e coordenação, mas principalmente redefinindo as relações com a sociedade civil, mediante a criação e articulação de canais de negociação entre a sociedade e o Estado (Vieira, 2005, p. 86).

Conforme Lima (2005) os objetivos desta relação entre Estado, mercado e sociedade apenas serão coroados de êxito quando a participação social ocorrer de forma organizada e consciente, através de motivada e contínua participação comunitária dos interessados, a fim de resistir aos arbítrios das outras esferas de poder, hoje ainda dominantes. Entendendo-se a cidadania como categoria central da democracia, Ferreira (1993) afirma que a cidadania não é um "em si", por ter como finalidade a identidade social, já que a identidade social de nada vale sem a efetiva participação das pessoas na vida comunitária, através da existência da real mediação entre Estado e Cidadão, perfazendo a finalidade do Estado Democrático de Direito.

> Por falar em democracia, o grande estadista grego Péricles (495-429 a.C.) – considerado, aliás, um dos pais da democracia – usava a palavra *"idiotes"* para designar os atenienses que, alegando ter de cuidar de seus próprios assuntos, não participavam das reuniões para tratar de questões de interesse coletivo. É incrível como, dois mil e quinhentos anos depois, continuamos cultuando uma cultura econômica que produz idiotas (no sentido grego – e original – do termo) (Franco, 2004, p. 237-238).

Para a democracia ser levada a cabo faz-se necessário a participação autônoma do ator social, o que requer o entendimento de todos os fatores interligados para a apreensão da realidade e seus conflitos (Castro & Baeta, 2005). Ou seja, é necessária uma aproximação da realidade a partir de categorias teóricas que dêem conta de sua complexidade social.

Os direitos e prerrogativas conquistados nas históricas lutas durante a formação do Estado e da sociedade civil para serem mantidos e garantidos necessitam ser exercitados de

forma objetiva, sendo que a aeróbica que os mantém em forma, fortalecendo e desenvolvendo tais conquistas sociais cidadãs, chama-se participação social.

> A participação social pressupõe, para sua concretização e exercício, a cidadania entendida como conquista e reconhecimento de direitos. Participar significa fazer parte e tomar parte, significa influir ativamente na escolha e na construção dos destinos sociais e na solução dos problemas vividos pela comunidade (Lima, 2005, p. 134).

A participação da sociedade civil se dá nos processos de discussão, negociação e formulação de políticas científicas e tecnológicas sobre os níveis de tolerância suportados em relação às situações que envolvem riscos à segurança e bem-estar público.

De acordo com as modernas teorias acerca de participação popular, Baracho (1996) explica que é no âmbito local que o ator social passa, emergindo do plano da abstração e da generalidade, a ser entendido e considerado a partir de suas necessidades e especificidades concretas. É no espaço local que se verifica a implementação e desenvolvimento do sentimento de solidariedade e pertencimento, essenciais para a fruição dos direitos e deveres de cidadão, para com o próximo e para com o Estado.

> Entretanto, o que se observa é que no geral as propostas participativas ainda permanecem mais no plano da retórica do que da prática. Poucas são, de fato, as experiências de gestão municipal que assumem uma radicalidade democrática na gestão da coisa pública e ampliam concretamente o potencial participativo. A análise dos processos existentes está permeada pelos condicionantes da cultura política, tanto no Brasil como no resto dos países da América Latina, marcados por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e, portanto, por padrões de relação clientelistas e meritocráticos (Jacobi, 2000, p. 14).

Para Demo (1999) a participação social deve ser entendida como conquista e não como dádiva ou mera concessão de prerrogativas, tendo em vista que esta complexa liberdade apenas se mostra verdadeira quando conquistada. Participar é fazer parte e ter espaço nas tomadas de decisão no que diz respeito aos interesses da vida pública, que refletem diretamente sobre o cotidiano comunitário. Para Gorkzevski a

> Cidadania pressupõe democracia, liberdade de manifestação, de contestação, respeito ao indivíduo, à sua cultura e à sua vontade. Mas não só os regimes autoritários inibem o exercício da cidadania. Mesmo nas democracias, o assistencialismo, o paternalismo e a tutela do Estado, aceitos que são pela maioria das pessoas por comodismo, também não permitem o desenvolvimento de uma cidadania plena, porque cidadania plena não pode ser dada ou outorgada, só é alcançável pela participação, pela luta e empenho dos próprios indivíduos interessados. O paternalismo institucional desmobiliza e enfraquece a efetiva conquista deste *status*; a lei do menor esforço é ainda a mais seguida em todo o mundo (2005, p. 1285-1286).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Se compararmos este conceito à concepção liberal de cidadania e participação, que reitera a supremacia dos interesses privados pelo público, privilegiando os interesses individuais sobre os coletivos, incita a colaboração e a participação dos atores sociais apenas até a margem e fronteiras da ordem estabelecidas, a concepção liberal não passa de uma pseudo-cidadania vigiada que busca tirar proveito da cooperação observada, vendendo a ilusão de autonomia, liberdade e influência no setor público (Lima, 2005).

> O que está efetivamente em pauta é o alcance da democratização do aparelho estatal, notadamente quanto à sua publicização. Dito em outros termos, trata-se de pensar sobre a participação da população e a sua relação com o fortalecimento das práticas políticas e de constituição de direitos que transcendem os processos eleitorais e seus frequentemente ambíguos e/ou contraditórios reflexos sobre a cidadania (Jacobi, 2000, p. 14).

Assim, de nada adianta a luta por garantias de participação social na esfera pública de poder, sem que haja uma mudança nas desigualdades sociais, já que tal panorama político e social denota uma participação vigiada, tutelada e consentida: “A melhor maneira de liquidar a participação é oferecê-la como dádiva” (Demo, 1999, p. 26). Porém, para diminuir as desigualdades sociais a participação social é imprescindível.

A participação social pode se dar em três dimensões: simplesmente através das políticas públicas implementadas pelo Estado; através da concentração da participação apenas do povo, pelo fortalecimento e desenvolvimento autônomo; ou então por meio do contato com o Estado, buscando um comprometimento de valores recíprocos (Santos, 2001).

O maior desafio, então, se mostra a busca pelo rompimento da lógica assistencialista, prevalecente na relação Estado/Sociedade. Desta maneira, no processo de trocas dialógicas com os movimentos sociais, o discurso dos entes estatais acaba se transformando, vindo, aos poucos, a incorporar as demandas populares locais e suas reivindicações. O Estado tem a responsabilidade de criar espaços públicos democráticos voltados à articulação e participação popular, onde se aclarem os conflitos e confrontam-se as diferenças, garantindo a interação entre a sociedade civil e o poder público, abrindo, assim, espaços no processo decisório.

As decisões fruto da participação popular influenciam diretamente nas relações entre os homens, assim como nas relações dos homens com a natureza. Para tanto há a necessidade de recuperar, mesmo que em parte, a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos, principalmente, a energia decorrente da organização social e cultural, fundamento

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

indispensável para a participação direta no processo decisório do desenvolvimento (Becker, 2002).

Toda e qualquer proposição sobre desenvolvimento de potencialidades e formas de controle das ações do Estado por parte da Sociedade civil precisa ter seu gatilho acionado no âmbito local, através da ação direta dos atores sociais envolvidos. Trata-se do empoderamento.

Este conceito surgiu em meados dos anos 70, emergindo dos movimentos sociais daquela década (*Black Power* e o feminismo, principalmente neste), das discussões sobre tipos e formas de poder. Pode-se entender o empoderamento como um processo para se obter acesso e controle sobre si e sobre os meios necessários para a existência (Iorio, 2002). Trata-se de uma mudança das relações de poder em razão dos mais desfavorecidos. Ou seja, consiste numa mudança na relação de poder hoje existente e incrustada como uma ordem natural e institucionalizada de dominação, colocando as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento (Romano & Antunes, 2002).

A idéia então consiste em que as pessoas empoderadas com novas capacidades e habilidades, as organizações e as comunidades organizadas, assumam o controle de seus próprios assuntos e problemas. Ou seja, o desenvolvimento destas habilidades e capacidades, aprofunda o conceito de cidadania, através de plena caracterização da atuação social trazendo como conseqüência a criação de oportunidades e possibilidade de desenvolvimento local, com a criação de redes de confiança e trocas em um ambiente gerado naturalmente e propício ao fenômeno.

O objetivo da administração municipal de Estrela é criar uma cooperativa através do trabalho em conjunto com os ex-catadores que hoje labutam na Usina de Tratamento de Lixo, através do Programa Brasil Joga Limpo.Através do acompanhamento e trabalhos da assistência social vinculado com as demais secretarias municipais, o Poder Público local busca criar um vínculo solidário entre os funcionários da Usina. A idéia consiste em que este vínculo aliado ao empoderamento dos indivíduos, propiciaria a criação de uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos a ser gerenciada pelos próprios funcionários, integrando os demais catadores e o programa de coleta seletiva existente no município.

Desta forma o ente político atua como mediador entre os sujeitos no processo de desenvolvimento socioambiental local. Observando-se que desenvolvimento não é causa, mas

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

a conseqüência da democracia participativa, e esta, por sua vez, é resultado da organização social (Touraine, 1996). Para este autor uma sociedade mais democrática é uma sociedade mais desenvolvida. Seguindo esta lógica, Becker (2002) explica que mais organização social proporciona condições para participação política; e esta, por sua vez se reflete nos padrões diferenciados de desenvolvimento em termos regionais.

Para Fukuyama (2002) estes padrões diferenciados e regionalizados de desenvolvimento, gerados espontaneamente em grupos relativamente pequenos e estáveis pode ser chamado de "capital social", que nos termos de Boisier (1999) chama-se "capital sinergético". Trata-se de bens intangíveis, enquanto formas relacionais de sociabilidade, que podem facilitar a produção de riqueza, tornando a economia mais fluida, tendo em vista que esta cultura social gera confiança, que cria a possibilidade de trocas, contratos e negócios.

Sobre a genealogia do conceito de Capital Social, Franco (2004) o define como uma construção baseada em Tocqueville, Jane Jacobs e Robert Putnam:

> Tocquevilliana por que tem a ver com a sugestão da existência de um nexo conotativo entre sociedade civil e democracia... Jacobsiana porque tem a ver com a sugestão da existência de um nexo conotativo entre desenvolvimento e rede social... E putniana porque tem a ver com a sugestão da existência de um nexo conotativo entre os graus de associacionismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e a boa governança e a prosperidade econômica (2004, p. 235-236).

Para aclarar uma concepção de desenvolvimento compatível com o conceito de capital social, entendemos que precisamos olhar os processos de desenvolvimento local:

> Desenvolvimento – um conceito aplicado a sociedades humanas – seria, então, um processo de mudança, regulado pelas redes sociais, que depende de estímulos internos e externos, múltiplas interações entre alterações internas e externas, aleatórias ou não, cujo "propósito" é assegurar a conservação dinâmica dessas próprias redes e, nessa medida, dos elementos que a compõem (Vázques Barquero, 2004, p. 243).

Assim, consiste em uma regulação automática de um sistema complexo e dinâmico que, após criado e fomentado, aprende e se desenvolve de forma natural. É significativo, então, que as relações entre redes e desenvolvimento tenham sido descobertas no âmbito local (Franco, 2004), já que surge das relações entre atores comunitários, acabando por proporcionar atividades de cooperação entre eles.

Vazques Barquero (2004) afirma que a articulação interistitucional e a participação social são os diferenciais, o núcleo do processo onde se dá o salto do pontual para o sistêmico.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para ele, cada localidade é única porquanto apresenta uma combinação particular de fatores do desenvolvimento, um arranjo próprio de diversos capitais: capital humano, capital social e o capital natural. O autor conclui seu raciocínio afirmando que as comunidades tecidas por redes de comunidades estão se constituindo em ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento.

Conforme Putnam (2006) o conceito de capital social está intimamente agregado ao conceito de sociedade civil e sua infra-estrutura local, o que explicaria o fato de porque algumas localidades apresentam maiores eficiência no combate à violência e a exclusão social do que outras.

Assim, é importante salientar que toda e qualquer busca por empoderamento passa efetivamente por uma ação pró-ativa do comando estatal em consonância com o envolvimento da sociedade civil, criando um ambiente politicamente favorável, não apenas com a criação de legislação, mas com a promoção e implementação de processos participativos, o que faz parte do planejamento do Poder Público de Estrela através do trabalho realizado na Usina de Tratamento de Lixo com o Programa Brasil Joga Limpo.

Desta forma, através de ações conjuntas, o Estado e a sociedade civil podem articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem também construtores do modelo de desenvolvimento regional.

Porém, nota-se ainda a falta de uma maior conscientização e comprometimento nas esferas sociais do Estado com a importância e significado das ações locais, comunitárias, promovendo interação, integração e desenvolvimento local e regional.

Assim, nesta pesquisa, nos importamos em investigar a possibilidade de, através da utilização dos ferramentais teóricos construídos, verificar se há maior comprometimento entre o Estado e a sociedade civil na implementação da política pública inserida em âmbito local, a partir das práticas experimentadas no município de Estrela, através do Programa Brasil Joga Limpo.

O capital social, combinado às políticas públicas do Estado, pode gerar bem estar sócio-econômico-ambiental, dependendo da sua abrangência e da eficiência da ação estatal.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Ou seja, esta situação de bem-estar poderá ser obtida em cenários ideais, compreendendo a boa funcionalidade das políticas públicas de Estado, complementadas pela existência de fortes relações sociais locais, produzindo, por conseqüência, resultados positivos para a prevenção e combate da violência estrutural, trabalhada a seguir.

1.5 Violência estrutural e políticas públicas: possibilidades de cidadania

A violência é um fenômeno social que preocupa a sociedade e os governos na esfera pública e privada. Seu conceito está em constante mutação visto e não é fácil defini-lo. Um conceito mais restrito pode deixar de fora parte das vítimas, enquanto uma definição muito ampla corre o risco de desfocar as micro-violências do cotidiano.

Para Chauí (1999) a violência pode ser definida de forma multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um ator social, ou seja, todo o ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém e todo o ato de transgressão contra o que a sociedade considera justo e direito. Neste sentido, para Neto& Moreira:

> [...] a violência não é um fenômeno uniforme, monolítico, que se abate sobre a sociedade como algo que lhe é exterior e pode ser explicado através de relações do tipo causa/efeito como "pobreza gera violência" ou "o aumento do aparato repressivo acabará com a violência". Pelo contrário: ela é polifórmica, multifacetada, encontrando-se diluída na sociedade sob o signo das mais diversas manifestações, que interligam-se, interagem, (re)alimentam-se e se fortalecem (1999, p. 34).

As noções de solidariedade social, consciência coletiva, crime e anomia fornecem um ponto de partida para o estudo da violência. Segundo uma visão positivista, trabalhada por pensadores como Durkheim, a violência seria definida como um estado de fratura nas relações de solidariedade social e em relação às normas sociais e jurídicas vigentes em dada sociedade. Desta forma, na medida em que a sociabilidade e a solidariedade recuam a violência se instala na sociedade civil.

Na concepção de Galtung (1969) a violência se faz presente quando os seres humanos são persuadidos de tal modo que suas realizações efetivas, somáticas e mentais, ficam abaixo de suas realizações potenciais.

Muitos estudos foram realizados acerca da conceituação e classificação da violência. Para esta pesquisa ficamos com a classificação do Relatório Mundial da Organização Mundial

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

da Saúde, que categoriza o fenômeno a partir de suas manifestações empíricas as quais nos são trazidas por Minayo (2005), a violência dirigida pela pessoa contra si mesma: auto-infligida; violência nas relações: interpessoal; e a violência no âmbito sociedade: coletiva.

> Por violências auto-infligidas se entendem os comportamentos suicidas e os auto-abusos. No primeiro caso, a tipologia contempla suicídio, ideação suicida e tentativas de suicídio.O conceito de auto-abuso nomeia as agressões a si próprio e as automutilações. As violências interpessoais são classificadas em dois âmbitos: o intrafamiliar e o comunitário. Por violência intrafamiliar se entende a que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente. Inclui as várias formas de agressão contra crianças, contra a mulher ou o homem e contra os idosos. Considera-se que a violência intrafamiliar é, em geral, uma forma de comunicação entre as pessoas e, quando numa família se detecta algum tipo de abuso, com freqüência, ali existe, rotineiramente, uma inter-relação que expressa várias formas de violência. A *violência comunitária* é definida como aquela que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos e desconhecidos. Consideram-se suas várias expressões como violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais e, inclusive, a violência institucional que ocorre, por exemplo, em escolas, locais de trabalho, prisões e asilos. Em violências coletivas se classificam os atos que causam danos, lesões e mortes, e que acontecem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos, caracterizando a dominação de grupos e do Estado. Nessa categoria, no âmbito social, incluem-se os crimes cometidos por grupos organizados, atos terroristas e de multidões. No campo político, são consideradas as guerras e os processos de aniquilamento de determinados povos e nações por outros. A classificação de violência coletiva abrange ainda ataques econômicos entre grupos e nações, geralmente motivados por intenções e interesses de dominação (Minayo, 2005, p. 57-58).

A esta classificação da Organização Mundial da Saúde adicionamos o conceito de violência estrutural que é difícil de ser compreendida e quantificada, pois aparentemente os sujeitos ativos não são facilmente identificáveis. E é justamente por isto que a violência estrutural se perpetua nos processos históricos, se repete e se naturaliza na cultura, sendo responsável por privilégios e formas de dominação. Neste sentido a maioria dos tipos de violência citados tem sua base na violência estrutural.

Tal como os demais fenômenos sociais, a violência tem suas raízes cravadas nas relações sociais e seu desenvolvimento perpassa diferentes épocas e sociedades. Contudo, é a partir dos anos de 1980, com uma onda de assaltos, seqüestros e assassinatos, que a violência se fixa como uma real ameaça popular, amedrontando tanto desfavorecidos quanto a elite econômica nacional.

Frente a esta generalização do fenômeno da violência não existem grupos sociais protegidos, diferentemente de outros momentos históricos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Ou seja, a violência não mais se

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, ela tornou-se fenômeno sem voz e rosto que invade o cotidiano (Chauí, 1999).

Esta disseminação social da violência contribui para uma visão reducionista alardeada, principalmente, pelos veículos midiáticos, os quais restringem seu combate a uma simples questão de segurança pública e repressão policial (Costa, 2005). Para a autora:

> Ao postularmos a individualização máxima e a responsabilização absoluta do criminoso, estamos subsumindo todas as suas vinculações com a realidade sociogenérica em que está inserido e consequentemente, estamos ignorando a existência de uma outra manifestação de violência, imposta por instituições clássicas da sociedade e que expressa, sobretudo, os esquemas de dominação de classes, grupos e do Estado: a violência estrutural (Costa, 2005, p. 1262).

A violência estrutural pode ser definida como uma forma de violência camuflada, que sobrevive no âmago dos sistemas sociais e políticos através do oferecimento de oportunidades desiguais aos seus membros, privando estes indivíduos da possibilidade de satisfazerem necessidades básicas. Tais condições lhe garantem uma característica de cotidianidade.

Diante da restrição da participação política e da exploração econômica, a manifestação da violência estrutural é encarada como “algo normal”, não sendo contestada na maioria das vezes. Muitas vezes o senso comum nem chega a compreender a violência estrutural como uma forma de violência, mas sim como uma “pura e simples incompetência de governantes e responsáveis” (Neto & Moreira, 1999, p.35).

Por esta característica, os meios de comunicação acabam por dispensar-lhe um espaço muito menor que o dedicado à criminalidade e à delinqüência, dificilmente caracterizando-a como uma manifestação de violência, visão esta que repercute na sociedade.

No momento em que o Estado investe sobremaneira em políticas que privilegiam apenas certos grupos minoritários e restritos, vitimiza o restante da população, infligindo violências como miséria, fome e exclusão social. Neste contexto, as vítimas da violência estrutural ou a aceitam de forma passiva ou a refletem, guardando relação intrínseca com a delinqüência.

A violência estrutural demonstra em sua face mais cruel a instauração de um processo classificatório, seletivo, onde se decide quais os cidadãos que desfrutarão do bem-estar social e quais que se juntarão à grande massa de excluídos, porém, sem conseguir isolá-los – para

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

desgosto de alguns – colocando-os frente a frente diariamente, semeando a intolerância e o medo (Costa, 2005; Neto & Moreira, 1999).

Esta condição pode levar o indivíduo "violentado" pela estrutura do Estado ao cometimento de outras formas de violência, na busca pela satisfação de seus anseios pessoais. Conseqüentemente, o Estado, atendendo ao clamor advindo das elites ou dos "cidadãos de bem", através da visão reducionista antes relatada, passa a reprimir por meio de seu aparato jurídico e policial os que já havia alijado. Assim, "os violentados passam a ser encarados como violentos" (Neto & Moreira, 1999, p. 39).

Consideramos que os problemas precisam ser revelados, os programas ineficientes denunciados e redefinidos, buscando criar possibilidades para enfrentar, interromper e superar a violência estrutural a partir da construção da cidadania.

> Diante das massas de excluídos, mesmo considerando a banalização das diferentes formas de violência, as questões sociais demandam a reflexão e ação frente às suas diferentes necessidades. Evitar o acirramento das questões sociais é tarefa e desafio de todos os setores da sociedade envolvidos na construção da democracia como um valor humano de garantia universal de direitos sociais, políticos e jurídicos. Tal empreitada, no entanto, necessita rever as práticas do passado e do presente, que estão impregnadas do assistencialismo e do clientelismo que têm como pressuposto a manutenção do *status quo* (Neto & Moreira, 1999, p. 51).

A violência estrutural, portanto, refere-se às situações adversas que demonstram a falta de respeito para com o ser humano, a miséria, o trabalho escravo e precoce, a falta de escola, de moradia, de saneamento básico, as quais retratam o Estado brasileiro, denotando que não basta crescer economicamente, e que é indispensável investir em programas de inclusão social.

O silêncio dos meios de comunicação e a falta de organização da sociedade civil aliados a compreensão distorcida e simplista advinda da população atingida, fortalece ainda mais a violência estrutural, frente à conseqüente dissolução da revolta contra a ineficiência das políticas públicas, em vista de dores maiores como a fome do filho ou a morte de um ente querido por falta de atendimento médico-hospitalar.

Estes casos acabam sendo assimilados, pela população atingida, como fatalidades naturais:

> O aspecto mais cruel da violência estrutural, para o qual confluem todas as características aqui apresentadas, é o de ser responsável pela instauração de um processo seletivo que tem o poder de decidir quais os cidadãos que desfrutarão do bem-estar social (comprando-o se necessário) e aqueles que se incorporarão à grande

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> massa de excluídos mas, sem poder, para desgosto de alguns, isolar uns dos outros, colocando-os frente a frente diariamente. Este encontro de desiguais engendra relações bastante peculiares, que não são necessariamente belicosas. No entanto, o agravamento dos problemas sociais e o aumento dos índices de delinqüência vão, pouco a pouco, potencializando rancores que se expressam no preconceito, na intolerância e no medo (Neto & Moreira, 1999, p. 39).

Trata-se de uma forma de violência que ocorre de modo invisível e contínuo, mantendo-se constante ao longo do tempo, dificultando a prevenção e repressão para combatê-la, ao contrário da violência direta. A violência estrutural requer, em primeiro lugar, a conscientização de sua existência e, conseqüentemente, a implementação e avaliação de políticas públicas que promovam intervenções efetivas, com a participação social.

Logo, o combate à violência estrutural passa pela busca da repartição igualitária de poder e de recursos, restando, por conseguinte, intimamente ligada à teoria do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Assim, entendemos ser premente a implementação e avaliação das políticas públicas de Estado como um instrumento de desenvolvimento e justiça social, voltado à prevenção da violência estrutural. A ação Estatal poderá atingir bons níveis de eficácia se implementada com a participação e fiscalização da sociedade civil, a qual traz como contribuição o seu caráter de ferramenta de pressão política, luta e mobilização social, auxiliando de forma objetiva e direta, principalmente em âmbito local.

Neste cenário, onde a distância entre o poder público e a sociedade civil tende a ficar mais tênue resplandece a viabilidade de um maior controle sobre as políticas públicas, principalmente as municipais.

Assim, a análise da violência estrutural e de seus aspectos característicos, em nosso caso as condições de grupos de catadores do município de Estrela, passa também pela análise da política pública adotada e seus reflexos na realidade local. Para compreender o papel das políticas públicas neste contexto passamos ao estudo das responsabilidades compartilhadas.

1.6 Políticas públicas e responsabilidades compartilhadas

Conforme já estudado, o Estado, como instância onipresente na vida dos cidadãos de um país, através de suas estruturas, torna-se responsável direto pelo estabelecimento e desenvolvimento das condições de vida da população. Os direitos básicos destes cidadãos,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

como o acesso à alimentação, educação, segurança e saúde são pelo Estado influenciados, definidos e implementados.

O instrumento de atuação estatal são as políticas públicas. Na concepção contratualista de Estado, as políticas públicas deveriam ser orientadas para arbitrar as tensões sociais, de forma justa, promovendo a igualdade entre os cidadãos e a busca por melhores condições e qualidade de vida e evitando formas de violência estrutural. Contudo, na prática histórica, vêm favorecendo a inserção do país na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, privilegiando o mercado em detrimento da sociedade civil (Neto & Moreira, 1999).

No desenrolar deste processo, que engloba desde a elaboração até a implementação destas políticas, são inescapáveis os choques de interesses diversos, mais explicitamente aparente através do embate entre o mercado e a sociedade civil.

É através das suas políticas públicas que o Estado abre um canal de comunicação, na maioria das vezes unívoco, com a sociedade, demonstrando e praticando sua ideologia, metas e diretrizes, num movimento que interfere e regula o fluxo da vida cotidiana (Neto & Moreira, 1999). Ocorre que, no jogo da política aqueles que possuem os instrumentos mais eficazes de pressão (ou participação) são os com maiores probabilidades de obtenção efetiva da ação do Estado, se comparados àqueles dependentes dessa própria ação para conseguir o mínimo indispensável à sua sobrevivência.

> Este *"poder do Estado"*, em torno do qual travam-se as lutas políticas (Althusser, 1985) é, ao mesmo tempo, conquistado e assegurado pelas políticas públicas que são, em última instância, instrumentos de mediação responsáveis pela organização de uma determinada sociedade, moldando, elevando, modificando, cristalizando, e/ou desvirtuando a trajetória e as condições de vida de sua população (Neto & Moreira, 1999, p. 40).

As políticas públicas que geralmente são classificadas de acordo com o setor ou público da sociedade sobre o qual são aplicadas (educação, saúde, meio ambiente, criança e adolescente, monetária, cambial, entre outras tantas) podem ser divididas entre duas linhas macro: políticas públicas sociais, que têm por objetivo a organização da sociedade civil e a política; e as políticas públicas econômicas que visam o funcionamento do mercado. Contudo, para Neto & Moreira (1999) esta tipologia basta apenas para fins didáticos, tendo em vista a complexidade dinâmica que abrange a implementação de qualquer política pública, seja social ou econômica, com a interação indissociável de diversas variáveis de uma mesma totalidade.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Quando se fala em políticas públicas pode-se referir às implementadas em nível federal, estadual e/ou municipal. O Brasil, desde sua primeira Carta Constitucional republicana, adota o federalismo, oscilando momentos centralizadores em favor da União, com momentos tendentes a uma maior descentralização em favor dos entes federados.

A Constituição Federal de 1988, consagradora dos direitos sociais, e por isso apelidada de Constituição Cidadã, define dispositivos que apontam para a descentralização do poder, conferindo aos Municípios autonomia política e administrativa. A União, os Estados e os Municípios constituem-se nas esferas autônomas formadoras de nossa federação.

A extensão dos direitos sociais é expressada através do binômio: ampliação dos deveres do Estado e descentralização dos recursos para os Estados e Municípios (Neto & Moreira, 1999). Porém, ainda existem muitas ambigüidades e indefinição de competências, recorrendo a desequilíbrios fiscais e dificultando a distribuição de responsabilidades diante das incertezas.

Do ponto de vista das políticas públicas, a competência legislativa do município é ampliada, atribuindo-lhe novas responsabilidades. “Dota-se os municípios de recursos tributários, transformando-os em esfera autônoma de governo, submetida à obrigação constitucional específica de fazer política social” (Jacobi, 1996, p. 45). Assim, foi a partir de 1988 que os Estados e Municípios passaram a receber efetivamente mais recursos.

Ou seja, os municípios passaram a assumir responsabilidades que antes estavam condicionadas à União. Porém, tal condição não gera apenas novas possibilidades de incremento de orçamento, mas também novos problemas públicos a serem resolvidos diretamente pelos municípios, através de suas políticas públicas.

> A possibilidade de um pacto federativo que rompa com as mazelas do centralismo exige uma redistribuição do poder dentro da federação, tornando-a mais representativa, fortalecendo efetivamente funções de coordenação e planejamento menos centralizado e estimulando uma participação democrática nas comunidades locais; tendo como objetivo principal, reduzir as desigualdades sociais e a multiplicação da pobreza explicitada nos dramáticos indicadores sociais quanto a saúde, educação e bem-estar social que nos colocam em situação pouco confortável no mundo (Jacobi, 1996, p. 49).

Todavia, mesmo diante de um aporte tributário substancial, os Estados e Municípios continuam tendo graves problemas financeiros, com alto endividamento e conseqüente descumprimento das obrigações mínimas, tornando as transferências negociadas comuns, com o financiamento de programas através de valores de fundos de natureza social.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Desta foram, apesar da ampliação de responsabilidade pelas políticas sociais em âmbito estadual e municipal, trazidas pela Carta Magna de 1988, não houve tão somente o incremento de competências concorrentes, mas também a viabilidade da manutenção de transferências negociadas, através das quais a União financia total ou parcialmente ações e serviços prestados por outras instâncias de governo.

Segundo previsão constitucional, carregada de intenção descentralizadora, a responsabilidade pelos serviços essenciais como educação, saúde, assistência social e meio ambiente, são prioritariamente municipais, em segundo plano, estaduais e, em último estágio, federais, conforme artigo 30, incisos I, II e V da Carta Magna. Dentre estes serviços encontra-se a gestão de resíduos sólidos domiciliares.

Vários são os instrumentos normativos que podem ser utilizados pelo governo municipal para regular o destino dos resíduos descartados. Neste sentido pode-se regular os serviços de limpeza urbana através da Lei Orgânica Municipal; do Código de Posturas; Lei Municipal de Meio Ambiente; do Código Sanitário Municipal; Regulamento de Limpeza Urbana; de outras legislações municipais específicas (resíduos de construção civil, dos serviços de saúde, entre outros); entre outros.

É através destas regulamentações que ficam definidas as formas de acondicionamento e modo de destinação dos resíduos sólidos, impondo sanções para o caso de eventuais irregularidades no processo. Porém, o cumprimento efetivo de tais regulamentos mostra-se exceção no universo de municípios brasileiros, seja por se tratarem de diplomas desatualizados, inconsistentes ou, principalmente, por falta de fiscalização efetiva por parte do Poder Público. Segundo diagnóstico analítico da gestão dos resíduos sólidos, em nível nacional, realizado pelo Ministério das Cidades, em 2003, no Brasil apenas 8,2% dos municípios possuem programa de coleta seletiva de resíduos (OPAS, 2003).

No caso do Município de Estrela, a questão dos resíduos sólidos é regulamentada pelo Código Municipal do Meio Ambiente (Lei Municipal 3.294 de 22 de dezembro1999), o qual estabelece objetivos e conceitos (capítulo I); a política ambiental de Estrela e as responsabilidades do Poder Executivo (capítulo II); proteção do meio ambiente, e a coleta transporte e destinação final dos resíduos sólidos (capítulo III), estabelecendo como órgão competente para recebimento, julgamento e decisões sobre as infrações ambientais do município, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA); penalidades (capítulo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

IV); auto de infração e prazos recursais (capítulo V); atribuições dos agentes público (capítulo VI).

Mais adiante, exploraremos mais a fundo, alguns aspectos locais considerados importantes para a pesquisa eis que a análise das condições de vida de uma população configura-se em um processo de avaliação das políticas públicas, na maneira pela qual elas intervêm na vida dos cidadãos e as conseqüências que provocam.

Ao aclararmos conceitos, apontando de forma crítica a concepção simplista do conceito de violência estrutural e a dinâmica sócio-estatal, nesta pesquisa pretendemos não apenas aguçar o reconhecimento e a compreensão acerca da violência estrutural, como também apontar possibilidades para sua prevenção, focalizando a avaliação de uma política pública federal desenvolvida na esfera municipal (Programa Brasil Joga Limpo), voltada para o universo dos catadores de resíduos sólidos de Estrela/RS, enquanto uma das estratégias que possibilitam a melhoria da qualidade de vida e a garantia de seus direitos, tendo como pano de fundo a problemática ambiental envolvida neste contexto e o processo de construção da cidadania.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

2 METODOLOGIA

A metodologia deve levar em consideração alguns aspectos essenciais: especificidade da problemática a ser investigada; a habilidade do pesquisador; os recursos disponíveis e principalmente os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa. Tais princípios gerais devem orientar e balisar a conduta do pesquisador que deve adotar os métodos que melhor se adaptem ao seu problema (Becker, 1994).

A seguir, apresentaremos a metodologia utilizada que consistiu em uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Inicialmente realizamos um estudo bibliográfico acerca do tema proposto e no trabalho de campo utilizamos para coleta de dados entrevistas semi-estruturadas, as quais foram gravadas. Após a transcrição, os dados foram tratados através da análise de conteúdo.

Entendendo-se o método como o caminho para se chegar a um fim, se mostra importante esmiuçar qual o caminho que se percorreu para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa científica, assim como os instrumentos que foram utilizados, justificando estas escolhas. A discussão sobre qual o caminho possível para a realização da pesquisa passa pela análise das possibilidades ofertadas pelos métodos quantitativos e qualitativos.

Acompanhando-se a evolução do estudo das ciências temos que em um primeiro momento, as ciências naturais pautavam suas “verdades absolutas” e “leis gerais” em modelos quantitativos de pesquisa. Ou seja, a comprovação dava-se através da repetição de números e casos análogos. Segundo Goldenberg (2005) mesmo nestas pesquisas a subjetividade esteve e está presente na escolha do tema, dos entrevistados, da bibliografia consultada e na análise dos dados, isto porque o pesquisador é um sujeito social.

Da busca e desenvolvimento de instrumentos capazes de compreender a dinâmica social e cultural, não aceitando o caráter de neutralidade e objetividade pressuposto pela teoria positivista, surgiram os primeiros sistemistas de uma metodologia qualitativa de pesquisa.

Assim surgem os estudiosos de métodos mais adequados à pesquisa social, contemporâneos de Comte, como o francês Frédéric Le Play. Ele escreveu monografias de observação social entre outras pesquisas de observação dos nativos do século XX, onde sobressaem os trabalhos de Franz Boas e Bronislaw Malinowski, e o desenvolvimento de teorias e instrumentos para a realização e o aperfeiçoamento de pesquisas de campo. Estes autores começam a erigir a ofensiva metodológica aos padrões de neutralidade e objetividade exigidos do pesquisador. Segundo Goldenberg (2005) o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um dos primeiros a realizar tal crítica. A diferença entre os objetos de estudo das ciências se traduz em diferenças nos objetivos e métodos de pesquisa, tendo em vista que as ciências sociais devem preocupar-se com a compreensão e interpretação de casos e não com a formulação de leis gerais.

Como o pesquisador social não pode afastar totalmente a subjetividade em suas pesquisas, ele deve fazer uso de um esforço controlado para conter esta subjetividade, o que é chamado por Bourdieu (1989) de "objetivação". Assim, quanto mais consciente do *bias*, ou viés subjetivo, mais o pesquisador consegue controlá-lo e afastá-lo de sua pesquisa. A contaminação da pesquisa de campo por influência da personalidade e valores do pesquisador pode ser afastada com a consciência de que sua presença afeta o grupo e de até que ponto este fato pode ser minimizado, fazendo constar tais detalhes e considerações no desenvolvimento da pesquisa.

Por esta razão deixamos de realizar a pesquisa no município de Lajeado, onde sou conhecido como policial militar no local primeiramente escolhido – bairro Santo Antônio, onde o perfil de criminalidade e exclusão social é alto exigindo ações de polícia militar, e portanto meu trânsito no bairro. Já na cidade de Estrela não tivemos problemas para contatar os catadores nas ruas e em suas casas, mais especificamente no Loteamento Marmit, local de cotidianas ocorrências policiais, mas que não tinham minha atuação. Contudo, empregados da Usina de Tratamento de Lixo (UTL) tinham ciência de minha condição de policial do município vizinho, o que em nossa visão não prejudicou o desenvolvimento do trabalho de campo naquele local, tendo em vista que tivemos muitos contatos. Participei inclusive de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

dinâmicas de grupo durante reuniões, o que nos permitiu conhecer a todos os operários, bem como, que as entrevistas fossem concedidas com tranqüilidade e sem quaisquer problemas.

Acerca da representatividade dos dados levantados e analisados pela pesquisa qualitativa, deve-se observar que eles objetivam uma interpretação e compreensão profunda dos fenômenos sociais escolhidos como objeto de pesquisa. Neste sentido, contrapõem-se a estatística da pesquisa quantitativa, tendo em vista que a subjetividade dos fatos sociais não pode ser alcançada por questionários padronizados.

> Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis com os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador (Goldenberg, 2005, p. 53).

Segundo a autora, a quantidade é substituída pela profundidade na pesquisa qualitativa. No nosso caso fizemos as entrevistas em profundidade e o cruzamento dos dados coletados junto às diferentes fontes. A quantidade de indivíduos analisados torna-se, assim, menos importante do que este exercício de enxergar teimosamente o objeto estudado de diferentes ângulos e perspectivas.

Neste sentido, Becker (1994) afirma que apesar dos métodos utilizados serem objetivos, os resultados de dois estudos acerca do mesmo grupo pode ser diferente, pois os pesquisadores podem ter se preocupado em enxergar o fato social de maneira diversa, com outro enfoque ou perspectiva. Na realidade não há problema em diferentes resultados, espera-se apenas resultados compatíveis, segundo o autor. O estudo aprofundado exige apenas que o pesquisador apresente as características dos indivíduos, como no caso específico deste trabalho, para que os críticos possam tirar suas conclusões e possibilitando a aplicação do estudo em outros grupos.

Dentre os métodos utilizados em pesquisa qualitativa, adotamos a técnica de análise de conteúdo, a qual é assim definida por Bardin:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (1977, p. 42).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A análise de conteúdo vem desenvolvendo-se como técnica metodológica desde o início do século XX. No começo era utilizada para o tratamento de materiais jornalísticos. Hoje é adotada por pesquisadores para a análise de transcrições de entrevistas, documentos institucionais, entre outros (Bardin, 1977).

Esta pesquisa compreendeu as três etapas básicas da análise de conteúdo (Vergara, 2006): pré-análise, com a seleção do material e definição dos procedimentos de análise; a exploração do material, que se refere à implementação dos procedimentos; e por fim, o tratamento e a interpretação, com a geração de inferências e de resultados da investigação.

Com a adoção da análise de conteúdo realizamos o tratamento dos dados obtidos nas entrevistas identificando o que estava sendo dito pelos informantes em relação aos temas propostos nas entrevistas. As categorias analíticas foram construídas a partir da revisão da literatura e da análise do *corpus* de entrevistas, também chamada de grade de análise mista.

Assim, as categorias construídas e analisadas neste trabalho, após inventário e classificação (Bardin, 1977), de acordo com respectivos os atores sociais investigados, foram as seguintes:

Atores: Representantes do Poder Público, coordenadoras locais do Programa Brasil Joga limpo (R);

Categorias: resíduos sólidos e Programa Brasil Joga Limpo; os beneficiários do Programa Brasil Joga Limpo; a atuação dos catadores no contexto socioambiental local; o Fórum Lixo e Cidadania; cidadania, desenvolvimento e educação ambiental; e violência estrutural e assistencialismo.

Atores: Grupo de Catadores não abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo (CNP);

Categorias: catação, meio ambiente e resíduos sólidos; participação comunitária; violência estrutural e cidadania.

Atores: demais grupos de catadores abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo (Catadores autônomos abrangidos pelo programa – CAP; Catadores que trabalharam na UTL, abrangidos pelo programa – CTU; e ex-catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo – UTL);

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Categorias: catação, meio ambiente e resíduos sólidos; participação comunitária e Programa Brasil Joga Limpo; e violência estrutural e cidadania.

2.1 Procedimentos técnicos

Os procedimentos técnicos utilizados para atingir os objetivos propostos pela presente pesquisa, compreenderam a pesquisa bibliográfica (livros e artigos relacionados com os objetivos). Também realizamos o estudo dos documentos e relatórios existentes nos arquivos das secretarias municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico (SMMASB) e Saúde e Assistência Social (SMSAS), realizando um histórico com Programa Brasil Joga Limpo, proposta em 2001 e que teve sua implementação e desenvolvimento no município de Estrela de 2002 ao final de 2007.

Para tanto, foram analisados e detalhados: 26 relatórios de atividades e trabalhos técnico-sociais; 05 planos sociais e de educação ambiental e mais 04 documentos do convênio firmado com o governo federal.

Outras técnicas utilizadas: a observação *in loco* na Usina de Tratamento de Lixo (UTL), nas residências, em galpões, no local de emprego e nas ruas durante o serviço de catação no intuito de conhecer a realidade dos catadores e de sua atividade.

As entrevistas em profundidade com os catadores em diferentes situações de trabalho e com os representantes do Poder Público no Programa Brasil Joga Limpo objetivaram investigar "se" e "como" a política pública socioambiental, adotada pelo município, em relação aos catadores de Estrela, promove a cidadania, auxiliando no combate à violência estrutural.

Tais informações foram relacionadas e comparadas entre si através da análise temática de conteúdo, sendo os dados tabulados manualmente, relacionando-os aos conceitos trabalhados. Conforme Bardin, a *"análise temática: é transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetada sobre os conteúdos"* (1977, p. 175).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

As observações foram as primeiras a serem realizadas e acompanharam a pesquisa até o seu findar, tendo em vista que a lógica da pesquisa foi ir se estreitando cada vez mais através da coleta e análise das informações.

Após este estudo preliminar, foram produzidas as entrevistas com perguntas temáticas. Durante as entrevistas alguns pontos foram mais aprofundados conforme o desenvolvimento da mesma. O trabalho de campo foi realizado no município de Estrela durante o período compreendido entre junho de 2007 a fevereiro de 2008.

O local da pesquisa foi escolhido pelos seguintes motivos:

- A cidade de Estrela é o único município da região que adota uma política pública oficial voltada para os catadores;

- O município mantém a Usina de Tratamento de Lixo (UTL) e aterro sanitário onde atuam, em sua maioria, ex-catadores de resíduos sólidos;

- A grande quantidade de catadores existentes no município, mais especificamente no loteamento Marmit, já previamente cadastrados pela administração municipal;

- O desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica no Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) sobre práticas ambientais e resíduos sólidos no município, intitulada Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari/RS.

Realizamos uma investigação comparativa entre quatro grupos sociais denominados da seguinte forma: Catadores não abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo (os quais nominamos como CNP1, CNP2, CNP3 e CNP4); Catadores abrangidos pelo Programa (os quais nominamos como CAP1, CAP2, CAP3 e CAP4; Catadores que trabalharam na UTL e abrangidos pelo Programa (os quais nominamos como CTU1, CTU2, CTU3 e CTU4); Ex-catadores que trabalham na UTL como operários, (os quais nominamos como UTL1, UTL2, UTL3 e UTL4).

Foram entrevistadas ainda as duas servidoras responsáveis pelo programa por parte do Poder Público Municipal (as quais nominamos como R1 – Assistente Social e R2 – Secretária de Meio Ambiente e Saneamento Básico). Os nomes dos entrevistados foram omitidos para garantir-lhes o anonimato e não causar-lhes constrangimentos para as respostas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A seleção das pessoas que foram entrevistadas levou em conta os critérios (externos) de suas funções e estratificação social. Conforme, Gaskell (2003), não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas, o que faz com que o pesquisador tenha de usar sua imaginação social científica para montar a seleção. Assim, a escolha do número de entrevistados levou em consideração o esforço exigido para a realização das entrevistas, transcrições e análises, bem como, o tempo disponível para tais tarefas (Bauer e Aarts, 2003).

Conforme já afirmamos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, portanto não é nossa pretensão que a pesquisa represente toda a população de catadores de papel do município. Assim, efetivamos um total de 18 entrevistas em profundidade, contando também com as observações *in loco* e conversas informais.

Estes contatos foram realizados na Usina de Tratamento de Lixo (UTL), nas ruas durante a catação, em seus locais de emprego, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nas residências. Enfim, buscamos informações sobre o contexto vivenciado por estes trabalhadores, para compreender acerca de seu cotidiano de trabalho.

Deixamos sempre o informante à vontade para indicar o horário e local da entrevista, bem como respeitando seu ânimo. Tomamos como base a interrogação sistemática, conforme propõe Bourdieu (1989), incluindo também os acasos que fizeram parte da pesquisa de campo, dado o caráter de constantes mudanças na dinâmica realidade social.

Assim, em algumas situações a entrevista teve de ser remarcada, diante de imprevistos ou possibilidade de trabalhos que apareciam de súbito ao catador. A abordagem destes na rua, durante o exercício da catação sempre foi complicada e precedida de uma avaliação de nossa parte, tal como: volume de carga do carrinho; expressões de cansaço; pressa. Estas posturas indicavam a conveniência ou não de uma abordagem.

A maioria das conversas e entrevistas se deu durante o período de descanso dos catadores empregados e no momento da preparação do almoço, que coincidia com os picos de sol, no caso dos catadores autônomos.

A pesquisa foi orientada pela seguinte tabela de procedimentos, a qual define os objetivos, as fontes, os procedimentos técnicos e o detalhamento dos temas abordados com estes procedimentos em relação aos informantes.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

TABELA 01 - Quadro de objetivos e procedimentos metodológicos

OBJETIVOS (Para que?)	**FONTE (Onde?/Quem?)**	**PROCEDIMENTO TÉCNICO (Como?)**	**DETALHAMENTO (O que se quer saber – tema das entrevistas)**
Contextualizar a situação dos catadores de resíduos sólidos domésticos e o Programa Brasil Joga Limpo em Estrela	- Pesquisa bibliográfica a partir de livros e artigos relacionados com o objetivo;	- Leitura e análise do material coletado. -Historicização e relacionamento dos conceitos, procurando entender a interação entre os mesmos.	1- Qual a origem e conceito do Estado, sociedade civil e cidadania? 2- O que é violência? 3- Qual o conceito de violência estrutural e da onde ela surge? 4- O que é o empoderamento e capital social? 5- O que é Política Pública? 6- Qual a responsabilidade do município? 7- Como se relacionam os conceitos estudados?
Identificar quais significações os catadores produzem na relação entre o seu fazer e as questões ambientais	-Grupos de catadores;	-Observação in loco; -Entrevistas em profundidade (semi-estruturada com os grupos de catadores); -Comparativo entre grupos de catadores, utilizando a análise de conteúdo.	1- O que os catadores entendem por meio ambiente? 2- O que os catadores entendem por resíduo sólido? 3- Quais as percepções dos catadores do atual contexto socioambiental? 4- Quais as percepções dos catadores sobre seu ofício? 5- Como os catadores percebem as práticas de descarte de resíduos sólidos por parte da comunidade? 6- O que os catadores fazem com os resíduos sem valor comercial?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Investigar de que forma a Política Pública adotada está gerando sujeitos autônomos e participativos	- Pesquisa documental (relatórios e documentos relativos ao desenvolvimento do programa); -Grupos de Catadores; - Poder Público (Representantes do Programa Brasil Joga Limpo).	-Leitura e análise do material coletado; -Entrevistas em profundidade (semi-estruturada com os grupos de catadores) - Entrevistas em profundidade (semi-estruturada) com os representantes do Programa -Comparativo entre grupos de catadores, utilizando a análise de conteúdo. -Relacionar as entrevistas dos catadores e das autoridades públicas, através da análise de conteúdo.	1- Como os Representantes do Programa vêem a atuação dos catadores no atual contexto socioambiental? 2- Qual a participação dos catadores na vida comunitária? 3- Existe participação efetiva nos fóruns do programa? 4- Participam de ações de educação ambiental? 5- Percebe-se o exercício da cidadania? 6- O Poder Público reconhece estas políticas como possibilidade de desenvolvimento?
Analisar como o programa adotado como política pública atua em relação à violência estrutural e sua influência nos grupos de catadores	- Pesquisa documental (relatórios e documentos relativos ao desenvolvimento do programa); -Grupos de catadores; -Poder Público (Representantes do Programa Brasil Joga Limpo).	- Observação *in loco*; -Entrevistas em profundidade (semi-estruturada com os grupos de catadores); - Entrevistas em profundidade (semi-estruturada) com os representantes do Programa; -Relacionar as entrevistas dos catadores e das autoridades públicas, utilizando a análise de conteúdo; -Relacionamento do referencial bibliográfico com as falas dos entrevistados.	1- Pode-se identificar a violência estrutural no universo dos catadores? 2- O Poder Público reconhece a existência da violência estrutural? 3- Qual a situação socioeconômica e educacional dos catadores? 4- Como o Poder Público vê o Assitencialismo? 5-Como os catadores vêem a atuação e desempenho do Poder Público? 6-Após a implementação do Programa a qualidade de vida dos catadores melhorou? 7- A política pública, em relação aos catadores em Estrela, promove a cidadania, auxiliando no combate à violência estrutural? Como?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Como etapa final da pesquisa, realizamos a sistematização e análise das entrevistas realizadas, estabelecendo as comparações entre os fundamentos teóricos adotados, o histórico do programa e as falas dos catadores e dos representantes da política pública adotada pela Prefeitura de Estrela. Procuramos focalizar as peculiaridades e as relações entre os elementos, buscando enfatizar o que é significativo, e não necessariamente freqüente no texto (Bardin, 1977; Vergara, 2006).

Durante toda a pesquisa de campo foi utilizado um gravador para as entrevistas e um diário de campo, onde restaram anotados os acontecimentos ocorridos ao longo da pesquisa.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo buscamos demonstrar a realidade dos resíduos sólidos no Brasil, bem como a situação dos atores que trabalham diretamente no ofício da catação. Em âmbito local traçamos a realidade do município de Estrela/RS, suas características socioambientais, econômicas e a atividade dos catadores locais. Além disso, o capítulo traz a pesquisa sobre o Programa Brasil Joga Limpo no município de Estrela, sua adoção, implementação e desenvolvimento como política pública municipal.

3.1 A situação dos resíduos sólidos no Brasil

Em nossa pesquisa adotamos como pano de fundo em nosso objetivo geral, diante do trabalho com os catadores, a problemática ambiental. Existe uma direta relação entre a violência estrutural, a atual conjuntura socioambiental e o desenvolvimento, que procuramos desvelar nesta pesquisa a partir da análise de uma política pública voltada aos catadores de resíduos sólidos.

No Brasil, gradualmente, nota-se uma melhoria na qualidade de gestão dos resíduos sólidos urbanos. Contudo, no país ainda falta uma política de resíduos de âmbito nacional, que equalizaria as diferentes e contrastantes realidades e daria mais exatidão aos dados fornecidos pelas prefeituras municipais.

O projeto de lei que regulamenta a questão dos resíduos sólidos foi apresentado pela primeira vez no Senado Federal em 27 de outubro de 1989, como Projeto de Lei 354, de lavra do Senador Francisco Rollemberg. Hoje a matéria tramita na Câmara dos Deputados Federais

através do Projeto de Lei 203 de 1991, com setenta e três apensos e institui a Política Nacional de Resíduos, abordando aspectos específicos referentes à gestão de resíduos sólidos (Brasil, 1991).

Desde 1991, foram apresentados na Câmara pelos deputados federais, para discussão, cento e um projetos de lei sobre a problemática socioambiental dos resíduos sólidos, sendo que houve a reunião de todos estes projetos num substitutivo (Brasil, 1991). Assim, o Projeto de Lei 203/91 e seus apensos referem-se aos princípios e aos demais aspectos envolvendo do gerenciamento integrado e compartilhado de resíduos em nível nacional. Um dos grandes debates contidos no projeto é a questão da responsabilidade pós-consumo referente ao descarte de embalagens e produtos eletroeletrônicos. Grandes discussões envolvendo governo, sociedade civil e empresas dificultam a tomada de posição para a edição final da legislação, frente aos interesses postos em relação ao assunto.

Observe-se que tal normatização, que versa sobre a responsabilidade das empresas em coletar os resíduos por elas gerados após o consumo, interessa sobremaneira aos profissionais envolvidos no ciclo dos resíduos, devendo a nosso entender incluir todos os atores envolvidos na discussão. Caso contrário, nós estaríamos diante de mais uma manifestação da violência estrutural, pois caso for aprovado uma política não inclusiva, catadores autônomos e cooperativas seriam extremamente afetados em suas atividades, gerando prejuízos e novo processo de exclusão social.

Segundo o projeto, a gestão da política nacional de resíduos sólidos ficaria sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Na atualidade, em razão da falta de uma política específica sobre os resíduos sólidos, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) é que realiza normatizações, acerca da temática, por meio da edição de resoluções.

Já em âmbito municipal, o problema que envolve a questão da política de resíduos, não raras vezes, é causado pela falta de preparo técnico-pessoal, inviabilizando um planejamento de projetos para a busca de financiamentos através de programas, ou ainda, quando implementados, falta um efetivo gerenciamento dos trabalhos para a diminuição dos impactos dos resíduos sólidos no meio ambiente e a inclusão dos atores envolvidos.

Exemplo disto são as linhas de créditos existentes em fundos (sociais e ambientais) e que não são totalmente utilizados pela falta de projetos dos possíveis beneficiários.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Atualmente, a Caixa Econômica Federal, responsável pelo financiamento e implantação do Programa Brasil Joga Limpo, repassa recursos do governo federal aos municípios e mantém uma estrutura descentralizada para apoio às ações sociais ligadas aos projetos financiados.

Também, e isto podemos visualizar no decorrer da pesquisa, há falta de destinação de pessoal capacitado para atuar nesta política: o Programa Brasil Joga Limpo, desde sua implantação no município de Estrela, contou com tão somente uma assistente social por período, além do auxílio de servidores que acumulavam outras funções na prefeitura. No entanto as horas da assistente foram cortadas ao longo do programa.

Um importante documento sobre a problemática dos resíduos sólidos em território nacional encontra-se publicado na 1ª Avaliação Regional dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Municipais nos Países da América Latina e Caribe – Informe Analítico da Situação da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos no Brasil – 2002, onde se apresenta um diagnóstico analítico realizado através do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (OPAS, 2003).

Este estudo, ao analisar os serviços de limpeza pública no Brasil, os quais são de responsabilidade dos municípios de acordo com a Constituição de 1988, constatou que, desde que foram incluídas informações a respeito das condições dos domicílios pelo Censo Demográfico do IBGE, há 50 anos, o índice de atendimento com serviços de coleta de lixo pela primeira vez superou o de atendimento pelos serviços de abastecimento de água – 79% dos domicílios são atendidos com coleta de lixo, enquanto 77,9% são atendidos com rede pública de abastecimento de água.

Mesmo que estes dados não permitam uma noção qualitativa dos serviços prestados, constata-se a existência de coleta de lixo e varrição em quase todos os municípios brasileiros – 99% dos municípios têm coleta convencional; mas apenas 8,2% têm programa de coleta seletiva. Os grandes municípios de áreas metropolitanas atingem um melhor resultado, já os demais acumulam dificuldades de ordem estrutural e administrativa, com pouca ou nenhuma qualificação de pessoal, baixa capacidade de obtenção e aplicação de recursos, sendo que a maioria tem como cenário da destinação final catadores, animais e lixões a céu aberto (OPAS, 2003).

Importante salientar que houve aumentos significativos na quantidade de lixo coletada, decorrente do aumento dos índices de coleta, mas decorrente também das mudanças nos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

padrões de consumo e descarte. Segundo os dados da avaliação, no Brasil, a massa de lixo coletada se ampliou de 100 mil toneladas em 1989 para 149 mil toneladas em 2000 – um crescimento de 49%, enquanto entre 1991 e 2000 a população cresceu 16,43%, passando de 146.825.475 para 169.799.170 habitantes (OPAS, 2003).

Ainda de acordo com o trabalho, na análise acerca do tratamento e destinação final dos resíduos coletados, o quadro geral evoluiu de forma positiva nos últimos anos. A massa de resíduos sólidos destinada a aterros sanitários passou de 15,8% dos resíduos coletados para 32% dos resíduos coletados. A maior massa de resíduos coletados está concentrada em algumas poucas cidades, justamente aquelas que têm mais capacidade técnica e econômica e substituíram a destinação dos lixões para aterros sanitários.

Dos municípios com menos de 15 mil habitantes, segundo o estudo 70,46%, depositam os resíduos em lixões ou aterros “controlados” (não considerados tecnicamente “sanitários”). Estes municípios são responsáveis pela coleta de apenas 9,35% do lixo coletado no país (OPAS, 2003).

Este contexto acaba provocando situações de impacto social e de degradação ambiental (contaminação dos lençóis freáticos pelo chorume e de solos agricultáveis no caso de áreas rurais, e poluição do ar pela liberação de gases tóxicos nas áreas urbanas). O entupimento da rede de esgotos e o assoreamento de rios e da rede pluvial por resíduos sólidos urbanos somam-se aos desmatamentos e ao processo de expansão urbana que acabam sendo fatores agravantes ou determinantes de inundações, que penalizam, sobretudo, as populações já marginalizadas.

Conhecedor desta problemática, o Governo Federal destinou através do Orçamento Geral da União, em 2007, o montante de R$117.794.956,00 para programas na área de resíduos sólidos urbanos.

Os recursos federais voltados para o financiamento de projetos de gestão de resíduos sólidos foram distribuídos através dos seguintes órgãos estatais: Ministério das Cidades (R$14.566.000,00); Ministério do Meio Ambiente (R$10.446.987,00); Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde (R$77.781.969,00); Ministério do Trabalho e Emprego (15.000.000,00) conforme dados do Senado Federal (Brasil, 2007).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Dentre as ações previstas em nível nacional e orçadas no referido plano anual temos: apoio à implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais; apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos; apoio ao desenvolvimento para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em municípios com população superiores a 250.000 habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas; desenvolvimento institucional para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas; fomento a projetos de gerenciamento e disposição de resíduos em municípios de médio porte (Brasil, 2007).

O repasse federal previsto no Plano de Lei Orçamentária Anual de 2007, ao Estado do Rio Grande do Sul, foi de R$2.164.137,00. As ações financiadas pela União e previstas para o Estado do Rio Grande do Sul foram as seguintes: apoio à implantação, ampliação, melhoria do sistema público de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de problemas em municípios com população acima de 250.000 habitantes ou em regiões metropolitanas; implantação, ampliação ou melhoria do sistema público de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para a prevenção, controle e agravos em municípios de até 30.000 habitantes ou com risco de transmissão de dengue; apoio à implementação e ampliação de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos em municípios com população superior a 250.000 habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas (Brasil, 2007).

O diagnóstico analítico realizado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, considera que a gestão de resíduos sólidos no Brasil vem adquirindo sistematicamente uma importância maior junto às agendas de governo, porém ainda existem grande diferenças entre regiões e municípios, principalmente entre os maiores e os menores (OPAS, 2003). Porém, adverte que prepondera ainda a disposição inadequada dos resíduos sólidos e a pequena participação popular visando à redução do desperdício e da geração de resíduos e da realização da separação dos materiais recicláveis para os programas de coleta seletiva.

O relatório final considera que ainda são insuficientes os esforços de educação ambiental e de mobilização social nos sistemas de gestão de resíduos no País. Assim, o estudo, em conclusão, enumera as seguintes recomendações: 1- implementação de políticas públicas voltadas à redução do descarte e o incentivo ao consumo responsável e sustentável;

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

2- desenvolvimento de estratégias efetivas na gestão dos resíduos sólidos para a sustentação, viabilidade e manutenção das políticas públicas, financiamentos e capacitação técnica dos municípios; 3- ampliação de investimentos voltados à infra-estrutura e aprimoramento tecnológico e material dos sistemas de limpeza urbana, principalmente na ampliação da coleta; 4- implantação adequada de soluções de tratamento e disposição final de resíduos, voltados à abolição dos depósitos de lixo a céu aberto (lixões), em consonância a ações de capacitação e inserção social dos catadores (OPAS, 2003).

Outro aspecto relevante observado no diagnóstico analítico realizado através do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades corresponde a estimativa da existência de 24.243 catadores em ação no Brasil, sendo que 22% destes são menores de 14 anos (IBGE, 2000).

Estes dados estão defasados, pois nos últimos 8 anos, observamos um aumento de catadores em pequenas, médias e grandes cidades. O que se apresenta como indiciante da existência da violência estrutural neste meio. Isto porque a catação tende a ser uma das últimas opções de trabalho na sociedade brasileira. Assim, passamos a uma breve análise dos catadores de resíduos sólidos.

3.2 Os catadores de resíduos sólidos no Brasil

O Brasil desperdiça pelo menos 9,5 milhões de toneladas de material reciclável ao ano, material que o processo de coleta seletiva permitiria recolocar no processo produtivo, gerando emprego, renda, economia de gastos públicos e redução de impacto ambiental. Além disso são desperdiçados 14 milhões de toneladas de alimentos por ano (Boeira *et al*, 2006).

Segundo Sachs (2003) a efetivação das possibilidades de redução, reutilização e reciclagem de produtos orgânicos e não orgânicos, teria o potencial de desencadear um substancial ganho em termos de sustentabilidade em suas diferentes dimensões (ambiental, econômica, sociocultural e ético-política).

Conforme já explicitado na introdução deste trabalho a coleta seletiva e o manejo adequado dos resíduos, além do aspecto de sustentabilidade ambiental tem efeitos diretos nos âmbitos social e econômico, com a criação de mercado de trabalho e geração de renda,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

propiciando oportunidades à melhoria da qualidade de vida. O trabalho de catador não é novo. As origens do ofício de catador podem ser assim descritas:

> O termo catador (de materiais recicláveis), ou badameiro (Adametes, 1999) origina-se de "garrafeiro", denominação que, no início do século XX, era atribuída às pessoas que se dedicavam a comercializar materiais descartados no lixo. Até o momento esta atividade é considerada como informal, tal como a de vendedor ambulante, dentre outros. Apesar de informal, o trabalho de catador começa a se tornar estruturado, não só devido à cultura da reciclagem, que parece finalmente ter sido assimilada por um pequeno segmento da sociedade brasileira (O Globo, 1991; Jornal da Tarde, 1991; Portilho, 1997) mas ao desemprego em massa, ao apoio de algumas organizações e também pela luta para o reconhecimento desta atividade como profissão (Catadores de Vida, 2002). Sendo que a "catação" é o termo que eles costumam usar para se referirem à tarefa de catar material reciclável (Carmo & Oliveira, 2004, p. 4).

Apesar de um trabalho do início do século XX, só em junho de 2001 foi realizado o Encontro Nacional de Catadores de Resíduos Sólidos em Brasília, onde houve a participação de cerca de 1.300 catadores de 17 estados brasileiros (Boeira *et al*, 2006). O objetivo deste encontro foi solicitar ao governo federal o reconhecimento da profissão, linhas de financiamento específicas para a categoria e a implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que privilegie as associações e cooperativas de catadores.

Ato contínuo a este evento foi estruturado o Movimento Nacional de Catadores, representado em todas as regiões do País, com a criação de uma Comissão Nacional que se reúne regularmente e discute a participação da categoria no contexto nacional da gestão de resíduos sólidos. Em 2002 a profissão foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego na Classificação Brasileira de Ocupações (Boeira *et al*, 2006).

Através desta articulação nacional foi idealizado o I Congresso Latino-Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, no município de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, de 19 a 23 de janeiro de 2003, promovido pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e pelo Fórum Nacional de Estudos de População de Rua (Boeira *et al*, 2006). Neste evento se fizeram presentes cerca de mil catadores e técnicos de diferentes regiões do Brasil, Argentina, Uruguai, México, Canadá e França.

Esta participação internacional assenta-se no fato, reconhecido por Carmo & Oliveira (2004), de que a atividade de catação de materiais reutilizáveis como fonte de renda já possui uma longa história em diversos outros países. O segredo está em como viabilizar organizações de catadores para que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e auto-gestionáveis

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

contribuindo efetivamente para o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria da qualidade ambiental.

Este é um dos principais objetivos da política pública adotada pelo município de Estrela, traduzido pelas responsáveis pelo programa: formar a partir da Usina de Tratamento de Lixo (UTL), uma cooperativa que torne sustentável o ciclo dos resíduos sólidos do município, promovendo a inclusão social dos catadores e a erradicação do trabalho infantil, criando perspectivas para a melhoria ambiental local.

3.3 O município de Estrela e a coleta seletiva de resíduos

Os primeiros habitantes da região, onde hoje se localiza Estrela, foram os índios aborígenes Guananás (Schierholt, 2002). Com a chegada dos colonizadores, principalmente os alemães, os índios foram se retirando progressivamente para o centro e norte do Estado, diminuindo o número de famílias indígenas residentes em Estrela (Estrela, 2006a).

A colônia Estrela foi fundada em 1855. Nesta época chegaram em Estrela os primeiros colonizadores, conformando a origem étnica de mais de 82% de alemães. O município de Estrela foi criado através da Lei 1.044 de 20 de maio de 1876, desmembrando-se do município de Taquari, constituindo-se no 44º município gaúcho à época (Schierholt, 2002). Na contemporaneidade Estrela possui a predominância alemã, sendo seus aspectos culturais muito valorizados pela população estrelense.

Conforme Schierholt (2002), geograficamente, o município de Estrela pertence à Encosta Inferior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Está localizado à margem esquerda do Rio Taquari, estando a 45 metros do nível do mar, tendo 113 km de distância entre ele e o município de Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul.

Estrela possui uma área territorial de 184,2 km2, fazendo divisa com os municípios de Colinas, Bom Retiro, Teutônia, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio e Lajeado. O acesso ao município, bem como o escoamento da produção dá-se basicamente através das estradas de rodagem (BR 386 e Rota do Sol), do porto fluvial e da estrada de ferro, que compõem o entroncamento rodo-hidro-ferroviário de Estrela.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O clima do município de Estrela é subtropical e o relevo é composto de colinas e várzeas. A atividade primária é minifundiária (1746 propriedades rurais), destacando-se a cultura do milho, cana de açúcar, soja, mandioca, batata-doce, feijão, bem como, a produção de suinocultura (reprodução e terminação) e bovinocultura, onde se destaca a produção do leite. Em muitas propriedades ainda existe a criação de aves e peixes.

A base de economia do município está nas indústrias de transformação, destacando-se a área de embalagens metálicas, sementes e grãos, plásticos, móveis, metalúrgicas e têxtil. Estão inscritas no município aproximadamente 200 indústrias, 600 empresas prestadoras de serviços e 400 estabelecimentos comerciais (Estrela, 2006a).

Conforme estudo realizado pela Secretaria de Assistência Social (Estrela, 2006a), por volta da década de 70, com o crescente processo de industrialização que marcou aquele período, ocorreu uma grande imigração de pessoas predominantes do Alto Uruguai, vindas da área rural, buscando emprego e melhores condições de vida no município de Estrela.

Os imigrantes, constatando que Estrela não poderia oferecer tudo o que estavam idealizando, começaram a formar bairros periféricos do município, cujos moradores trabalhavam, basicamente, no mercado informal.

Esses imigrantes enfrentaram dificuldades e privações sociais dos mais diversos níveis. Sem ter onde morar, estas pessoas construíram suas residências de maneira irregular e em áreas verdes e alagáveis (a beira de rios e arroios), construindo assim o cinturão de pobreza existente em Estrela, local onde se encontram as maiores concentrações de catadores (Estrela, 2006a).

Além disso, com a crise industrial, várias empresas do município de Estrela foram fechadas, agravando a situação econômica e, conseqüentemente, de vulnerabilidade e/ou risco social de seus moradores. Mas em termos gerais os indicadores socioeconômicos apontam o município na 13ª colocação no Estado.

Atualmente, os dados oficiais do IBGE (2007) apontam que a população de Estrela é de 29.071 habitantes, sendo que 4.533 habitantes vivem em zona rural e 24.538 na zona urbana. A densidade Demográfica é de 148,95 habitantes por quilômetro quadrado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A média estatística municipal se mostra superior à estadual e à regional no tocante ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, IDESE, conforme se infere na tabela apresentada a seguir:

TABELA 02 – IDESE: comparativo estatístico entre Estrela e Rio Grande do Sul[1]

Ente	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
	Índice	Ordem	**Índice**	Ordem	**Índice**	Ordem	**Índice**	Ordem	**Índice**	Ordem
Estrela	**0,889**	67º	**0,817**	44º	**0,580**	55º	**0,895**	24º	**0,795**	13º
Vale do Taquari	**0,8593**	-	**0,6657**	-	**0,3185**	-	**0,881**	-	**0,68**	-
Rio Grande do Sul	**0,854**	-	**0,773**	-	**0,566**	-	**0,846**	-	**0,760**	-

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE
Rio Grande do Sul (2008)

De acordo com estudo também publicado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), o produto interno bruto (PIB) do município de Estrela, em 2005 foi de R$ 421.939.000,00. Já o PIB *per capita* do município atingiu o valor de R$14.433,00, naquele ano. Estas médias mostram-se superiores ao PIB *per capita* estadual, que em 2005 foi de R$13.310,00.

Observamos também, que tanto a média municipal, quanto a estadual superam os valores medianos nacionais, que em 2005 apresentou um PIB de R$11.658,00 *per capita* (Rio Grande do Sul, 2008).

Neste sentido, o município de Estrela, em média estatística comparativa, apresenta bons níveis de desenvolvimento. Porém, a realidade investigada por nossa pesquisa, o universo dos catadores de Estrela, desvenda uma face que fica camuflada por trás das estatísticas, e que precisa ser reconhecida para ser devidamente encarada pelas políticas públicas.

[1] O conceito do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) nos é apresentado pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul: o Idese é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. Ele tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800) (Rio Grande do Sul, 2008).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No tocante à educação, o município conta com 11 escolas da rede estadual, 20 escolas da rede municipal e 03 escolas da rede particular. Conta também com grupos de EJA-Educação de Jovens e Adultos. O ensino médio é oferecido por 03 escolas estaduais e 02 particulares. A pré-escola é oferecida em 29 escolas, sendo 07 estaduais, 19 municipais e 03 escolas particulares. Destas, 11 escolas são especificamente de educação Infantil, atendendo desde os primeiros meses de vida até os 06 anos (Estrela, 2006a).[2]

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Estrela (Estrela, 2006a) o abastecimento de água urbana do município de Estrela é de responsabilidade da CORSAN, sendo que mais de 90% dos domicílios são atendidos. Essa água é oriunda dos poços artesianos e recebe tratamento de cloro. O município de Estrela possui redes de esgoto cloacal, tratada por decantadores e é exigida a instalação de fossas e sumidouros em todas as residências. Na área rural as habitações são servidas de fossas e sumidouros para todas as residências e o abastecimento de água é feito por poços artesianos de propriedade particular e também feitos pela Sociedade de Águas.

Acerca da infra-estrutura sanitária em 2000, 29,5% dos moradores possuíam rede geral de esgoto pluvial, 60,6% dos moradores possuíam fossas sépticas e 7,7% escoavam nos rios e lagos e 0,1% possuíam um outro escoadouro e 0,6% dos moradores, não tinham instalação sanitária (Estrela, 2006a). Dos 8.158 domicílios permanentes, 7.469 têm o lixo coletado (91,55%) e 689 (8,44%) dão outro destino (IBGE, 2000). Nos últimos anos, cinco loteamentos populares destinados a famílias de baixa renda foram construídos pelo setor público local, entretanto, em razão de migrações, ainda muitas famílias não possuem acesso à casa própria (Estrela, 2006a).

Como já referimos anteriormente, os serviços de limpeza pública do município são regulados pelo Código Municipal do Meio Ambiente (Lei 3.294 de 22 de dezembro 1999), o qual traz em seus capítulos os objetivos, conceituações, atribuições e responsabilidades e a regulamentação do processo de recolhimento e destinação final dos resíduos descartados.

[2] Conforme dados do IBGE (2007) o número de estudantes matriculados no município de Estrela é de 4.238 alunos no ensino fundamental, 1.345 no ensino médio e 637, alunos matriculados na pré-escola, totalizando 6.220 alunos matriculados, no ano de 2007. Neste mesmo ano o número de docentes foi de: 299 docentes no ensino fundamental, 122 docentes no ensino médio e 77 docentes nas escolas de pré-escola, totalizando 498 docentes no município. O índice de alfabetização, conforme o IBGE em 2000, era de 96,6%.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O objetivo do Código Municipal do Meio Ambiente é assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Estrela, mediante a fiscalização, preservação e recuperação dos recursos ambientais, considerando o meio ambiente um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, fazendo parte da atual e futuras gerações.

O regulamento define Meio Ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social cultural e econômica que permite e rege a vida em todas as suas formas" (Estrela, 1999). Já o Capítulo II que trata da política ambiental de Estrela, em seu artigo 10º define como competência do Poder Executivo, através do Órgão Municipal do Meio Ambiente, entre outras:

> I - Executar, direta ou indiretamente, a política ambiental do Município de Estrela; II - Coordenar ações e executar planos, projetos e atividades de preservação e recuperação ambiental; III - Estudar, definir e expedir normas técnicas, legais e procedimentos, visando a proteção ambiental do Município; [...] X - Exercer a vigilância municipal e o poder de polícia no controle ambiental; XI - Promover, em conjunto com os demais órgãos competentes, o controle da utilização, armazenamento e transporte de produtos tóxicos e perigosos no Município; XXI - Propor, implementar e acompanhar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os Programas de Educação Ambiental no Município; XXII - Promover a conscientização pública para proteção do Meio Ambiente e a Educação Ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, formal e informal; XXIII - Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas de pesquisa e de atuação no Meio Ambiente; XXIV - Convocar audiências públicas, quando necessárias, nos termos das leis vigentes; XXVI - Garantir a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental; XXVII - Garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e dados sobre questões ambientais do Município (1999).

A questão dos resíduos, especificamente é tratada no terceiro capítulo da legislação municipal – Da Proteção do Meio Ambiente – e está regulamentada nos seguintes termos:

> Art. 17 - A coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo, lodos de esgotamento de fossas sépticas ou industriais, deverão ser processados em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao Meio Ambiente, e sempre com o devido acompanhamento técnico. § 1º - Fica expressamente proibida: I - A deposição indiscriminada de lixo e entulho em áreas urbanas ou rurais; II - A incineração e a deposição final de lixo e entulho a céu aberto; III - A utilização de resíduos ou lodos, sem prévio tratamento, para alimentação de animais e adubação orgânica; IV - Aplicação de lodos como adubação orgânica em áreas íngremes, sem a devida proteção contra escorrimentos para os mananciais, e em condições climáticas desfavoráveis, devendo os mesmos serem distribuídos uniformemente, respeitados os limites de saturação e de absorção do solo e incorporados imediatamente. V - O lançamento de lixo ou resíduos em águas de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas. § 2º - Os resíduos sólidos, portadores de agentes patogênicos, inclusive os de serviços de saúde (hospitalares, laboratoriais, farmacológicos e os resultantes de postos de saúde e de clínicas) assim como alimentos ou produtos contaminados e resíduos orgânicos, deverão ser acondicionados e conduzidos por transporte especial, a cargo e sob responsabilidade do empreendedor, nas condições

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> estabelecidas pelo Órgão Municipal do Meio Ambiente, podendo ser incinerados ou manejados em valas sépticas, tecnicamente adequadas, no local da deposição final, desde que atendidas as especificações determinadas pelas leis vigentes. § 3º - É expressamente proibida a destinação de animais mortos em local impróprio, devendo o proprietário tomar providências no sentido de enterrá-los, com os devidos cuidados técnicos, selecionando uma área longe dos cursos hídricos e de habitações, devendo em caso de dúvida recorrer ao Órgão Municipal do Meio Ambiente, para receber as devidas orientações. § 4º - O Órgão Municipal do Meio Ambiente estabelecerá, na zona urbana, os locais onde a seleção do lixo deverá ser, necessariamente, efetuada a nível domiciliar - COLETA SELETIVA (ESTRELA, 1999).

A coleta do lixo é seletiva e realizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico - SMMASB, tendo os dias para o carregamento do lixo orgânico e os dias do carregamento do lixo inorgânico. O município de Estrela possui uma Usina de Tratamento do Lixo -UTL, para onde é encaminhado o lixo coletado, cujo programa obedece ao seguinte calendário:

TABELA 03 - Calendário da Coleta Seletiva

SETOR Bairros Atendidos		**ORGÂNICO** Lixo Úmido	**INORGÂNICO** Lixo Seco
1	Centro Hospital Rio Branco	Segunda-feira Quarta-feira Sexta-feira NOITE	Terça-feira Quinta-feira Sábado NOITE
2	Cristo Rei Auxiliadora Chacrinha Alto da Bronze	Segunda-feira Quarta-feira Sexta-feira MANHÃ	Terça-feira MANHÃ
3	Imigrantes Estados Cohab II	Segunda-feira Quarta-feira Sexta-feira TARDE	Terça-feira MANHÃ
4	Moinhos Marmit Indústrias Oriental	Terça-feira Quinta-feira Sábado MANHÃ	Quarta-feira MANHÃ
5	Pinheiros Boa União Lot. Popular São José	Terça-feira Quinta-feira Sábado TARDE	Quarta-feira MANHÃ
6	LOCALIDADES Somente lixo seco/inorgânico	**Terça-feira:** TARDE – BR386, Costão, Chá da Índia e Roncador. **Quinta-feira:** TARDE – Novo Paraíso, Linha Lenz, Geralda, Wink, Wolf, São Jacó, Glória e Porongos. **Sábado:** MANHÃ – Arroio do Ouro, Figueira, São Luís, São João e Delfina.	

Fonte: Site da SMMASB

Conforme informações do gerente da Usina de Tratamento de Lixo, a quantidade média estimada de lixo coletada no município é de 450 toneladas por mês. Deste material são provenientes da zona rural 105 toneladas e da zona urbana 345 toneladas por mês. O lixo seco é recolhido separado do lixo úmido. O recolhimento do lixo úmido na zona urbana ocorre três vezes por semana e o lixo seco uma vez por semana.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A triagem dos resíduos é realizada na Usina de Tratamento de Lixo (UTL) construída em uma área de três hectares, localizada no distrito de Delfina, a cinco quilômetros do centro de Estrela. Segundo Schierholt (2002), a Usina de Tratamento de Lixo, que hoje faz parte do Programa Brasil Joga Limpo, foi inaugurada em 27 de julho de 2000 com investimentos de quase 1 milhão de reais. No momento de implantação da UTL, os funcionários foram selecionados mediante uma comissão multi-profissional formada pela Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico para este fim, onde foram cadastradas cento e vinte pessoas interessadas. Destas foram selecionados vinte e um funcionários (Schierholt, 2002). Segundo informações repassadas durante as entrevistas, hoje trabalham na Usina vinte e cinco funcionários. Destes, dezesseis são ex-catadores, que juntamente com os demais foram contratados via concurso público no ano de 2005.

FIGURA 01 - Triagem do Lixo na UTL de Estrela

Fonte: SMASSB

A Usina de Tratamento de Lixo é composta de um pavilhão de triagem, que recebe os resíduos domésticos; de um pátio de compostagem onde ocorre a transformação do material orgânico em húmus; duas lagoas de chorume, onde este fica depositado; depósito de resíduos perigosos, onde ficam armazenados materiais como agulhas, pilhas, remédios, entre outros; e um depósitos de rejeitas que é o material que não pode ser utilizado para reciclagem ou transformado em húmus (Schierholt, 2002).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Além da coleta seletiva, no município de Estrela existe a coleta informal, nas ruas, realizada por catadores autônomos. Através de uma parceria entre Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico (SMMASB) e o Departamento de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (SMSAS), é realizado um trabalho de inclusão destes trabalhadores através do Programa Brasil Joga Limpo, adotado como Política Pública socioambiental pelo município, que inclui o cadastramento dos catadores.

Os dados obtidos através das secretarias, apesar de serem tratados e divulgados como oficiais, segundo a funcionária responsável pelo Programa Brasil Joga limpo, já não se apresentam atualizados. A última contabilização acerca do número de catadores na cidade, realizada em 2005, atingiu um total de 123 trabalhadores informais (Estrela, 2005i); porém estima-se que existam mais, pois são encontrados nas ruas muitos catadores não cadastrados pela Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Estes catadores foram cadastrados pela prefeitura diante da implementação de uma política pública socioambiental, com verba federal do Fundo Nacional do meio Ambiente. Inicialmente abarcado pela Caixa Econômica Federal, hoje, o programa constitui-se em uma política pública do município, gerenciada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico. Suas características serão analisadas no próximo tópico.

Mesmo desatualizados, os dados analisados (Estrela, 2006a) conferem uma panorâmica deste universo:

a) A maior parte dos catadores está concentrada nos bairros mais pobres do município, constituindo-se de imigrantes de outras regiões do Estado, principalmente da região Noroeste. Salienta-se diante dos dados apresentados que as imigrações continuam ocorrendo conforme conseguimos observar empiricamente, quando conversamos com pessoas que estavam instaladas em Estrela há poucos meses.

b) A idade média permeia os 45 anos, faixa etária em que é mais difícil a inclusão no mercado de trabalho, principalmente quando aliado à idade está a baixa escolaridade. A maioria tem apenas até a quarta série do ensino fundamental. Os dados não apontam nenhumcatador com ensino fundamental completo.

c) Geralmente são famílias que se unem em torno do ofício, muitas vezes ocorrendo o trabalho infantil, já que as crianças acompanham a labuta diária de seus pais. A renda média

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

mensal dos catadores cadastrados era estimada entre R$150,00 e R$250,00, configurando-se a venda do material reciclável como a única renda da maioria dos catadores. Enquanto isso, os funcionários da Usina de Tratamento de Lixo (UTL) possuem uma renda mensal de R$600,00, contando já o vale alimentação de R$176,00, e também possuem garantias proporcionadas pela “carteira assinada”.

d) O carrinho é utilizado como principal instrumento de trabalho, sendo muito comum de vê-los nas ruas centrais do município e nos pátios das casas do Loteamento Marmit. Como trabalhos anteriores à catação despontam os braçais, tais como construção, faxina e serviços gerais (biscates).

Os dados apontam que a coleta de resíduos sólidos recicláveis mostra-se como alternativa de complementação de renda ou, na ausência de mercado de trabalho, converte-se em mais uma possibilidade de trabalho informal.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4 ESTUDO DE CASO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Neste capítulo apresentamos a descrição e a análise do trabalho de campo realizado em Estrela, bem como o histórico realizado junto ao arquivo das secretarias municipais responsáveis pelo programa (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico e Secretaria Municipal de Assistência Social).

Neste trabalho analisamos e detalhamos 26 relatórios de atividades e trabalhos técnico-sociais, 05 planos sociais e de educação ambiental e mais 04 documentos do convênio firmado entre o Município de Estrela e a União.

Foram realizadas ainda entrevistas semi-estruturadas com os representantes do poder público municipal no Programa Brasil Joga Limpo; ex-catadores, hoje funcionários concursados que trabalham na Usina de Triagem de Lixo (UTL) do Município; catadores abrangidos pelo programa que trabalharam na UTL; catadores individuais abrangidos pela política pública do município e catadores de resíduos sólidos que não são abrangidos pelo programa.

Inicialmente apontaremos as análises realizadas a partir dos relatórios do programa e das entrevistas com os responsáveis pelo Programa Brasil Joga Limpo em Estrela, que tem a responsabilidade pela manutenção e implementação das ações e atividades desde 2005. Identificaremos as profissionais como R1 (assistente social do programa) e R2 (bióloga, secretária do Meio Ambiente e Saneamento Básico).

4.1 A política pública desenvolvida em Estrela: historicização e o olhar das representantes do poder público municipal

O Brasil Joga Limpo é um programa do Governo Federal que viabiliza projetos no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme critérios e deliberações do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, o qual é o gestor do programa. A parte operacional é de responsabilidade pela Caixa Econômica Federal. O objetivo central do programa é o fomento a projetos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos (Caixa Econômica Federal, 2007).

Em Estrela o projeto foi realizado em 2001, mas o programa teve início em 2002 com verbas federais (contudo veremos que a aplicação efetiva do programa ocorreu somente em 2004). No ano de 2005 o programa foi municipalizado, passando a ser totalmente financiado com verbas do Poder Público local.

A responsabilidade da Caixa Federal, de acordo com o convêncio firmado com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, era receber o Plano Social do projeto elaborado pelo proponente, no caso o município de Estrela, acompanhar e atestar a execução, e por fim, avaliar seus resultados.

Além da implementação da Usina de Tratamento de Lixo e do trabalho com os catadores, o Programa Brasil Joga Limpo inclui a implantação do Fórum Municipal Lixo e Cidadania, o qual refere-se a um grupo de trabalho responsável pela articulação de apoios e facilitador de ações voltadas para a problemática socioambiental dos resíduos sólidos. (Brasil, 2003). Os fóruns devem servir de espaço público, como palco de discussão entre os atores envolvidos buscando apontar os problemas e discutir as soluções acerca do contexto socioambiental que envolve a questão dos resíduos sólidos.

Ao pesquisarmos os arquivos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, observamos que não havia qualquer registro histórico oficial sobre o programa. Os registros existentes são os Relatórios de Acompanhamento Técnico Social, os quais estão completos somente a partir do ano de 2004, quando se tem a efetivação da política pública.

Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro documento encontrado refere-se ao Plano de Trabalho, protocolado como Processo 02000.008588/2001-64. Através deste, o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

prefeito municipal de Estrela, no ano de 2001, propõe ao Ministério do Meio Ambiente um projeto para ampliação da infraestrutura da Usina de Tratamento de Lixo (UTL), implantação do plano integrado de gerenciamento de resíduos sólidos e implementação da coleta seletiva com valorização dos catadores, buscando aporte de verbas no Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

O período de execução deste projeto abrange os anos de 2001 a 2003, num orçamento total de R$700.659,00, atingindo R$548.240,00 o aporte das verbas federais e R$152.419,00 as verbas municipais de contrapartida (Brasil, 2001).

Observe-se que este projeto faz menção à "valorização dos catadores", informando como "despesa com treinamento dos catadores/curso de treinamento periódico/plano social" o valor de R$34.600,00 (Brasil, 2001, p. 3). Este plano de trabalho foi aprovado pelo Conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente na 15ª Reunião Extraordinária realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2001.

Contudo não há registros dos trabalhos realizados com os catadores durante os anos de 2001 e 2002 nos arquivos das Secretarias, bem como os profissionais que hoje estão gerenciando o programa ressentem-se da falta de registros históricos sobre os trabalhos realizados neste período. Apenas existe arquivado um Caderno de Orientações Técnico-Sociais da Caixa Federal datado de julho de 2002.

O objetivo deste caderno é orientar as prefeituras para o desenvolvimento do Plano Social no Programa Brasil Joga Limpo (Caixa Econômica Federal, 2002). Nele são apresentados os modelos e os roteiros a serem seguidos na confecção e implementação do plano social, porém não encontramos qualquer registro de plano no ano de 2002 nos arquivos das secretarias[3]. Em verdade, nossas informantes, R1 e R2, fizeram comentários acerca da falta deste trabalho no referido período, o que ocasionou paralisações inclusive no envio das verbas federais, diante da falta de contrapartida do município de Estrela.

Assim, passamos a analisar o programa desenvolvido em Estrela, como política pública socioambiental, através de uma historicização permeada pela visão das responsáveis

[3] O plano social do Programa Brasil Joga Limpo é composto pelas seguintes partes: Identificação: onde consta nome do programa; ação desenvolvida; local; executor, equipe técnica e formação; valor e fonte da verba; Composição da equipe técnica: nome; formação acadêmica; atribuição; horário de trabalho e vínculo empregatício; Sumário da Proposta; Justificativa; Público Alvo; Parcerias; Caracterização (contextualização dos beneficiários); Objetivos Gerais e Específicos (contendo atores e cronograma de atividades a serem desenvolvidas); e por fim, Avaliação do trabalho.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

pela coordenação e implementação das ações vinculadas ao Programa Brasil Joga Limpo, levando em conta as categorias de análise mencionadas na metodologia: a) resíduos sólidos e Programa Brasil Joga Limpo; b) os beneficiários do Programa Brasil Joga Limpo; c) a atuação dos catadores no contexto socioambiental local; d) o Fórum Lixo e Cidadania; e) cidadania, desenvolvimento e educação ambiental; f) violência estrutural e assistencialismo.

a) Resíduos sólidos e Programa Brasil Joga Limpo

No município de Estrela, o programa Brasil Joga Limpo foi implantado através da ampliação da Usina de Tratamento de Lixo com verbas federais. A prefeitura municipal deveria, como contrapartida, realizar o trabalho social com os catadores. De acordo com o Plano Social datado de 19 de junho de 2003, aproximadamente vinte famílias dependiam da atividade de catação naquele ano no município de Estrela.

Dentre os objetivos enumerados no plano referente aos catadores, temos: superação coletiva das dificuldades mediante a organização das famílias; garantia do acesso aos serviços de atenção básica e melhoria das condições de saúde educação, habitação e trabalho; resgate da auto-estima e a convivência familiar e comunitária, visando evitar situações de vulnerabilidade social; diminuir o analfabetismo e a evasão escolar; melhorar as condições de trabalho e erradicar o trabalho infantil; promover atividades voltadas à mudança de atitudes, melhorando as condições sanitárias, de saúde e a preservação do meio ambiente (Estrela, 2003a).

Para atingi-los, a equipe técnica do programa em Estrela, elencou como atividades a serem desenvolvidas a realização de reuniões quinzenais, visitas domiciliares e aos locais de trabalho dos catadores. Dependendo das necessidades diagnosticadas as pessoas seriam encaminhadas para os serviços de assistência específica do município. O Plano de Ação também previa o acompanhamento da freqüência escolar das crianças e a oportunidade de reuniões, palestras e cursos de capacitação para os adultos (Estrela, 2003a).

Muitos profissionais se alternaram como responsáveis pelo programa, o que fez com que as ações e trabalhos realizados ocorressem de forma descontínua. Diante disso, R1 tem dificuldades para traçar um histórico do programa, equivocando-se inclusive ao tentar precisar

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

a data de início do programa, já que o projeto do programa foi encaminhado ao governo federal em 2001:

> *O que sei é através das histórias das assistentes sociais que anteriormente trabalharam no programa de que ele começou no ano de 2000, através de um convênio com a Caixa Econômica Federal para implantação de uma Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos aqui no município de Estrela. Pra que tivesse esta Usina teria que ter o trabalho social com os catadores no município. Então foi um trabalho integrado que iniciou no ano de 2000 aqui no município de Estrela (R1).*

Nota-se pelo discurso que o interesse político primeiro, à época, era a implantação da Usina de Tratamento de Lixo (UTL) e que para isso deveria ser realizado um trabalho social com os catadores, ou seja, o interesse social estava em segundo plano – como uma fase a ser observada para o recebimento do recurso.

A razão para a inexistência de continuidade de ações entre os primeiros anos analisados deve-se ao fato de que o Programa Brasil Joga Limpo somente foi colocado em prática, efetivamente, a partir de maio de 2004, juntamente com a liberação das verbas e o início das obras de ampliação da Usina.

Esta paralisação do programa no início de 2004 foi devida a problemas contratuais entre a prefeitura e a empresa terceirizada que gerenciava a Usina de Tratamento de Lixo. Os valores, do processo iniciado em 2001, foram liberados no ano de 2004 pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, quando as obras de reforma e ampliação da Usina de Tratamento de Lixo de Estrela foram reiniciadas. Os valores investidos nas obras ultrapassaram os R$ 800.000,00 (Estrela, 2004b).

O Plano Social de 2004 foi confeccionado somente no mês de agosto, com o prazo executório de sete meses (Estrela, 2004a). O plano é praticamente idêntico ao de 2003, contudo podemos notar que o número estimado de famílias envolvidas na atividade de catação passou de vinte para vinte e sete no município.

O trabalho realizado junto aos catadores iniciou durante o ano de 2004, marcando a implementação do Programa Brasil Joga Limpo. Diversas foram as ações desenvolvidas as quais tiveram o acompanhamento e supervisão do órgão operacional (Caixa Federal) como também pelo aporte significativo de verbas, o que fez com que a equipe técnica multidisciplinar que atuou no projeto naquele ano atingisse o número de seis profissionais entre engenheiros, assistentes sociais, biólogos e técnicos (Estrela, 2004a). No ano anterior, apenas uma profissional de assistente social participou (Estrela, 2003a).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

De maio a dezembro a política pública foi posta em prática sem interrupções no âmbito do município de Estrela. O ano de 2005 trouxe novas mudanças e paralisações no programa. O Plano Social do Programa Brasil Joga Limpo somente foi apresentado no final de maio de 2005 e suas atividades estavam previstas para iniciarem em junho (Estrela, 2005a). Ou seja, o programa ficou paralisado por quase seis meses, prejudicando sua efetividade. Contudo, as perspectivas apontavam para a continuidade do trabalho por no mínimo dois anos, até o final de 2007, contando com verbas federais para melhoramentos da usina e da contrapartida do município.

Ao analisarmos os relatórios, os quais no ano de 2005 estão completos, trazendo as atividades realizadas de janeiro a dezembro, verificamos que todo o material de expediente utilizado, bem como, o salário da assistente social foram financiados através da contrapartida orçamentária do município de Estrela, que adotou integralmente esta política pública.

No entanto, com a mudança do poder público local em janeiro de 2005, decorrente das eleições, houve nova paralisação. Segundo o relatório do mês de janeiro a maio de 2005, a nova equipe reorganizou o trabalho no programa Brasil Joga Limpo (Estrela, 2005b).

Naquele início de ano, os funcionários da Usina demonstraram preocupação com o término do contrato em junho de 2005, já que os primeiros contratos foram temporários. Estes funcionários, naquela época, em número de dez, contavam com somente quarenta e cinco dias de emprego formal, mas já estavam preocupados com a possível informalidade e com as incertezas desta condição. Além disso, não fizeram nenhuma reclamação em relação à condição de trabalho, o que pode ser explicado pela comparação com a situação de vulnerabilidade que viviam antes do trabalho na Usina.

De janeiro a abril de 2005 ocorreu a contratação de funcionários para trabalharem na Usina, através de um contrato temporário firmado pelo município. Assim, o número de funcionários passou de dez para vinte e cinco, sendo que destes, dezesseis eram ex-catadores que trabalhavam nas ruas (Estrela, 2005b).

Esta descontinuidade em termos de trabalho social e incertezas no trabalho realizado na Usina demonstra ser prejudicial no tocante ao trabalho desenvolvido junto aos catadores, os quais, por sua vulnerabilidade, precisam de um acompanhamento mais efetivo e contínuo. Estas constantes paralisações no trabalho social acabaram por atrapalhar e impedir a

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

consecução de muitos dos objetivos propostos nos planos de ação do Poder Público, principalmente em relação aos catadores, o que é um retrato da violência estrutural.

A primeira reunião sobre o Programa Brasil Joga Limpo, com a presença da nova equipe e autoridades locais, ocorreu somente no dia 03 de junho de 2005. Está registrado em ata que os valores destinados pela Caixa foram utilizados totalmente no ano anterior – 2004 - o que explica a quantidade de ações desenvolvidas em seis meses naquele ano eleitoral (Estrela, 2005c). Nesta reunião esteve presente a representante da Caixa Econômica Federal que chamou a atenção para a continuidade do programa, bem como para a necessidade de realização mensal do Fórum Municipal Lixo e Cidadania. A primeira visita aos operários da Usina de Tratamento de Lixo também ocorreu somente em junho de 2005 e teve como objetivo apresentar a nova responsável técnica pelo programa.

Os objetivos do Programa Brasil Joga Limpo foram primeiramente apresentados aos novos funcionários contratados, bem como, ouvidas as suas reivindicações acerca do ambiente e dinâmica do trabalho na Usina, principalmente no tocante à necessidade de utilização de equipamento de proteção individual e limpeza geral do ambiente da Usina de Tratamento de Lixo.

Assim, após este início conturbado de 2005, o programa apresentou às demais entidades locais suas propostas de ações, consideradas pelo planejamento do poder público, realizando uma ampla divulgação em reuniões. Os objetivos deveriam ser alcançados através das seguintes atividades: recadastramento de catadores; visitas domiciliares; palestras; realização do Fórum Lixo e Cidadania; entrevistas individuais e trabalho em grupo com catadores e mobilização dos catadores para implementação de uma cooperativa (Estrela, 2005d).

Neste plano surge pela primeira vez, pelo menos de forma oficial, a idéia da criação de uma cooperativa com os catadores locais e envolvendo a Usina de Tratamento de Lixo do município. O embrião deste projeto, segundo consta no plano, é um trabalho de mobilização destes atores sociais (Estrela, 2005a), possibilitando a atividade coletiva e o desenvolvimento do espírito de cooperação e solidariedade.

No mês de agosto de 2005, novo cadastramento aponta a existência de cento e vinte e três catadores no município (Estrela, 2005i). Um aumento considerável se compararmos aos números do cadastro anterior (2004) onde foram relacionados trinta e cinco catadores. Além

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

disso, no ano de 2004 eles estavam distribuídos tão somente em sete locais do município. Já no levantamento de 2005 encontrou-se catadores residentes em quinze áreas diferentes, entre bairro e loteamentos.

Os responsáveis pelo programa apresentaram o relatório do recadastramento às lideranças municipais, prefeito e secretariado. Alguns pontos importantes foram tratados nesta reunião, como a contratação de catadores para trabalhar na Usina de Tratamento de Lixo, a organização da cooperativa e a determinação de horários para a realização da catação nas ruas do município (Estrela, 2005e). Ficou agendada uma reunião entre os responsáveis pelo programa, os catadores e o prefeito municipal.

Após este encontro, que contou com a presença de quarenta e dois catadores, o poder executivo encaminhou um projeto para a Câmara de Vereadores destinando recursos para finalizar as obras de ampliação da Usina de Tratamento de Lixo. O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal em 15 de agosto de 2005 (Estrela, 2005e).

Durante o mês de outubro de 2005 houve readaptação da carga horária da responsável técnica pelo programa, com a diminuição para vinte horas semanais. Tal fato acabou por impossibilitar o trabalho com os catadores do município naquele mês. Contudo, podemos observar que a responsável técnica trabalhou em diversas atividades envolvendo a organização do sexto Fórum Municipal Lixo e Cidadania. Tal situação repetiu-se no mês de novembro, quando novamente não houve trabalho com os catadores autônomos, constando como justificativa, a falta de tempo devido à diminuição de carga horária da assistente social (Estrela, 2005h).

A equipe do Programa Brasil Joga Limpo, no ano de 2005, reuniu-se tão somente seis vezes no ano (Estrela, 2005i), ficando o trabalho centralizado na profissional de assistência social, R1, responsável técnica do programa, que como vimos, neste ano teve redução de carga horária, devido à manutenção do programa passar a ocorrer com as verbas de contrapartida municipal.

Conforme o Plano Social de 2006, que se assemelha ao plano do ano anterior quanto aos objetivos e atividades propostas em relação aos catadores, o calendário de atividades iniciou-se somente em março (Estrela, 2006b; Estrela, 2006c).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Esta descontinuidade que se infere ao longo do programa, impediu as atividades com catadores no período de janeiro e fevereiro e deu-se por causa da rescisão de contrato, por expiração de prazo, entre o Município e a assistente social responsável pelo programa (R1), ocorrida em dezembro de 2005. A profissional apenas foi recontratada em março de 2006 com a mesma carga horária do ano anterior, vinte horas, através de contrato administrativo em caráter temporário e de excepcional interesse público, para o período de 14 de fevereiro a 30 de dezembro de 2006. Além disso, apenas mais duas profissionais faziam parte da equipe técnica do programa: uma arquiteta, mestre em desenvolvimento regional e uma bióloga (Estrela, 2006b; Estrela, 2005d).

Os problemas acerca da falta de uma equipe maior de trabalho, com disponibilidadde de horários, foi ressaltada por R2. Para ela esta situação gera dúvidas sobre o programa. O "*trabalho junto aos funcionários da Usina de Tratamento de Lixo e aos catadores do município, é realizado pelos servidores da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento – SMMASB. A parte gerencial e operacional da política socioambiental fica aos cuidados da assistente social e que ocupa Cargo Comissionado (CC) junto à prefeitura, carga horária, 20 horas.*" Esta profissional atende somente semanalmente na Secretaria, o que faz com que o acompanhamento na Usina de Tratamento de Lixo - UTL seja realizado apenas quinzenalmente e as reuniões com os catadores autônomos ocorram em intervalos trimestrais, quando muito.

O pouco contato e a falta de destinação de pessoal específico, voltado para a realização do projeto, são fatores que afetam o projeto, desde sua implantação. Os demais servidores que atuam junto ao programa têm outras responsabilidades específicas, como a secretária do Meio Ambiente, a bióloga que coordena também a Sala Verde e o gerente operacional da Usina de Tratamento de Lixo. Apesar de existirem na Usina dois funcionários responsáveis pelo gerenciamento dos trabalhos, estes estão voltados a funções de gestão técnico-administrativas e não sócio-educativas.

Também houve problemas contratuais envolvendo empregados na Usina de Tratamento de Lixo ao final ano de 2005 com uma drástica redução em seu quadro de trabalhadores. Ocorreu que, como as contratações para a Usina eram mediante contrato temporário, no final de 2005 expirou o prazo contratual de trabalho de doze dos vinte e cinco funcionários. Desta forma, o ano de 2006 iniciou com somente treze operários contratados.

Conforme o plano a expectativa era de contratar vinte funcionários através de seleção com entrevista e prova prática (Estrela, 2006b).

O processo de seleção ocorreu em março de 2006, conforme as previsões do plano. Noventa e oito candidatos foram entrevistados, sendo contratados vinte funcionários, dos quais doze eram catadores autônomos (Estrela, 2006d). Entretanto, devido a uma irregularidade administrativa apontada pelo Tribunal de Contas do Estado, alguns meses depois, em 20 de novembro, houve a demissão da responsável técnica do Programa Brasil Joga Limpo, prejudicando o andamento das ações assistenciais, bem como a realização dos fóruns municipais (Estrela, 2006m). Inclusive não foi elaborado relatório no mês de dezembro de 2006. Observe que os fenômenos se repetem, mesmo que por motivos variados, acabam trazendo paralisações ao programa e a conseqüente descontinuidade das ações: ao final de 2005 a responsável técnica foi afastada por expiração de contrato de trabalho e no final de 2006 foi afastada por irregularidades no novo contrato firmado com o poder público local.

Assim, diante das incertezas frente à continuidade do Programa Brasil Joga Limpo, que novamente enfrentou revezes no final de ano, foi proposto ao chefe do executivo municipal a aceleração do planejamento para a criação da cooperativa envolvendo os catadores na Usina de Tratamento de Lixo.

O ano de 2007 inicia com a preocupação de recontratação dos vinte e quatro funcionários da Usina, cujos contratos também foram rescindidos devido a irregularidades administrativas apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Na segunda quinzena de janeiro foi possível a contratação de dez trabalhadores mediante contrato emergencial de seis meses (Estrela, 2007a).

No início deste ano também, com o fim do contrato temporário da Assistente Social responsável pelo programa, houve a sua recontratação através de cargo em comissão com carga horária de vinte horas semanais. A equipe ficou composta por quatro integrantes: a secretária de Meio Ambiente que assumiu em março, a assistente social, uma bióloga, também responsável pela Sala Verde, e o gerente da Usina (Estrela, 2007b; Estrela, 2007c).

Tendo em vista os problemas administrativos com a Usina, o trabalho do grupo responsável pelo programa Brasil Joga Limpo, nos primeiros meses do ano, ficou focado na busca por soluções administrativas para a recontratação dos trabalhadores da Usina, os mais atingidos pelo problema.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Os encontros recomeçaram em março e, em abril houve a contratação de mais dez catadores para trabalharem na Usina. As freqüências das atividades com estes trabalhadores estavam previstas como quinzenais, o que não ocorreu nos primeiros meses daquele ano devido aos problemas de demissão e recontratação. Estrela, 2007c; Estrela, 2007d).

Observamos, porém, que apesar de estarem desenvolvendo-se diversas atividades a partir do programa Brasil Joga Limpo, o acompanhamento dos catadores autônomos foi deficitário. Poucas foram as visitas e acompanhamentos realizadas a catadores e o cadastramento de novos catadores praticamente inexistiu. No mês de maio houve apenas um encaminhamento de catador aos serviços de assistência do município (Estrela, 2007e).

Já os grupos de trabalhos realizados com os funcionários da Usina, restringiram-se a periodicidade mensal, apesar da previsão de trabalho quinzenal, diante do objetivo da criação de uma cooperativa, vislumbrando a união dos catadores do município. O que exigiria muito mais atividades e investimentos. Um dos aspectos prejudiciais apontados foi a falta de condução para levar a equipe técnica até a localidade de Delfina, sede da Usina (Estrela, 2007e).

O último relatório existente na Secretaria refere-se aos meses de junho a novembro de 2007 e de maneira muito sucinta. Nele encontramos a realização de diversas atividades como palestras, debates, visitas escolares à Usina, realização de dois fóruns em escolas, encontros de agentes mirins, mostra de trabalhos e organização do Dia da Cidadania, o qual já havia ocorrido no ano de 2006. Todavia, registrou-se tão somente a realização de uma visita a catadores autônomos, realizada no mês de setembro, bem como uma reunião de grupo com os funcionários da Usina no final de novembro de 2007 (Estrela, 2007f).

Diante do cenário posto, considera-se que o futuro do programa dependerá de vontade política do representante do Poder Executivo de Estrela, conforme atesta R2, demonstrando que os interesses políticos são a causa da descontinuidade do programa:

> *Todo programa de governo depende da vontade do governo. Por exemplo, nestes últimos anos o trabalho foi a mil, no final deste ano que é ano eleitoral não sei se o novo prefeito terá esta visão, esta mesma vontade, se ele quiser inclusive, ele tem este poder, ele termina com a Sala Verde que é um programa federal, com o Programa Brasil Joga Limpo e inclusive com a Secretaria de Meio Ambiente, se ele assim entender. Estas interrupções, assim como todas as outras, em todos os outros projetos, é em função que as Administrações Públicas hoje vão conforme o sentido dos ventos, eu não concordo, mas é assim (R2).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para R1 o programa deverá ser ampliado já a partir de 2008, iniciando com o recadastramento dos catadores. Neste planejamento a prefeitura demonstra o intuito de manutenção da política pública implementada no município, com o Fórum Lixo e Cidadania e as ações com os catadores, a fim de criar uma cooperativa com estes trabalhadores, envolvendo a Usina de Tratamento de Lixo do município.

Como objetivos específicos, voltados aos catadores do município, o Plano Municipal de Assistência Social de Estrela, período 2006 a 2009, (2006a) enumera: o reconhecimento da sua realidade; a capacitação, voltada à organização e superação coletivas de suas dificuldades; o acesso dos catadores aos serviços sociais existentes no município; o desenvolvimento de ações, estimulando o resgate da auto-estima, evitando situações de vulnerabilidade social; melhorias nas condições de trabalho, contribuindo para a erradicação do trabalho infantil.

Segundo os planos enviados pelo município ao governo federal, a avaliação das ações seria realizada durante todo o processo mediante observação, da fala e da escrita dos atores envolvidos e de sua adesão à proposta. Contudo, diante da falta de pessoal e meios esta avaliação fica prejudicada, e, portanto, o programa como um todo. Apenas com avaliações periódicas das políticas públicas é que os problemas e necessidades irão desvelar-se (Neto & Moreira, 1999). Muitas vezes, as práticas reiteradas acabam por sombrear as reais necessidades do público alvo, e em conseqüência, as diferentes formas de violência estrutural, quando não devidamente avalidas e reformuladas, se preciso.

Em síntese, as discussões que os relatórios dão a conhecer apontam que o Programa Brasil Joga Limpo em execução pelo município de Estrela é marcado pela descontinuidade, em diferentes níveis: a) do trabalho entre um ano e outro, e entre uma gestão e outra; b) do preenchimento de relatórios, planos, etc; c) dos atendimentos burocráticos, o quie determinou a existência de irregularidades administrativas; d) do trabalho tanto com os operários da Usina quanto com os catadores autônomos, já que as reuniões chegam a ter intervalos de até três meses; e) do trabalho da assistente social que tem horas revistas e muda constantemente seu regime de trabalho; f) da equipe executora, que passa de 06 pessoas para 01, depois 02 e agora 04 pessoas; g) dos cadastramentos dos catadores; h) da equipe de funcionários da UTL que são demitidos para novas admissões; i) da garantia de infraestrutura, que não garante o transporte dos catadores às reuniões/fóruns; j) e por fim, da própria avaliação de trabalho e das ações pelos envolvidos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

b) Os beneficiários do Programa Brasil Joga Limpo

O primeiro Plano Social que encontramos arquivado na Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico de Estrela, datado de 19 de junho de 2003, contextualiza o objetivo do trabalho voltado aos catadores do município, que na época eram contabilizados em "aproximadamente" vinte famílias dependentes da catação (2003a). Outro documento oficial, daquele ano, que relata as ações efetivadas pelo programa no município de Estrela junto aos catadores de lixo do município de Estrela, constitui-se em um sucinto relatório de atividades realizado pelo Departamento de Assistência Social. Este relatório não é datado, mas descreve as atividades realizadas no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 2003 (Estrela, 2003b).

Entre as atividades desenvolvidas naquele ano, podemos citar o trabalho com os catadores do loteamento Marmit, através da organização de grupos e reuniões sistemáticas, para abordagem de questões como saúde, doenças sexualmente transmissíveis e prevenção.

Para as representantes, os benefíciários do programa são: os catatadores de forma direta e a comunidade de Estrela de forma reflexa, através dos Fóruns Lixo e Cidadania, onde as escolas participam e os alunos recebem lições de educação ambiental (R1). Ao fazer sua análise, R2 destaca como os maiores beneficiários os ex-catadores que hoje trabalham na Usina de Tratamento de Lixo; aponta também as escolas e o público escolar, frente à participação no Fórum Lixo e Cidadania, bem como toda a comunidade.

> *São todas as escolas do município por causa do Fórum Municipal Lixo e Cidadania e pela nossa disponibilidade em visitar as escolas para falar da coleta seletiva. Nós atendemos a todos os pedidos, visita a UTL. Conversas com os alunos como separar. Só ali nós já abrangemos um público bastante grande. Outros são os professores aos quais damos todo apoio material, espaço, enfim. A população em geral, no meu ponto de vista, pois toda a população tem a garantia de que o resíduo produzido vai para um destino adequado. Os funcionários da Usina, talvez os mais beneficiados porque eu conheço eles, não todos mas a maioria, muitos ex-catadores que hoje tem casa comida, cama, coberta e escola. E são felizes porque hoje conseguiram uma certa dignidade para a família, então acho que as pessoas que trabalham lá são os maiores beneficiados, talvez. Eu também me considero uma beneficiada porque sou cidadã, acredito que sejam muitos os beneficiados. Eu não vou dizer os catadores, porque os catadores não é que eles não são beneficiados, já foram, pois muitos já trabalharam lá (R2).*

Em sua resposta identificamos que para R2 apenas os catadores que trabalharam ou trabalham na usina são beneficiários do programa, o que formalmente estaria incorreto, pois o programa em seus objetivos engloba todos os catadores do município, por isso a necessidade constante de cadastro destes trabalhadores.

Outro público alcançado em 2004 foi o escolar, com a capacitação de professores para atuarem como multiplicadores de lições de educação ambiental através de seminários e, por fim, a capacitação de lideranças comunitárias sensibilizando-as para a problemática do meio ambiente e o programa de coleta seletiva, através da criação do Fórum Lixo e Cidadania (Estrela, 2004a; Estrela 2004b). Questão controvertida mostra que o Fórum Municipal Lixo e Cidadania acabou voltando-se ao público escolar, prejudicando o acesso por parte dos catadores deste espaço público.

O público escolar também acabou beneficiado com a criação da Sala Verde. Duranto o ano de 2007, foram realizadas diversas visitas de escolas à Usina de Tratamento de Lixo do município como forma de sensibilização e educação ambiental em relação à problemática dos resíduos. Este trabalho foi organizado a partir de agendamento na Sala Verde e com o acompanhamento da bióloga do programa e do gerente operacional da Usina. Em maio foram realizadas três visitas (Estrela, 2007e).

Retornemos ao ano de 2004, quando após contagem realizada pela Secretaria, e apesar da estimativa inicial de vinte e sete famílias dependentes da atividade de catação, o cadastramento realizado pelo Poder Público naquele ano chegou a trinta e cinco catadores, envolvendo uma população de noventa e oito pessoas dependentes da atividade de catação no município de Estrela (Estrela, 2004b).

Assim, acena-se com a perspectiva de efetividade substantiva, ou seja, qual o verdadeiro alcance do programa? Questão esta que procuramos responder com a pesquisa junto aos diferentes grupos de catadores, aliado ao fato de que muitos catadores ainda não existem nem mesmo formalmente para o programa, ou seja, não foram cadastrados.

Segundo R1 não existem pré-requisitos para beneficiar-se da política pública, e o cadastro é realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico. É através deste cadastro que o catador é identificado e começa a fazer parte do programa, recebendo orientações sobre seus direitos e sobre o seu trabalho, tais como: direitos sociais e políticos (documentações, bolsas e auxílios financeiros e materiais estatais); lições de higiene e educação ambiental. Especificamente aos catadores são dadas informações sobre reciclagem, separação, o cuidado com a limpeza e o respeito aos demais moradores. Esta afirmação é corroborada pela fala de R2:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Não, nenhum pré-requisito, somos nós que corremos atrás. Passamos de casa em casa, visitamos, chamamos para virem até aqui, fazemos uma entrevista, fazemos os encaminhamentos que eles precisam. Muitos catadores por exemplo, não tinham documentos, dizendo quem eu sou, onde nasci, não tinham identidade, CPF, nada.*

Esta necessidade de "correr atrás" dos catadores justifica-se pelo aumento considerável destes trabalhadores no município de Estrela, o que repercute no atendimento de demandas individualizadas por parte do Poder Público, principalmente na restrita realização de reuniões envolvendo a coletividade. Em 2005 o trabalho com os catadores autônomos restringiu-se a apenas duas reuniões, já citadas neste histórico, apesar das visitas domiciliares terem atingido o número de cento e setenta e oito (Estrela, 2005i). Este grande número de visitas se deve principalmente ao número de catadores, já atingia 123.

O trabalho com os catadores autônomos foi realizado de forma mais contundente em outubro de 2006, com o atendimento assistencial de vinte catadores. Entre os encaminhamentos feitos pela equipe do programa através dos órgãos municipais, estão: a busca de melhorias habitacionais; cadastramento para percepção de benefícios estatais; reconhecimento de novos catadores; atendimentos de saúde; e destinação de cestas básicas para os mais necessitados (Estrela, 2006l).

Observamos que, em conversa com catadores, mesmo os cadastrados, não sabiam de sua participação nem da existência do programa Brasil Joga Limpo. Segundo os representantes isto se deve ao fato de que os catadores não fazem relação entre as reuniões e visitas domiciliares ao nome "Brasil Joga Limpo", mas sim ao nome das profissionais que atuam junto a ele: a secretária de Meio Ambiente, a assistente social, a bióloga, etc: *"Eles focalizam em quem faz e não no nome do programa" (R1).*

Todavia, consideramos que o programa, para ser enraizado e render frutos, deve ser conhecido e compreendido pelos atores sociais inseridos. Caso contrário, poder-se-á configurar em mero assistencialismo (Santos, 2001), tendo em vista que as pessoas somente esperam receber alguma coisa, não sabem das propostas e não sabem qual o seu papel dentro do contexto da política pública implementada.

Esta deveria ser uma preocupação constante das representantes, o que não ficou demonstrado durante a pesquisa, e que gera uma especulação de dúvida por parte de R2: "[...] *Talvez seja um erro nosso. Alguns sabem do programa, mas a maioria não* [...]".

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Esta falta de conhecimento por parte dos beneficiários do programas também foi analisado a partir das entrevistas de cada grupo, mas de antemão podemos observar, através do histórico do programa que poucas foram as reuniões envolvendo um grande número de catadores, em coletividade, para busca de resoluções de problemas e encaminhamentos. Aliás, as necessidades e reivindicações pleiteadas, na maioria das vezes são comuns, mas repetidamente foram tratados de forma individualizada, o que não contribui para a formação de identidade da política implantada pelo município.

Em síntese, em relação à categoria beneficiários do Programa Brasil Joga Limpo, observamos que os principais problemas são a eleição dos catadores da Usina de Tratamento de Lixo (UTL) e da comunidade escolar, como público-alvo do programa, com a quase exclusão dos catadores autônomos; a falta de continuidade notada durante o desenvolvimento do programa ao longo dos anos; a falta de encontros, reuniões e a realização de ações de educação ambiental e o tratamento efetivo das necessidades destes atores.

c) A atuação dos catadores no contexto socioambiental local

O representante do Poder Público R1 afirmou que a atuação como catador trata-se de uma necessidade, uma forma de sobrevivência, afirmando que os mesmos não gostam de ser catadores e que não encontram colocação no mercado de trabalho formal por falta de qualificação. Já para R2 a profissão de catador é bastante difícil. Ela cita o desrespeito e as agressões que sofrem, porém enaltece o fato de que existem pessoas que preferem exercer a catação do que submeter-se a um emprego formal.

R2 entende que existem catadores preocupados com a questão ambiental, que trabalham de forma “séria”, recolhendo apenas o material que irão utilizar. Já outros, são pouco responsáveis com a questão ambiental, deixando os resíduos sem valor comercial atirados na “barranca do rio”.

Encontramos um relatório de 2004 onde consta a participação dos funcionários da Usina no segundo fórum. Esta participação trouxe importantes contribuições, pois somou aspectos práticos acerca das possibilidades de atuação dos atores sociais ao tema sociambiental tratado naquele fórum, que ainda reunia diversas entidades, públicas e privadas: as dificuldades do trabalho, a precária separação realizada pela comunidade local e suas

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

conseqüências para o trabalho na Usina, entre outras informações. Estes dados foram discutidos por todos os presentes, valorizando as informações daqueles profissionais, principalmente no tocante a conclusão que se deveria trabalhar na educação da comunidade para a separação doméstica (Estrela, 2004b).

Outro importante encontro de discussão da situação dos catadores, e inédito na história do programa no município de Estrela, foi numa reunião realizada com a presença do chefe do poder executivo, seu secretariado e os catadores. Ocorrida no dia 11 de agosto de 2005, contou com a participação de quarenta e dois catadores do município. O principal assunto foi o aumento considerável de catadores do município e a viabilidade da prefeitura adquirir o material catado de maneira informal no município (Estrela, 2005e). Porém, até hoje esta expectativa não se confirmou, bem como não foram tomadas mais medidas em direção a esta possibilidade, exceto a perspectiva da criação da cooperativa. Contudo, esta abarcaria primeiramente os operários da Usina de Tratamento de Lixo.

Sobre a relação dos catadores com a comunidade de Estrela, os representantes do programa são unânimes em afirmar que existem problemas, diante da catacterística cultural da comunidade, relativa à descendência alemã. R2 inclusive predica à comunidade local de "preconceituosa". Já R1 afirma que a comunidade os enxerga como "lixo humano" Esta percepção baseia-se nas denúncias que chegam à Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico, reclamando dos catadores.

> *Na verdade eles não são enxergados pela comunidade como cidadão de direitos, mas como lixo humano, que fazem bagunça no lixo, em alguns casos realmente acontece, quando para reciclar eles colocam o material no chão. Mas não dá para reciclar pois tem alguns que sabem separar direitinho e os cachorros que fazem a sujeira, porém há denúncias que chegam até a Secretaria de Meio Ambiente de que são os catadores (R1).*

E nas palavras de R2:

> *[...]Eu acho que o catador hoje ele, não vou dizer sofre, mas não é uma pessoa bem quista para a maioria das pessoas infelizmente. Eu acho que é por não conhecê-los, por não saber a importância do trabalho deles, por nunca ter ido visitar a casa de alguém, nunca ter ido olhar e conversar com alguém, tu vive no teu mundo não quer saber do outro.*

Conforme relato de R2 estas percepções da comunidade fundamentam-se no fato de que as pessoas não conhecem os catadores e não reconhecem a importância do trabalho desenvolvido pelos mesmos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Além disso, como veremos no próximo tópico, um dos mais valiosos instrumentos do Programa Brasil Joga Limpo, como espaço público de discussão do problema complexo que abrange os resíduos sólidos e atores envolvidos, teve seu foco desviado ao público escolar, quando poderia servir de espaço de interatividade entre os diversos setores da sociedade estrelense, principalmente os catadores.

Como apontado na síntese do item anterior, a falta de ações de educação ambiental incluindo diferentes setores da comunidade, a partir do Fórum Lixo e Cidadania, se reflete na percepção relativa do papel socioambiental dos catadores. Já em relação ao preconceito da comunidade, a percepção dos catadores contraria a percepção dos atores do poder público, como veremos na seqüência.

d) O Fórum Lixo e Cidadania

O Fórum Lixo e Cidadania, desenvolvido pelo programa em âmbito municipal em sua concepção original visa a atingir diferentes níveis de atores e participação social, funciona mensalmente. Segundo o Guia Metodológico do Fórum Lixo e Cidadania podem ser envolvidos no processo os seguintes órgãos: poderes Executivo e Legislativo municipal; lideranças locais; lideranças religiosas; catadores; representantes dos setores de comércio e indústria; representantes dos órgãos estaduais e federais; Ministério Público; universidades; técnicos e consultores da área; entre outros entes do Estado e da sociedade (2003).

Visando a implementação do fórum, a equipe responsável pelo programa realizou reuniões com o chefe do executivo, com as secretarias municipais, com representantes da Caixa Federal, com o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com a União das Associações de Moradores de Estrela, com a Coordenadoria de Educação, e responsáveis pelo Programa de Saúde da Família (PSF), além de algumas empresas locais e midiáticas (Estrela, 2004b).

Estas reuniões versaram principalmente sobre a implantação do programa de coleta seletiva no município e a realização do Fórum Municipal Lixo e Cidadania, que ocorreu em duas oportunidades em 2004. O primeiro Fórum Lixo e Cidadania realizou-se em 18 de novembro de 2004 no salão da Comunidade Evangélica de Estrela e contou com a presença de representantes de diversas entidades e comunidade local. Segundo consta na ata do evento, o objetivo do fórum é mobilizar a sociedade em torno da problemática do lixo, articulando

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

projetos em nível municipal, unindo Estado e sociedade e viabilizando a melhoria da qualidade de vida dos catadores (Estrela, 2004b).

Desta forma, em teoria, o Fórum Lixo e Cidadania mostra-se como uma importante ferramenta, um espaço público de debates e busca de soluções no tocante à problemática socioambiental representada pelo ciclo do lixo, principalmente para a melhoria da qualidade de vida dos catadores e para a erradicação do trabalho infantil na atividade de catação. Ou seja, para contrapor-se aos traços da violência estrutural. Contudo, o histórico das atividades e seu desenvolvimento demonstra que o fórum ficou e está aquém de suas potencialidades.

O primeiro evento, que teve a participação de mais de cinqüenta pessoas, discutiu e apresentou a implantação do programa Brasil Joga Limpo, materializado pela Usina de Tratamento de Lixo, pela coleta seletiva e pelo desenvolvimento do trabalho com os catadores. Contudo, não conseguimos identificar a presença de catadores autônomos no fórum. Nada consta na ata do fórum nem no corpo do relatório de trabalho social. Conforme a pesquisa de campo realizada e que analisaremos mais a frente, pode-se afirmar que a participação destes atores, envolvidos diretamente com a questão e, teoricamente, beneficiários das ações debatidas, nunca foi efetiva. Inclusive prepondera o desconhecimento acerca deste importante espaço público de discussão.

Entre o primeiro e o segundo fórum foi realizado um trabalho de educação ambiental envolvendo 14 escolas do município, intitulado 1ª Exposição Brasil Joga Limpo (Estrela, 2004b). Os objetos expostos foram trabalhados a partir de materiais reciclados com a divulgação de lições de educação ambiental. Segundo o relatório o evento contou com a presença de catadores, o que foi ratificado por uma de nossas informantes que afirmou ter participado do evento e ainda guardar os objetos expostos. Neste mesmo viés, um dos objetivos educacionais traçados pelo Plano Social (Estrela, 2004a), mas não estabelecido, foi a criação do Museu do Lixo na Usina, o que seria trabalhado com os funcionários, mas não foi possível devido a indisponibilidade de espaço causado pelas obras na Usina (Estrela, 2004b).

Ainda no final do ano de 2004, houve a realização do segundo Fórum Lixo e Cidadania, em 09 de dezembro, na sede da Usina de Tratamento de Lixo em Linha Delfina, no interior do município. Tal acontecimento se deu, em parte, pela ausência dos funcionários da Usina no primeiro fórum, devido a falta de meio de transporte. Observamos no primeiro parágrafo do anexo 115 do relatório final, que a responsável pelo programa na época, em

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

reunião com os funcionários da Usina solicitou-lhes que fizessem uma avaliação do primeiro fórum (Estrela, 2004b). Ou seja, não sabia que os funcionários deixaram de comparecer por falta de transporte, o que demonstra uma falta de organização por parte da administração do programa que deixou estes atores fora do primeiro fórum.

Neste segundo evento a participação, conforme ata, caiu pela metade, o que pode ser explicado pela distância geográfica da Usina, que fica localizada no distrito de Delfina, localizada a 5 km do centro da cidade. Assim, a participação comunitária foi fraca, e novamente, ocorreu a ausência de catadores autônomos. Contudo, este fórum contou com a presença dos funcionários da Usina, os quais não haviam participado da primeira edição.

Esta participação dos funcionários da Usina no fórum trouxe, a nosso ver, importantes contribuições, pois somou aspectos práticos à teoria tratada no fórum: as dificuldades do trabalho, a precária separação realizada pela comunidade local e suas conseqüências para o trabalho na Usina, entre outras informações. Estes dados foram discutidos por todos os presentes, valorizando as informações daqueles profissionais, principalmente no tocante a conclusão que se deveria trabalhar na educação da comunidade para a separação doméstica (Estrela, 2004b). Importante salientar que destas discussões surgiram ações concretas de educação comunitária como ampla divulgação do programa de coleta seletiva no município de Estrela.

Tendo em vista o final do mandato eleitoral no ano de 2004, o próximo fórum acabou agendado para 18 de janeiro de 2005. Mas não aconteceu, já que a primeira reunião sobre o Programa Brasil Joga Limpo, com a presença da nova equipe e autoridades locais, ocorreu somente no dia 03 de junho de 2005 (Estrela, 2005c). Nesta reunião esteve presente a representante da Caixa Econômica Federal que chamou a atenção para a continuidade do programa, bem como para a necessidade de realização mensal do Fórum Municipal Lixo e Cidadania.

Durante o mês de julho de 2005, os responsáveis pelo programa focaram seus esforços na continuidade de divulgação do Programa Brasil Joga Limpo e na realização do III Fórum Municipal Lixo e Cidadania, o qual, de acordo com o planejamento inicial deveria ter ocorrido em janeiro.

O Fórum ocorreu no dia 19 de julho de 2005. Diversas entidades públicas e privadas fizeram-se presentes, com a participação de cerca de quarenta pessoas. Novamente não se

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

identificou a presença de catadores nem de funcionários da Usina, exceto do administrador, o qual é funcionário da prefeitura. Assim, perdeu-se a oportunidade de fazer a efetiva utilização do espaço público para expor a realidade da comunidade de catadores e do trabalho realizado na Usina.

Este esvaziamento por falta de participação fez com que os representantes do programa optassem por atingir o público escolar, garantia de platéia lotada, porém impossibilitando uma discussão mais efetiva sobre a problemática com a totalidade de atores diretamente envolvidos, como catadores, comércio, indústria e consumidores.

O quarto Fórum Municipal Lixo e Cidadania, confirmando a solicitação de periodicidade mensal feita pela Caixa Econômica Federal, ocorreu no dia 16 de agosto de 2005 no Ginásio da Escola Estadual de Nível Médio Estrela. A principal discussão no Fórum foi a participação da comunidade na coleta seletiva, através da separação do lixo. Ao analisarmos as listas de presença, verificamos que o fórum neste momento, além de não trazer a presença dos catadores e dos funcionários da Usina de Tratamento de Lixo, começa a especializar-se no público escolar. Os demais fóruns, realizados em setembro, outubro e novembro, da mesma forma, direcionaram-se a contemplar o público escolar (Estrela, 2005e; Estrela, 2005f; Estrela, 2005g; Estrela, 2005h).

Assim, fica claro que o fórum mudou definitivamente seu público alvo para a comunidade escolar. Porém, juntamente com o fórum do mês de outubro foi realizada uma mostra de trabalhos com materiais recicláveis feitos pelos alunos da rede escolar de Estrela. (Estrela, 2005g). Houve uma importante participação dos funcionários da Usina de Tratamento de Lixo que apresentaram mensagens e poesias desenvolvidas para o evento, mas não encontramos nenhum registro sobre as impressões acerca desta participação.

Assim, a realidade local mostra que, apesar de ser dirigido à comunidade geral de Estrela, com convite a todos estes representantes sociais, e às escolas municipais, e ser divulgado nos diferentes meios de comunicação, os participantes acabam reduzidos aos representantes da educação (escolas que levam seus alunos), Brigada Militar e Ministério Público. Este entendimento é perceptível na resposta de R2 quando questionada acerca da participação dos representantes da comunidade nos Fóruns. Segundo ela apesar de todos receberem convites a participação é abaixo do esperado, tal condição levou a implementação dos fóruns nas escolas do município, o que é garantia de público.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Todos recebem convites, nós mandamos centenas de convites, mas hoje as pessoas têm bastante compromisso profissional principalmente. Então nós não temos uma participação maior, como a gente queria ter uma participação significativa, nós resolvemos fazê-lo itinerante nas escolas, espaços públicos, todos os pais são convidados, então vêm pessoas de outros lugares também, mas o nosso público hoje têm sido os estudantes, então nós procuramos fazer o fórum direcionado para isso (R2).*

Poucos são os catadores que participam espontaneamente. As participações ocorreram de forma mais efetivas quando o Poder público realizou reuniões específicas, apenas com os catadores. As representantes admitem como justificativa para a ausência a dificuldade de convidar a todos: "[...] *não tem como mandar convites especificamente, a gente divulga em rádio e jornal" (R2).*

Há falta de compreensão dos catadores acerca dos assuntos tratados, segundo R1: "*são discutidas questões que muitas vezes eles não entendem" (R1).* Os fóruns hoje estão voltados para o público escolar, e não há interesse pela participação dos catadores: "[...] *não adianta trabalhar eles junto com as crianças isto, são dois focos diferentes de trabalho"*.

Como neste ano o Fórum Lixo e Cidadania focou as comunidades escolares do município garantiu a participação de 1684 pessoas nos fóruns realizados (Estrela, 2005i). Observamos que muito do trabalho realizado pela equipe do programa Brasil Joga Limpo e da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico foi voltado para o planejamento e implementação dos fóruns, o que prejudicou em parte o trabalho com os catadores.

O mesmo aconteceu no ano de 2006, quando os fóruns não tiveram a participação de outros agentes inseridos na problemática socioambiental, o que foi observado nos relatórios e prejudicou a efetividade deste espaço público de discussão dos problemas, definições de propostas e possibilidade de encaminhamento de soluções socioambientais em âmbito local (Estrela 2006e; Estrela, 2006f; Estrela, 2006g; Estrela, 2006h; Estrela, 2006i; Estrela, 2006j; Estrela, 2006l).

Em relação aos fóruns, o que aconteceu em 2005 e 2006, repetiu-se em 2007. No mês de abril, por exemplo, todas as atividades a partir do dia 16 foram voltadas ao projeto Agentes Mirins (que atinge o público escolar com ações de educação ambiental); reuniões sobre a semana do meio ambiente; realização do XX Fórum Municipal Lixo e Cidadania (que ocorreu na Escola Arnaldo J. Diel); e preparação da Conferência da Mulher.

No mês de setembro ocorreu o XV Fórum Municipal Lixo e Cidadania e III Mostra de Trabalhos com Materiais Recicláveis (cujos trabalhos expostos foram realizados por estudantes) realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Estrela. Portanto, o fórum encontra-se estabelecido como evento para a comunidade escolar, com atividades e trabalhos de educação ambiental voltados a este público, principalmente sobre o programa de coleta seletiva. Neste evento, o carro chefe foi a escolha da logomarca do Fórum, através da participação da comunidade escolar (Estrela, 2006j).

O Plano Social de 2007 assemelha-se aos demais, prevendo as atividades a serem desenvolvidas durante o ano. Entre os objetivos, o que já foi mencionado anteriormente, está a capacitação dos catadores de lixo proporcionando-lhes organização, na busca pela superação coletiva de suas dificuldades. O plano cita como atividade para atingir este intento a participação nos fóruns Lixo e Cidadania (Estrela, 2007b).

Enfim, entendemos que a participação e o aproveitamento deste espaço público de discussão pelos catadores poderiam ser de grande valia para a comunidade local na questão socioambiental, até porque consta nos relatórios que quando a participação dos catadores ocorreu, nos primeiros fóruns, as discussões sobre a coleta e o manejo dos resíduos sólidos renderam bons frutos, sendo muitas considerações levadas em conta. Contudo, não houve até o ano de 2007 uma participação efetiva destes atores nos fóruns. Desde o início do programa, suas participações foram esporádicas e, como assinalado, apenas nos primeiros fóruns, os quais ainda não estavam voltados ao público escolar como os demais.

Tais fóruns poderiam estar construindo a cidadania através da troca de conhecimento e experiências voltadas para um objetivo comum: a busca de solução para o problema socioambiental representado pelo contexto dos resíduos sólidos em Estrela, avaliando conjuntamente com outros atores da comunidade as ações desenvolvidas por meio da política pública Brasil Joga Limpo, o que permitiria diminuir a incidência da violência estrutural no cotidiano dos catadores locais.

e) Cidadania, desenvolvimento e educação ambiental

Paradoxalmente, os fóruns, que são o espaço potencial para o desenvolvimento de ações efetivas de conscientização e educação ambiental são citados pelos representantes do

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

programa como parte das ações junto aos catadores. Ocorre que diante do problema da não participação deste público sua efetividade fica esvaziada com relação aos catadores. R1 e R2 também apontam as visitas domiciliares e as reuniões em grupo como momentos de educação ambiental, mesmo que estas venham ocorrendo cada vez mais esporadicamente. Segundo R2 "*Então eu acho que em alguns casos a questão de educação ambiental faz efeito e em outros casos não surte muito efeito."* Para exemplificar, ela cita o caso de um catador que possui problemas de deficiência psicomotora, e que participou de reuniões e teve um acompanhamento mais direto. Seu conhecimento e educação refletem em capricho e zelo com o material durante a catação, sendo o catador de rua preferido de vários moradores.

Ao tratarem do tema cidadania para responder ao questionamento sobre o reconhecimento da evolução pessoal dos catadores diante do trabalho desenvolvido, as representantes da política pública citam como exemplo os catadores que estão trabalhando na Usina de Tratamento de Lixo, afirmando que os mesmos: "*são os que mais tem esta concepção* (R1)". Segundo R1 os catadores autônomos não apresentam o mesmo nível de consciência cidadã quanto os funcionários da UTL por falta de segurança sócio-econômica. Conforme a representante, os catadores autônomos até possuem uma certa consciência de seus direitos, porém lhes faz falta um salário fixo, um emprego formal que lhes garanta mais tranqüilidade. Seu ganho acaba dependendo diretamente de sua força física e disponibilidade, no momento em que adoecem ou o tempo não apresenta condições climáticas para a catação, sua renda fica comprometida. O mesmo não acontece com os catadores que hoje estão empregados na Usina como funcionários contratados da prefeitura.

Alguns catadores que tiveram a passagem pela UTL antes do concurso, e que não foram contratados por não passarem na prova, conseguiram emprego em outras empresas. Tal situação fica explicitada no exemplo de uma catadora que saiu da Usina e agora, segundo R2, quer voltar: *"Uma outra senhora que já trabalhou na UTL a M., ela também mudou de vida, hoje ela vem e implora para voltar. Ela mudou a casa dela, tu vê quando a pessoa está feliz."*

Indagados sobre a forma como o programa promove a cidadania junto aos catadores abrangidos, os representantes apontaram: o reconhecimento de seus direitos e deveres; o respeito destes direitos, principalmente os benefícios federais (bolsas); a inserção dos catadores na comunidade e no mercado de trabalho. Para R2 a promoção da cidadania não depende só da pessoa ou do poder público, para ela cada um tem de fazer sua parte: "*Mas*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

também muitos dizem que não querem saber, aconteceu de pessoas que não quiseram mudar." Já R1 afirma que houve melhorias na qualidade de vida:

> *Com certeza. O crescimento pessoal, o crescimento profissional. O empoderamento, a questão de emancipação. Eu não levei as gurias para procurarem emprego na Reciclagem Estrela. Eles estão buscando, estão se fortalecendo, sendo tratados como cidadãos e buscando os seus direitos. Querem exercer sua cidadania, quais os direitos que eles têm. Não é favor que eles estão buscando (R1).*

Observe-se contudo, que R1 refere-se a ex-catadoras que trabalharam na UTL e que têm um acompanhamento e um trabalho mais intensivo por parte do poder público, e assim, segundo as responsáveis pelo programa, melhor qualidade de vida.

Os representantes do programa, ao responderem questões sobre as possibilidades de desenvolvimento analisam a melhoria da qualidade ambiental na cidade de Estrela após a implementação da política pública. Neste ponto, entende que houve melhorias, principalmente desencadeadas pelas informações sobre formas de separação e limpeza, de catador para catador. R2 não percebe melhoria sensível, já que a responsabilidade por tal mudança passa por toda a comunidade e não apenas pelos catadores, e considera que a comunidade de Estrela ainda não assumiu seu papel no tocante à responsabilidade ambiental, sequer participando de maneira efetiva da coleta seletiva desenvolvida no município.

Outro tipo de ação que pode ser enquadrada como acesso à cidadania foram realizadas em 2003 e exemplificam-se em campanhas de doação de alimentos e agasalhos através de parcerias com entidades sociais, cortes de cabelo, manicure e pedicure, beneficiando os catadores e suas famílias (Estrela, 2003b).

Em parceria com a Caixa Econômica Federal, o Departamento de Assistência Social desenvolveu ação para viabilizar a documentação civil dos catadores de forma gratuita: cadastro de pessoa física e certidões de nascimento, casamento e identidade. Tais ações são de grande valia para a consecução de garantias de direitos de cidadania, através da regularização de condição civil das pessoas alcançadas. Ainda foram realizados trabalhos lúdicos de sensibilização com os grupos de catadores e ações de educação ambiental com a divulgação de filmes e palestras sobre a importância da água. No final do ano foi organizada uma atividade natalina com os catadores.

O trabalho desenvolvido em 2003, apesar de não estar registrado de forma mais específica e aprofundada, demonstra que houve naquele ano uma ação pública voltada aos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

catadores do município, porém abaixo da expectativa descrita no Plano de Ação (Estrela, 2003a), já que as ações foram não continuadas e sem qualquer método de avaliação.

Em 2004, durante a realização do cadastramento, os catadores foram encaminhados conforme as necessidades que demandavam, porém, o Poder Público não tem nenhum registro destes encaminhamentos, justificando esta falta pela dificuldade de controle. Contudo, o relatório do trabalho técnico social cita encaminhamentos a postos de saúde, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Delegacia de Polícia, Caixa Econômica Federal, Cartório Eleitoral, entre outros (Estrela, 2004b).

Analisando-se os objetivos e atividades traçadas, o Plano Social de 2004 possui alguns aspectos diferentes, além do trabalho com os catadores já previsto em 2003: um trabalho específico com os funcionários da Usina de Tratamento de Lixo, para capacitá-los como multiplicadores do processo de coleta seletiva e promovendo seus direitos de cidadania através do acompanhamento, orientação e encaminhamento à rede de serviços de atenção básica do município e a criação do museu do lixo. Outro aspecto é a capacitação de professores para atuarem como multiplicadores de educação ambiental através de seminários e, por fim, a capacitação de lideranças comunitárias sensibilizando-as para a problemática do meio ambiente e o programa de coleta seletiva, através da criação do Fórum Lixo e Cidadania (Estrela, 2004a; Estrela 2004b).

O objetivo de criação do Museu do Lixo na Usina, o que seria trabalhado em conjunto com os funcionários, acabou não sendo atingido devido à indisponibilidade de espaço causado pelas obras no local. Apesar disso, o trabalho social com os funcionários da Usina de Tratamento de Lixo iniciou em agosto de 2004 com a realização de dinâmicas de grupo, informações sobre o trabalho a ser realizado e levantamento das necessidades (Estrela, 2004b).

Os trabalhadores da Usina ainda tiveram outros encontros de capacitação, num total de oito no ano, onde foram abordados temas como segurança, higiene e saúde no trabalho, técnicas de reciclagem, educação ambiental e o universo envolvido na problemática do lixo. Conforme podemos notar nas atas das reuniões de capacitação, com o tempo os funcionários da Usina aumentaram suas reivindicações, tornando-se mais críticos quanto às condições de trabalho e higiene. Outra preocupação constante era a pequena quantidade de funcionários na Usina, apenas dez, menos da metade do que existe hoje (Estrela, 2004b).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em relação ao trabalho com os catadores autônomos, o relatório faz referência ao alcance dos objetivos referentes ao seu acesso à rede pública de serviços e a mudanças de hábitos, costumes e renda, e aponta a necessidade de mais tempo e ações para o alcance efetivo da meta. Foram realizados dois módulos de capacitação com os catadores: uma oficina de cestaria em jornal e um encontro com representantes de uma empresa de reciclagem viabilizando uma parceria para a compra de vidro. Porém, conforme o livro de presença anexado ao relatório, poucos catadores participaram dos encontros, apesar do registro feito pela responsável técnica de que aqueles que estavam cadastrados participaram pelo menos de um dos encontros de capacitação (Estrela, 2004b).

Entre outros objetivos, já citados em planos anteriores, o planejamento de 2005 busca "promover os sujeitos a cidadãos sociais que possuem direitos e deveres" (Estrela, 2005a, p. 6). Para atingir tal escopo previram palestras e grupos de estudo sobre cidadania, o que deveria ocorrer entre os meses de setembro a dezembro daquele ano.

Entre as ações consideradas pelo planejamento do poder público e amplamente divulgadas em reuniões e apresentações do projeto às demais entidades locais, os objetivos seriam alcançados através das seguintes atividades: recadastramento de catadores; visitas domiciliares; palestras; realização do Fórum Lixo e Cidadania; entrevistas individuais e trabalho em grupo com catadores para sua mobilização e implementação de uma cooperativa (Estrela, 2005d).

Naquela época entendeu-se que a divulgação poderia incrementar a participação da comunidade e entidades junto ao programa, comprometendo-se com os objetivos propostos, de "*sensibilizar as pessoas para a questão dos resíduos sólidos e a destinação também, um dos objetivos, não principal, mas bastante importante, que é a destinação correta*" (R2). Porém, R2 entende que a comunidade ainda espera que a resolução dos problemas principie unicamente no Poder Público, e assim não separa o lixo: *"Já aconteceu várias vezes a pessoa liga para recolher, o caminhão chega lá e está tudo cheio de lata de tinta, que não é recolhido pela prefeitura. Então eu acho que a comunidade ainda não está preparada, por isso acho que não"* (R2).

Entre as ações do programa, voltadas para a comunidade em geral, encontra-se o Dia da Cidadania. O primeiro evento ocorreu em 13 de dezembro de 2005 numa parceria entre as

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Secretarias do Meio Ambiente e Saneamento Básico e da Saúde e Assistência Social, com a participação de diversas entidades locais.

Durante o evento foram prestados diversos serviços sociais e de saúde, tais como: verificação de glicose, pressão arterial, orientações de saúde preventiva, emissão de documentos (CPF, Cartão do Cidadão, PIS e negativa do PIS), encaminhamentos para vagas de emprego, encaminhamentos a serviços assistenciais, corte de cabelo, entre outras atrações artísticas e culturais. O evento ocorreu em frente à Casa da Cidadania, no centro do município, com ampla divulgação midiática e como parte do calendário natalino local (Estrela, 2005i).

Não encontramos nenhum registro de avaliação sobre as atividades realizadas no Dia da Cidadania, bem como a extensão e alcance do trabalho realizado. Contudo, conforme notícias de jornais anexados ao relatório mensal (Estrela, 2005i), o evento propiciou a participação de muitas pessoas, alcançando-lhes serviços básicos de saúde e assistência social.

No mês de março de 2006 ocorreu a inauguração, por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, da Sala Verde, na sede da Secretaria. O projeto foi implementado com verbas federais, conforme planejamento de 2005, e é destinado a orientar e conscientizar a comunidade quanto à preservação do meio ambiente, promovendo o engajamento socioambiental e a melhoria da qualidade de vida, através de amostras, exposições, palestras e seminários.

A Sala Verde contempla material didático e equipamentos completos de mídia (Estrela, 2006c). No entanto, não encontramos qualquer registro de atividades com os catadores na Sala Verde, o que poderia ser de grande valia para as instruções e trabalhos de conscientização, bem como seria uma forma de trazer estas pessoas para perto do poder público, usufruindo dos espaços e oportunidades existentes. O público que mais se beneficia do espaço é o escolar.

Assim, deixa-se de lado mais uma importante ferramenta de educação ambiental que poderia ser utilizado para as ações junto aos catadores de resíduos do município, na busca por melhorias nas condições destes trabalhadores.

Sobre a possibilidade dos catadores autônomos manterem-se na profissão com melhoria na qualidade de vida, R1 acredita ser possível desde que ocorra a criação de uma

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

cooperativa, já que *"a demanda pela catação existe"* (R1). Neste aspecto, R2 acha a idéia interessante, mas não tem noção de como isso poderia ser possível. Segundo ela o maior problema hoje é criar este senso de união, voltado a um fim comum. Para os entrevistados, os catadores ainda não estão prontos para tal estágio:

> *A gente já tentou, mas nas reuniões que a gente faz a gente conversa sobre isso, mas não existe entre eles uma união, digamos assim, suficiente para criar uma associação. Têm alguns que se odeiam, não se falam. A gente ainda, eu acho que eles precisariam se reunir mais vezes independente da nossa vontade, eu acredito que eles possam criar esta associação por vontade deles também, mas eles também, como a comunidade de Estrela é bem segmentada, eles também são. Mas acho que para o futuro teria que se trabalhar para isso (R2).*

Conforme os arquivos analisados em dezembro de 2005 ocorreu uma reunião com os catadores cadastrados no programa Brasil Joga Limpo, porém não existe qualquer ata no relatório sobre os assuntos discutidos. Existe apenas o registro de uma palestra sobre orientação ambiental com o Fiscal de meio ambiente da prefeitura, bem como a divulgação do Dia da Cidadania que foi realizado naquele mês no município (Estrela, 2005i). Como o total de participações nas duas reuniões realizadas em 2005 foi de setenta e oito catadores (Estrela 2005i). Na primeira reunião houve a participação de quarenta e dois catadores (Estrela, 2005e), e na segunda reunião participaram trinta e seis catadores.

Já os ex-catadores, contratados para trabalhar na Usina estão sendo estimulados a criar uma cooperativa a partir do grupo da UTL, eliminando o problema dos atravessadores que hoje determinam os preços aplicados aos materiais recicláveis recolhidos pelos catadores individuais, os quais não têm outra opção para destinar o seu material. Segundo R1: *"os catadores que estão fora vão poder catar para esta cooperativa* (da UTL) *pois todos vão receber o mesmo valor."*

Este planejamento aparece pela primeira vez no relatório de 2005, com a idéia da criação de uma cooperativa com os catadores locais, envolvendo a Usina de Tratamento de Lixo do município. O embrião deste projeto, segundo consta no plano, é um trabalho de mobilização dos atores sociais envolvidos (Estrela, 2005a), possibilitando a atividade coletiva e o desenvolvimento do espírito de cooperação. Em junho de 2005 os responsáveis pelo programa realizaram uma visita a uma cooperativa de catadores existente no município de Dois Irmãos e que faz parte do projeto local "Vivendo e Reciclando" (Estrela, 2005c).

O intuito foi buscar subsídios para a implantação da cooperativa em Estrela, já que em Dois Irmãos o trabalho cooperativado, com parceria público-privada, erradicou a atividade de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

catação das ruas. Os vinte ex-catadores, hoje cooperativados, trabalham na Usina de Tratamento de Lixo e recebem aproximadamente três salários mínimos mensais, conseguindo viver com dignidade (Estrela, 2005c).

Foram realizados encontros com os funcionários da Usina, trabalhando dinâmicas de grupo voltadas ao coletivo. Também foi oportunizado espaço para que os mesmos pudessem expor problemas internos e discutidos com o grupo a melhor forma de resolvê-los. Foram citados o alcoolismo no trabalho, horário e local para fumantes, bem como formas de minimizar conflitos entre os grupos que trabalham em cada esteira. Neste ponto, o grupo em consenso definiu que deveria haver um rodízio para que todos se conhecessem melhor e assim criassem uma afinidade maior, ajudando-se quando preciso (Estrela, 2005d).

O grupo reagia de forma positiva a cada trabalho desenvolvido. Como exemplo, tem-se a criação de placas educacionais, de iniciativa dos próprios funcionários, normatizando questões de hábitos higiênicos como: não jogar tocos de cigarro no chão; conservar a louça e a mesa limpas após as refeições; não jogar o papel higiênico no chão do banheiro; entre outros (Estrela, 2005d). Além disso, no mês seguinte, o grupo de trabalhadores, através de um mutirão voluntário e coletivo, realizou a limpeza de todas as dependências e do pátio da Usina de Tratamento de Lixo (Estrela, 2005f).

Estas condutas demonstram a assimilação de hábitos e mudança de comportamentos por parte destes trabalhadores, que agora no trabalho formal, buscam melhorar seu ambiente, através das lições aprendidas na Usina. Também, as dinâmicas de relacionamento interpessoal foram reforçadas para aumentar o vínculo de afetividade entre os funcionários. Esta motivação para o trabalho coletivo e superação de diferenças contribui para a formação de capital social. Ou seja, após criado e fomentado, o sistema funciona de forma automática e autoregulatória, aprendendo e se desenvolvendo naturalmente, fundamentado nas relações de confiança e solidariedade (Franco, 2004).

Em 2005 e 2006 na Usina o acompanhamento dos operários continuou através de dinâmicas de grupo e acompanhamento das necessidades coletivas e individuais, com as visitas quinzenais da assistente social. O acompanhamento da Caixa Federal, através de uma técnica social, frisou a necessidade do trabalho social, além das obras de ampliação da Usina, com a participação da comunidade (Estrela, 2005f).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

As atividades desenvolvidas com os funcionários da UTL voltadas a formação da cooperativa procura estimular a visão de conjunto; mobilização e conscientização de horários. Para 2008, estão previstas reuniões com os catadores autônomos buscando os *"mais aptos a serem inseridos na usina de tratamento de lixo"* (R1). Através das reuniões e trabalhos em grupo a assistente social procura preparar os operários da UTL para assumir de forma autônoma o seu papel social, empoderando-se como grupo,para formação da cooperativa. Em momento algum foi explicada qual a forma para identificação destes catadores "mais aptos" por parte do poder público, apenas que tal identificação seria desenvolvida em 2008, contudo pôde-se entender que para os representantes os "mais aptos" são aqueles que demonstrem capacidade de trabalhar em conjunto e que aceitem a idéia de se cooperativar (Estrela, 2006l).

Em 2006 ocorreram ainda visitas às famílias de funcionários, conforme necessidades informadas ou observadas. Também ex-funcionários foram acompanhados e atendidos pelos técnicos do programa (Estrela, 2005e). Tal atividade demonstra um respaldo ao indivíduo, garantindo-lhe segurança, mesmo quando afastado do serviço público formal. Desta forma o programa auxilia seus beneficiários de forma efetiva, não os deixando ao desamparo, principalmente diante da alta rotatividade que o contrato temporário, implementado aos funcionários da Usina, impôs.

Junto aos vinte trabalhadores da Usina de Tratamento de Lixo, em outubro de 2006, foi realizada uma atividade pela assistente social responsável técnica do programa, onde os mesmos deveriam, através de desenhos, representar a sua vida antes e depois da contratação (Estrela, 2006l). Após, os trabalhadores deveriam explicar ao grupo o que significava seus desenhos. Não há registro das significações que os catadores fizeram, contudo o relatório traz cópias dos desenhos onde podemos identificar algumas categorias expressadas no antes e depois dos funcionários da Usina.

Antes: desemprego; biscates; serviço difícil; moradia precária; falta de dinheiro; solidão; bebida; tristeza; sujeira; desorganização. Depois: emprego fixo; criação de raízes; moradia decente; conta em banco; limpeza; utilidade/contribuição; contas pagas; crescimento como pessoa; família feliz; amizade; companhia; novos caminhos; organização. Além disso, na Usina, os trabalhos envolvendo os operários mantiveram-se de forma quinzenal com atividades motivacionais realizadas pela assistente social.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Vê-se que todos os funcionários citaram tão somente melhorias em suas vidas com o emprego proporcionado pelo Programa Brasil Joga Limpo na Usina de Tratamento de Lixo, expressado através dos desenhos que retratavam a sua vida antes e depois do início do labor formal na Usina. Tais afirmações poderão ser melhor analisadas ao serem comparadas com as entrevistas realizadas com os grupos de catadores.

Ainda em relação aos catadores autônomos, foi realizada uma reunião do Loteamento Marmit, em abril de 2006. Segundo consta nos relatórios oficiais, durante a entrega de convites, verificou-se que dos trinta e cinco trabalhadores cadastrados naquele local, treze conseguiram inserção no mercado de trabalho formal (Estrela, 2006d). Mas nos primeiros meses de 2006 os encontros restringiram-se a visitas individuais, de acordo com a procura por parte destes aos serviços de assistência do município. Durante o mês de maio não houve atividade com os catadores autônomos (Estrela, 2006f).

Mesmo assim, as reuniões realizadas em dezembro de 2005 e abril de 2006 surtiram efeito. Algumas moradias que no ano anterior (2005) haviam sido notificadas por falta de higiene e acomodação irregular dos materiais catados, apresentaram melhorias como limpeza e organização, conforme informação do fiscal ambiental do município (Estrela, 2006d). Apesar de que não há registro dos assuntos tratados na reunião que ocorreu em abril com a participação de vinte e um catadores do Loteamento Marmit (Estrela, 2006e).

Por fim, observamos que os representantes do programa utilizam, invariavelmente, como parâmetro o exemplo dos ex-catadores que hoje trabalham na Usina, quando referem-se a processos de empoderamento e capacitação para a cidadania. Estes funcionários, além de exercerem um emprego formal com os benefícios inerentes (salário, assistência, entre outros), estarem inseridos no programa, são acompanhados e trabalhados quinzenalmente, de perto, pela equipe responsável pelo Programa Brasil Joga Limpo, ou seja, têm um tratamento diferenciado se comparados aos demais catadores que exercem seu ofício pelas ruas do município.

Os responsáveis pelo Programa Brasil Joga Limpo em Estrela reconhecem que os demais catadores autônomos do município não têm o mesmo nível de consciência. As representantes justificam tal fato, não pela falta de ações e trabalhos voltados a estes atores, mas pela falta de segurança sócio-econômica, que segundo elas refere-se a não possuir emprego e salários fixos. Esta concepção mostra-se no mínimo contraditória, pois o que

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

observamos é que faltam ações que objetivem empoderar e capacitar estes cidadãos para que realizem suas escolhas. Aliás, estes são objetivos previstos nos planos sociais do programa, subscritos pelas responsáveis.

As responsáveis pelo programa deixam claro que a promoção da cidadania depende tanto do Estado quanto das pessoas, explicando que com a implementação do programa houve melhoria na qualidade socioambiental na cidade de Estrela, porém observam que a comunidade local ainda não assumiu seu papel no programa de coleta seletiva.

Ainda, são citadas como ações voltadas à integração social e a busca pela conscientização da comunidade quanto à problemática socioambiental do descarte de resíduos sólidos, como o dia da cidadania e a capacitação de professores voltada à educação ambiental.

Entretanto fica claro que quanto maior o contato e o trabalho de capacitação e conscientização dos atores por parte do poder público, melhor é a resposta. Esta situação é observada principalmente nos exemplos dados através dos funcionários da Usina de Tratamento de Lixo que são acompanhados sistematicamente. Já os catadores autônomos têm um acompanhamento muito aquém daqueles, não apresentando o mesmo desenvolvimento. Isto se nota desde o manejo com os resíduos até a participação social. R1 e R2 apresentam como possibilidade de implementação de renda aos catadores autônomos a criação de uma cooperativa local, objetivo para o qual os funcionários da Usina de Tratamento de Lixo vêm sendo trabalhados.

f) Violência estrutural e assistencialismo

R1 e R2 foram unânimes de afirmar que os catadores são vítimas de violência no seu dia-a-dia. Para R2 a maior violência sofrida pelos catadores é o preconceito social e racial. Também foi citada a *"violência moral em todos os sentidos"* (R1) buscando diferenciá-la da violência física.

R1 apresenta como uma forma de violência a invisibilidade social, afirmando que os catadores que hoje trabalham na UTL sentem-se valorizados porque são vistos: *"eles estão sendo vistos e estão sendo valorizados. Antes eles não eram vistos, agora eles são vistos"*. Apesar disso, as entrevistadas disseram desconhecer o conceito de violência estrutural, o que

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

demonstra a característica silenciosa e natural desta forma de violência: “o senso comum nem chega a compreendê-la” (Neto & Moreira, p. 35, 1999).

Para R2 os objetivos do programa Brasil Joga Limpo estão consubstanciados em três linhas de ação:

> *O programa Brasil Joga Limpo tem um tripé de sustentação que é: excluir o trabalho infantil, porque nós tínhamos e ainda temos, estamos sempre de olho, fiscalizando, mas às vezes encontramos crianças trabalhando, a questão da educação ambiental e a questão ambiental e do tratamento dos resíduos.*

Neste sentido, de acordo com o primeiro plano social realizado pelo Programa Brasil Joga Limpo em 2003, crianças e adolescentes trabalhavam na atividade de catação pelas ruas do município, auxiliando seus pais na manutenção de seus lares (Estrela, 2003a). Deixando claro o trabalho infantil, que é uma das faces da violência estrutural. Esta realidade também foi observada em relatório dois anos após, em junho de 2005, pela assistente social que estava assumindo a coordenação do programa (Estrela, 2005c).

O documento mostra que a renda aferida com a atividade de catação era insuficiente para garantir o mínimo social, bem como que os catadores adultos cadastrados à época eram analfabetos absolutos ou funcionais e não possuíam outra capacitação profissional, deixando estas famílias em situação de risco social, ou seja, sofrendo com a violência estrutural (Estrela, 2003a).

Conforme já discutido, uma das faces nefastas da violência estrutural aparece no trabalho infantil, onde as famílias, para conseguir sobreviver lançam mão do trabalho infantil como forma de aumentar o rendimento. Contudo, conforme Neto & Moreira (1999) a contrapartida tem um alto custo, passando a infância e adolescência ao largo da escola, dos cuidados de saúde e dos acessos aos demais direitos, transformando-se em adultos sem perspectivas, fadados a vagar por atividades subalternas e/ou viver nas ruas.

Em contrapartida, visando combater esta realidade posta, o Plano Social de 2003 também previa os seguintes objetivos em relação aos catadores do município: superação coletiva das dificuldades mediante a organização das famílias; garantia do acesso aos serviços de atenção básica e melhoria das condições de saúde educação, habitação e trabalho; resgate da auto-estima e a convivência familiar e comunitária, visando evitar situações de vulnerabilidade social; diminuir o analfabetismo e a evasão escolar; melhorar as condições de trabalho e erradicar o trabalho infantil; promover atividades voltadas à mudança de atitudes,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

melhorando as condições sanitárias, de saúde e a preservação do meio ambiente (Estrela, 2003a).

O trabalho desenvolvido durante o ano de 2003, apesar de não estar registrado de forma mais específica e aprofundada, demonstra que houve naquele ano uma ação pública voltada aos catadores do município, porém abaixo da expectativa descrita no plano, com ações esparsas, não continuadas e sem qualquer método de avaliação.

Contudo, observamos que o trabalho junto aos funcionários da Usina de Tratamento de Lixo não se restringiu apenas ao ambiente da Usina, que continuou com atividades quinzenais voltadas principalmente para as dinâmicas de grupo, discussões e encaminhamento de reivindicações, nos primeiros meses do de 2006. Segundo os relatórios do programa ocorreram visitas às famílias de funcionários, conforme necessidades informadas ou observadas. Assim, como ex-funcionários foram acompanhados e atendidos pelos técnicos do programa (Estrela, 2005e).

Tal atividade demonstra um respaldo ao indivíduo, garantindo-lhe segurança e apoio estatal, mesmo quando afastado do serviço público formal. Desta forma o programa auxiliou seus beneficiários de forma efetiva, não os deixando ao desamparo, principalmente diante à alta rotatividade que o contrato temporário, implementado aos funcionários da Usina, impunha na época.

Tendo em vista os problemas administrativos com a Usina, que acabaram por culminar em demissões ao final do ano de 2006, o trabalho do grupo responsável pelo programa Brasil Joga Limpo, nos primeiros meses do ano de 2007, ficou focado na busca por soluções administrativas para a recontratação dos trabalhadores da Usina. Observe-se que com a demissão, os funcionários da Usina voltaram às ruas desenvolvendo o trabalho de catação (Estrela, 2007a). Assim as atividades envolvendo os catadores voltaram-se principalmente para suprir as carências apresentadas por estes trabalhadores demitidos, através de encaminhamentos assistenciais do município. Apenas no mês de fevereiro, o relatório conta com o atendimento social de vinte e três catadores, incluindo uma família que perdeu seus dois filhos por afogamento no Rio Taquari, sendo atendidos pelo município com auxílio público para o funeral (Estrela, 2007b).

Diante destas ações praticadas pelo poder público no decorrer do programa, questionamos as nossas entrevistadas em relação ao assistencialismo. R1 afirma que o mesmo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

não leva a nada fazendo *"com que a pessoa fique dependente"*. Segundo ela, deve-se fazer uma diferenciação do que seja os conceitos de assistencialismo ("*controle, dependência, imediatismo"*) e assistência ("*acompanhamento, fortalecimento*"). O assistencialismo, para ela, impede que as pessoas trilhem seu próprio caminho.

Já R2 identifica a intenção da pessoa em seus atos para classificá-los como assistencialista ou não. Para ela, no momento em que o Estado dispõe de uma política pública social esta transforma-se em direito independente da intenção do governante *"eu não sei a intenção do governo, se é humanitário, solidário ou é politiqueiro, eu não me atrevo a dizer, mas eu acho que se a pessoa tem direito, ele tem direito e nós temos que fazer o possível para que ela tenha seu direito respeitado"* (R2).

Saúde, educação, alimentação, habitação e assistência social são as formas de assistência alcançadas pelo município aos catadores segundo R1. Ela observa, contudo, que esta *"não é função específica da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico, mas um trabalho a ser desenvolvido em conjunto com as demais secretarias do município"* (R1).

Em síntese a análise desta categoria demonstra que as responsáveis pelo programa entendem que os catadores sofrem com diferentes tipos de violência, causadas principalmente pelo preconceito advindo da comunidade. Porém, ao analisarmos as falas dos catadores, estes deixam claro que não há problemas com a comunidade, com os outros catadores ou com o serviço de coleta seletiva.

O que também transparece é o não reconhecimento, por parte dos catadores, da violência estrutural causada pelo descaso do Estado com estes atores sociais e suas conseqüências como o trabalho infantil. Enaltecem as linhas de ação do programa, das quais duas ainda precisam ser devidamente trabalhadas no universo dos catadores: educação ambiental e erradicação do trabalho infantil. Apenas a meta de criação de uma unidade de triagem foi alcançada de forma mais plena. Podemos observar que as ações voltadas a estes objetivos foram prejudicados pela falta de continuidade do programa.

Muito do trabalho desenvolvido é voltado aos operários da Usina, os quais se beneficiam de acompanhamento social público, com lições de educação ambiental e capacitação para a cidadania. Já o acompanhamento com os catadores autônomos se dá mais na seara do assistencialismo, de forma que ao procurarem a Secretaria são sanadas suas necessidades. Inclusive R1 diferencia assistencialismo (controle, dependência e imediatismo)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

de assistência (acompanhamento e fortalecimento). Mesmo assim a "assistência" conforme conceituada por R1 não é o observada plenamente em relação aos catadores autônomos.

Assim, a política pública deve voltar-se a todos os catadores do município, visando atingir o objetivo de capacitá-los ao exercício de seus direitos e deveres na comunidade. Podemos observar que isto vem sendo realizado junto aos operários da Usina, contudo, para um efetivo combate à violência estrutural deve ser estendido aos demais catadores do município, que são na essência os beneficiários desta política pública socioambiental.

4.2 Os Catadores de Estrela

Para aclarar a realidade e a visão por parte dos catadores do município de Estrela após a análise da implementação da política pública através do Programa Brasil Joga Limpo e a visão de suas representantes, passaremos a analisar as falas dos grupos de catadores entrevistados conforme as categorias de análise já explicitadas.

Atores: Grupo de Catadores não abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo (CNP);

Categorias: catação, meio ambiente e resíduos sólidos; participação comunitária; violência estrutural e cidadania.

Atores: demais grupos de catadores abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo (CAP, CTU e UTL);

Categorias: catação, meio ambiente e resíduos sólidos; participação comunitária e Programa Brasil Joga Limpo; violência estrutural e cidadania.

4.2.1 Catadores autônomos não abrangidos pelo programa (CNP)

Não foi tão fácil encontrarmos estes catadores, diferentemente do que pensávamos inicialmente, já que nossa idéia era entrevistar catadores que ainda não haviam sido cadastrados pela prefeitura, ou seja, que não haviam tido nenhum contato com a política pública. A grande maioria dos catadores do município já foi cadastrada e de alguma forma atendida pelos profissionais do programa.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Assim, fizemos diversas incursões pelas ruas da cidade conversando com os catadores que encontrávamos procurando identificar aqueles não cadastrados. Determinamos como local de estudo o Loteamento Marmit, devido a grande quantidade de catadores que lá residem. Fizemos diversas visitas ao bairro e conseguimos identificar catadores que ainda não haviam sido cadastrados pelo Poder Público. Contamos com a ajuda da Secretaria de Meio ambiente e Assistência Social na identificação destes trabalhadores. As entrevistas foram todas realizadas nas casas dos catadores, após contato prévio.

Os catadores entrevistados que formam este grupo possuem idades entre 34 e 63 anos. Todos possuem seis ou mais filhos. Já quanto à escolaridade possuem no máximo a quarta série do ensino fundamental, sendo que um dos entrevistados é analfabeto funcional, apenas sabe escrever seu nome. São naturais das cidades de Três Passos, Erechim e Lajeado.

a) Catação, meio ambiente e resíduos sólidos

Em relação ao conceito de meio ambiente, apenas um catador deste grupo conseguiu formular um conceito. Para ele meio ambiente é sinônimo de manutenção da limpeza local, já que faz a separação dos resíduos embaixo de sua casa. Os demais catadores disseram não entender nada sobre o meio ambiente, o que denota a falta de conhecimento sobre as questões que envolvem o seu labor. Isto também fica claro quando indagados sobre o conceito de "resíduos sólidos": nenhum dos entrevistados soube fazer qualquer construção oral, bem como, quando procuramos analisar suas percepções sobre o atual contexto socioambiental. Já sobre o conceito de "lixo" representaram como aquilo que *"vai fora"*, pois não tem valor (CNP3).

Para os catadores deste grupo, o homem não cuida devidamente da natureza, não se relaciona bem com a mesma. CNP1 não conseguiu formar nenhum conceito acerca da interrogação, sendo que os demais responderam de forma direta e objetiva: *"O ser humano deveria cuidar mais da natureza, pois ela é muito mal cuidada"* (CNP3).

Dois dos catadores entrevistados separavam o lixo em suas casas, CNP1 no pátio e CNP2 embaixo da casa. Os demais catavam apenas resíduos sólidos específicos como garrafas PET (CNP3 e CNP4). Para eles as pessoas envolvidas na questão dos resíduos são as que lhes ajudam a catar. Aqui, pudemos observar que os filhos menores acabam

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

acompanhando e auxiliando os pais na catação: *"Eu me viro e as crianças também ajudam"* (CNP1). A afirmação configura mais uma forma de violência estrutural, pois as crianças acabam por se transformar em mais mão-de-obra, auxiliando a aumentar a renda familiar.

A responsabilidade pelo lixo, os entrevistados atribuem à prefeitura e às pessoas, concordando todos que a comunidade não participa da coleta seletiva, ou seja, não separa corretamente os resíduos descartados: *"que eu sei, em Estrela, eles só atiram para fora"* (CNP2) ou ainda *"[...] tem gente que bota todo o lixo e a prefeitura tá sempre ajuntando. Eles vão largando no pátio"* (CNP1). Neste sentido, fazem questão de deixar claro que concordam com a coleta seletiva e o modo como a mesma é realizada pelo poder público municipal.

Eles afirmam que em suas casas realizam a separação: *"É bom, eu separo"* (CNP1), observando ainda que a coleta seletiva não atrapalha a atividade de catação, como também não existe qualquer conflito entre o serviço de coleta e o trabalho dos catadores. Inclusive citam que se as pessoas separassem os resíduos de forma correta estariam contribuindo para a atividade do catador aumentando o seu rendimento.

Como forma de contribuir para o meio ambiente, os entrevistados citam a catação (CNP2) e a limpeza (CNP1), os demais não souberam responder. A percepção sobre a não participação de ações envolvendo educação ambiental, antes apenas especulativa, fica explícita quando diretamente questionados sobre este ponto, momento em que foram unânimes em afirmar que nunca participaram e nem conhecem qualquer ação de educação ambiental. Esta falta de suporte com certeza influi significativamente na qualidade de vida destas pessoas, as quais não possuem qualquer acompanhamento, estando sozinhas, elas e suas famílias, na realização de um trabalho diretamente voltado à problemática ambiental, e sem qualquer conhecimento que pudesse transformar seu trabalho, deixando-o mais rentável e eficaz.

b) Participação comunitária

A vida comunitária deste grupo é praticamente inexistente, correspondendo apenas ao fato de residirem no bairro Marmit em Estrela. Eles afirmam que se relacionam bem com a comunidade local, porém não participam de qualquer ação comunitária. Apenas CNP1

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

referiu-se a reuniões na creche dos filhos, tendo em uma oportunidade, participado do Fórum Lixo e Cidadania na escola onde o filho estuda. Os demais desconhecem o Fórum, o Programa Brasil Joga Limpo e o nome da responsável técnica.

A falta de participação comunitária, em parte, pode ser explicada se levarmos em conta que CNP3 e CNP4 chegaram há pouco tempo no bairro (alguns meses) o que aclara também o fato de ainda não terem sido cadastrados pela prefeitura, já que o último cadastramento ocorreu em 2004. Outra explicação para a falta de participação é a falta de um acompanhamento e um trabalho voltado para a questão específica de suas condições qualitativas de vida e de trabalho. Como não são alcançados pelo programa, não há qualquer trabalho voltado à inclusão com este grupo de catadores. Eles estão por si. Também não existe qualquer associação voltada para a atividade laboral entre os catadores pesquisados neste grupo, contudo o relacionamento com os demais catadores se dá de forma pacífica, não havendo segundo eles, qualquer conflito ou delimitação de área.

Esta falta de engajamento comunitário e associativismo, *"nem sei o que é isto, não participo"* afirmação de CNP3 sobre sua participação na comunidade local, reflete diretamente nas condições de vida dos moradores daquele loteamento, que é formado em sua maioria por imigrantes de outros locais do estado, pessoas de baixa renda e baixa escolaridade, que sobrevivem do trabalho informal, muitos da catação. Pessoas diretamente atingidas pela violência estrutural.

Os catadores afirmam que a comunidade vê com bons olhos a atividade de catação pois: *"deixa as coisas limpas"* (CNP1) e *"[...] tem uns que até põe para fora para a gente pegar"* (CNP2) referindo-se ao material reciclável disponibilizado em frente a lojas e residências.

c) Violência estrutural e cidadania

Como este grupo de catadores não se encontra abrangido pelo programa é importante a análise de suas condições de vida. Os dependentes dos catadores muitas vezes auxiliam os pais na atividade de catação, apesar da afirmação planificada de que todos estão estudando, exceto por parte de CNP2 que possui filhos com problemas especiais e não conseguiu matriculá-los em escolas de educação especial.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O trabalho infantil ao qual são submetidos os filhos dos catadores entrevistados também demonstra a face nefasta da ocorrência de violência estrutural que acomete estas famílias, pois estas pessoas em situação de vulnerabilidade:

> Não tem como transferir suas dificuldades, podendo no máximo, compartilhá-las com sua família, o que lhes causa sérios transtornos, sendo o mais perverso, por seu efeito tautômero, a entrada precoce de seus filhos no mercado de trabalho (Neto & Moreira, p. 41, 1999).

Portanto, não é apenas uma realidade local, mas também observada em outros locais por estudiosos do tema. Durante as entrevistas também ficou claro que a catação foi o trabalho escolhido para aferição de renda, diante da falta de perspectiva de um emprego melhor (CNP1 e CNP2). Porém, para CNP3 e CNP4 a catação corresponde mais a um complemento de renda.

Durante as entrevistas também apareceram questões de violência doméstica e o problema com a bebida do marido, explicitados por CNP1. Dentre o grupo entrevistado CNP1 parece ser a que mais sofre com a violência, já que precisa prover a oito dependentes, morando em casa emprestada de seu ex-marido que "de vez em quando" lá aparece bêbado para importuná-la. A pequena residência, como notamos, não possui água corrente.

> *O pai não dá, aqui é dele, mas ele manda que é dele, ele manda, manda, aqui é dele, quando ele bebe, ele incomoda. Nós tínhamos casa e ele botou tudo fora, nós nos separamos porque não deu mais, por causa da bebida e agora com as crianças. A casa é dele mas ele incomoda [...] aqui não é meu e me incomodo muito aqui, para falar na prefeitura para arrumar uma casinha para mim, por que aqui me incomodo muito, aqui não tem água pras crianças, tem que pegar na CORSAN, peguei dois baldes.*

O rendimento médio deste grupo alcança os duzentos reais por mês, ocorrendo variações, já que o trabalho de catação é autônomo e depende de condições metereológicas; disponibilidade de material; condições físicas e de saúde do catador e de sua família, entre outras variáveis. Além destes valores a economia doméstica é somada a auxílios financeiros do governo federal.

Apenas CNP2 tem moradia própria, mesmo assim muito precária, as demais eram emprestadas em troca do pagamento da luz e água (afora CNP1 que não tem água corrente na casa). O acesso à saúde é por meio do Posto Municipal do bairro.

Os entrevistados deste grupo se sentem esquecidos pela política municipal. Segundo CNP3 *"falta muita coisa, principalmente em Estrela"*. Mas acreditam que podem melhorar de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

vida com a catação, já que suas perspectivas resumem-se a fazer melhorias na casa (CNP2) ou arrumar uma "*casinha*" para morar com os filhos, deixando as importunações do marido bêbado, mas dono da casa, para trás (CNP1).

São trabalhadores que catam para sobreviver, apenas isso. Sem qualquer acompanhamento, muitas vezes passando por necessidades, como os casos de CNP 1 e seus oito dependentes e de CNP2, que possui dois filhos com deficiência que nunca tiveram acesso a uma escola de educação especial, e que hoje, crescidos, também trabalham com catação. Como não recebem a atenção e os cuidados devidos, apenas trabalham com a catação, estão impedidos de discutir, pensar e criticar sua forma de vida e sua atividade no atual contexto. Não encontram-se empoderados, com total acesso controle de si e acesso aos meios necessários para uma existência digna (Iorio, 2002).

Aqui podemos ver algumas características da violência estrutural: afeta cidadão com reduzida capacidade de defesa; ostentação de poucos com o sofrimento de muitos; amplia as disparidades sociais; cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida; inibe as escolhas racionais, promovendo escolhas constrangidas (Neto & Moreira, 1999). O Estado não chegou até este grupo de catadores, pois não estão abrangidos pela política pública do município, nem a comunidade local (bairro) possui estrutura para integrar estas pessoas. Fica explícito que este grupo sofre diretamente com a violência estrutural.

4.2.2 Catadores autônomos abrangidos pelo Programa (CAP)

O grupo de catadores autônomos que são abrangidos pelo programa foram procurados nas ruas a partir do cadastro existente na Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico de Estrela. Após um contato prévio, foram marcadas as entrevistas que ocorreram ou no local de separação dos resíduos catados (CAP1) ou então nas casas dos catadores em seu horário de folga, que geralmente coincide com o horário do almoço ou então quando o sol está a pino (CAP2, CAP 3 e CAP4).

Foram entrevistados três homens e uma mulher, com idades entre 38 e 54 anos, todos com ensino fundamental incompleto, moradores dos loteamentos Marmit e Cohab. Apenas CAP3 é natural de Estrela, os demais vieram de Lajeado (CAP1) e Arroio do Meio (CAP4). Já CAP2 é natural de São Joaquim no estado de Santa Catarina.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

a) Catação, meio ambiente e resíduos sólidos

Estes catadores conceituam meio ambiente como a necessidade de deixar as suas áreas de trabalho e os locais de catação limpos e de não sujar a cidade (CAP 2 e CAP3). Já para CAP4, meio ambiente refere-se à secretaria municipal, enquanto CAP1 não quis responder.

Quando questionados sobre o conceito de resíduos sólidos, a maioria (CAP2, CAP3 e CAP4) significaram como lixo. CAP2. CAP1 disse que é o que sobra de suas reciclagens, criticando a prefeitura diante da falta de recolhimento. Segundo ele o caminhão da prefeitura não passa na sua casa, e, assim, o lixo fica amontoado, e até grama acabe nascendo sobre os resíduos descartados, o que foi observado por nós. A residência, em terreno irregular, fica numa das últimas ruas no loteamento Marmit.

> *A gente classifica tudo aqui e o resto a gente bota fora. O caminhão era para vim recolher aqui desde que entrou o último prefeito, mas até hoje não apareceu aqui. Primeiro ele ia vim aqui recolher, depois era para botar no portão, a gente botou aqui mas o caminhão até hoje nunca veio. E não adianta nada reclamar, falar. Nós mesmos só catamos mais papelão, PET , plástico e alumínio, né (CAP2).*

Eles observam ainda que resíduos sem valores de mercado geralmente não são catados *"...Eu já nem cato. A gente só traz o que é vendido"* e *"é difícil trazer, né?"* nas palavras de CAP2 e CAP4, respectivamente. Mas caso seja coletado junto algum material sem valor eles separam, ensacam e colocam no lixo aguardando a coleta municipal. CAP3 diz que antes faz a destinação do que é matéria orgânica para sua horta.

Os catadores citam como os responsáveis pela questão dos resíduos o poder público, consubstanciado na figura do prefeito e da prefeitura (CAP2 e CAP4). As pessoas da comunidade também são responsáveis segundo CAP3. Esta catadora demonstrou indignação com a postura dos vizinhos que não são catadores:

> *Os moradores que moram aqui nem são catador de lixo e trazem o lixo para cá, deixam pelos cantos. O que a gente quer agora: limpar pros outros sujar? Tem que todo mundo ajudar. Não adianta né? Até nas ruas tem lixo atirado (CAP 3).*

CAP4 considera que faz a sua parte em consideração à relação homem/natureza, porém, assim como CAP2 e CAP3, critica a posição das demais pessoas do bairro. Todos são unânimes em afirmar que contribuem para o meio ambiente com seu trabalho, apontando que realizam a limpeza da cidade: *"Eu acho que sim, pelo menos nós limpamos a cidade"* (CAP2).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O local de separação de CAP2, CAP3 e CAP4 é em frente às suas casas, em um galpão mal acabado. CAP1 separa junto a um mato na beira de um riacho, numa área verde da prefeitura. Tem seu material colocado em um canto delimitado. Outros dois catadores separam seus materiais no local, não existindo qualquer associação entre eles.

Especificamente sobre o programa de coleta seletiva, os catadores do grupo afirmam que é uma boa idéia, porém voltam a criticar a falta de recolhimento em alguns lugares da cidade, reafirmando a necessidade da comunidade auxiliar no processo fazendo a sua parte: *"Suficiente é, mas não chega em tudo que é lugar, por isso o pessoal tem que ajudar, colocar tudo num monte, quando o caminhão encosta, senão tá tudo espalhado" (*CAP4).

No tocante à participação da comunidade estrelense no programa de coleta seletiva, os entrevistados explicam que a comunidade não está separando seu lixo. Os catadores deste grupo como já referido antes, criticam muito a postura de seus vizinhos de bairro, principalmente os moradores do Marmit, que deixam lixo jogado nas ruas, no mato, ou na beira do rio (CAP2, CAP3 e CAP4). Deixam claro que a coleta não dificulta a vida do catador, bem como que não existem conflitos entre o serviço de coleta e os catadores. Pelo contrário. Conforme explica CAP3, os funcionários da coleta atiram caixas e garrafas para os catadores. Segundo CAP1 a coleta pela prefeitura é interessante, porque leva o que sobra de sua separação.

Já para CAP4 a passagem do caminhão do lixo e a participação da comunidade, colaborando com a coleta são formas de contribuição com o meio ambiente, demonstrado uma visão generalista do problema ambiental. Eles conseguem demonstrar preocupações com problemas mais amplos, não apenas particulares seus, suas visões são mais aprofundadas do que a do primeiro grupo analisado.

Quando questionados sobre suas participações em ações de educação ambiental, o grupo entrevistado respondeu de forma negativa. Apenas CAP3 compreendeu as reuniões promovidas pela Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico, dos quais participou, como momento de educação ambiental. Contudo notou-se durante o decorrer da entrevista que CAP1 e CAP2 conseguiram transmitir formas de cuidar do meio ambiente, demonstrando inclusive que buscam alertar a outras pessoas sobre isso, bem como, a outros catadores como deve ser a forma correta de catar:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Eu tive conversando com o pessoal na cidade do jeito que nós passemo, e eles rasgam as sacolas para tirar as latinhas de dentro. Quantas vezes eu falei para um cara que mora aqui no Marmit, pra baixo. Cheguei a xingar ele na lixeira, disse não rasga isso aí. Nós cheguemos a buscar e pegamos a sacola e levamos junto. Se tiver que tirar alguma coisa nos levamos lá onde nós temos (aponta novamente para seu local definido no mato) ali nós classifiquemos e o que não é bom nós botemos nas lixeiras, bem assim, aí o caminhão leva embora (CAP1).*

Acerca da profissão de catador, nossos entrevistados foram unânimes em responder que se consideram profissionais. CAP1 trabalha nesta atividade há vinte e sete anos e fica feliz em dizer que ensinou a prática da catação a diversos catadores que hoje estão pelas ruas. Já CAP4 diz que está na profissão por causa de sua idade, 54 anos, o que, segundo ele, o impede de conseguir um emprego formal em empresas. CAP2 afirma que não pode trabalhar em outro serviço porque tem a perna quebrada em dois lugares, porém diz que gosta da atividade: *"eu acho bom"*. De forma bem exaltada CAP1 diz que *"eu gosto é de puxar um carrinho."* Já CAP3, que deixou a faxina para trabalhar na catação após realizar uma cirurgia, faz referência à honestidade do trabalho, que é realizado de sol a sol.

b) Participação comunitária e programa Brasil Joga Limpo

Segundo o grupo não há problemas de relacionamento com outros catadores, inexistindo também qualquer delimitação de área: *"É boa, não tem definição de área, quem chegar primeiro leva"* (CAP2).

Sobre a visão da comunidade em relação à profissão de catador explicam que são bem tratados, sendo que a comunidade geralmente auxilia lhes alcançando o material. Para eles a comunidade os concebe como trabalhadores que ajudam na limpeza da cidade, eles se sentem importantes neste sentido:

> *Olha eles vê assim quando a gente passa na rua. Vai caminhar na rua. Eles pensam: tá limpando a cidade, aquilo lá é um serviço deles, daí eles ajudam, dão uma coisa, comida, dão sacola de papel que eles tem guardados, que guardam para a reciclagem. Aí eles largam nas paradas, encostam na frente das lojas (CAP1).*

Também fica explícita, por parte de CAP2, a preocupação com a visão que a comunidade tem dos catadores diante de sua postura no momento da catação:

> *Acho que se todo mundo colaborasse, todo mundo caprichasse, não pegasse as coisas e atirasse. Porque tem muita gente que catam e atiram em qualquer lugar em beira de estrada e às vezes quem não vê acha que é o cara que está fazendo isso daí* (CAP2).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O relacionamento com a comunidade local é considerado bom pelos catadores entrevistados. Esta visão difere em muito da referida pelas responsáveis pelo programa, para as quais a comunidade de Estrela enxerga os catadores como lixo humano. Observe-se que os catadores vivenciam as posturas comunitárias no seu dia-a-dia e, durante as entrevistas com este grupo, em nenhum momento queixaram-se de serem mal recebidos ou importunados pelos moradores.

Em consonância com o primeiro grupo estudado, relativo à participação na vida comunitária local, três entrevistados disseram que não participam (CAP1, CAP2 e CAP3), apenas CAP4 respondeu que participava das reuniões de bairro no Marmit, mas deixou depois que virou catador. Ou seja, não há participação na vida comunitária local, pelo contrário, os catadores entrevistados que moram no Marmit reclamam muito da postura de seus vizinhos em relação ao lixo, porém dizem que já falaram demais e nada adiantou.

Também não existe qualquer associativismo entre os catadores entrevistados. No máximo utilizam cortesias de boa vizinhança, como no caso de CAP2, CAP3 e CAP4 moradores do Marmit. No local onde CAP1 faz sua separação, trabalham mais dois catadores autônomos, porém cada um tem sua área para guardar o material e realizar a separação.

Ao serem questionados se conhecem e participam do Programa Brasil Joga Limpo, logo fizeram a relação com a assistente social que trabalha junto aos catadores. Aproveitaram para reclamar da falta de efetividade, de contato, eis que já tiveram este contato mais próximo e que, pelo visto, foi importante. Neste ponto, encaixam-se aos relatos das representantes do programa as quais referem que os catadores não o reconhecem pelo nome "Brasil Joga Limpo", eles fazem referência a assistente social que trabalha junto aos catadores.

Conforme seus relatos, CAP2, CAP3 e CAP4 chegaram a participar de reuniões do programa junto com outros catadores, porém afirmam que não entenderam quase nada e que as reuniões eram realizadas nos horários em que eles geralmente estão catando o que fez que deixassem de participar: *"Nós já fomos um tempo atrás, mas só tira tempo. Nós não entendemos nada. Nós já fomos várias vezes mas é sempre no horário do nosso serviço. Isso tira muito o nosso tempo e nós temos que nestas horas trabalhar e aí não dá né"* (CAP3).

CAP4 explica: *"[...] fomos numas quantas reuniões que eles faziam, mas depois desistimos de ir porque era em quintas-feiras, e em quintas-feiras não podemos ir"* e continua *"[...] mas depois desistimos porque a vice-prefeita só falou na leptospirose, outra coisa não*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

saiu da boca dela", pontuando que o assunto sobre higiene e cuidados com a saúde não lhes importam ou não são bem compreendidos.

Entende-se portanto que conhecem melhor sua atividade do que o primeiro grupo, tendo noções de responsabilidade ambiental, como a necessidade de manter a ordem e a limpeza, bem como quanto à postura no momento da catação, pois sabem que estão sendo observados. Tais concepções tendem a ser frutos do acompanhamento desencadeado através da política pública socioambiental, mesmo que de forma não tão direta e presente como deveria. Este grupo demonstra uma visão mais crítica acerca das questões que envolvem a atividade de catação e dos problemas da comunidade, apesar de não participarem diretamente.

c) Violência estrutural e cidadania

Entre os entrevistados do grupo não havia catadores com dependentes. CAP1 mora em casa alugada, já CAP2, CAP3 e CAP4 moram em uma invasão de área verde localizada no Marmit, contudo eles construíram as casas e o galpão para triagem. O acesso aos serviços de saúde são alcançados pelo Posto Municipal localizado no bairro, porém CAP3 reclama da falta de remédios.

A renda mensal média destes catadores gira em torno de R$200,00, dependendo muito das condições já referidas antes. Ao serem indagados se a renda melhorou após a implantação do programa foram unânimes em dizer que não, aproveitando para tecer criticas ao programa. Salientam que apenas são tiradas fotos e acontecem conversas, mas a ajuda de que precisam, citando a melhoria do galpão, não lhes é alcançada.

> *Não, eles tiram fotos, prometem as coisas, mas cumprir que é bom não. Eles vem falam e o cara acha que amanhã tá feito, mas não. Que nem isso aqui ó, era galpão direto daqui até lá, mas veio um temporal voou tudo para lá, eu e minha esposa tivemos que tirar todas as folhas pro pessoal não pegar vender para ferro velho, depois fomos trabalhar, chegamos não tinha mais nada aqui, tinha parado o caminhão e levado tudo. De tanto dar em cima veio, mas não veio a mesma folha, veio pouquinho. Fomos nós que arrumemos, se o cara vai lá na prefeitura eles não dão uma madeira podre. [...] Eu disse para ela tu não precisas mais vim se é pra tirar fotos (CAP2).*

Nota-se certa revolta destes catadores com o trabalho desenvolvido pelo município, o que se deve à angústia no aguardo de mudanças efetivas. Criticam a falta de atenção do Poder Público para com os mais necessitados: *"O prefeito que nós temos agora nem quer saber dos pobres."* Conforme referido anteriormente, estes catadores participavam das reuniões,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

receberam visitas em casa e desenvolveram certo senso crítico e de reconhecimento de seus direitos. Eles são unânimes em afirmar que sua renda não melhorou após a implantação do programa pelo município.

Neste sentido, não se acham contemplados pela política municipal: *"Aqui não ajuda em nada, só ajuda a estragar"* (CAP2); *"Tem muita coisa que falta"* (CAP4). Contudo uma das respostas chamou a atenção foi de CAP3. Ao reclamar a falta de assistência por parte da prefeitura disse que *"por isso não voto mais"*. Ela tem consciência de que seu voto é uma arma, contudo falta-lhe o discernimento para realizar escolhas entre os candidatos, o que se explica pela falta de perspectivas junto aos políticos locais, que faz com que ela prefira deixar de votar a ter de escolher mais um.

Para eles o programa não mudou em nada a qualidade de suas vidas, bem como não fez qualquer diferença. Todavia estes catadores demonstram possuir uma visão mais elaborada e crítica da situação em que vivem, diferentemente do primeiro grupo entrevistado, o que pode ser atribuído em parte ao trabalho realizado pela prefeitura através do programa.

Isso também é visível no tocante às perspectivas deste grupo. Segundo eles necessita de uma mudança política em nível municipal (troca do prefeito): bem como auxílios materiais na arrumação do galpão de triagem (CAP2).

Eles acreditam que com o auxílio necessário podem mudar de vida através da catação. CAP1 demonstra um sentido mais nômade, de desapego local: "*Por enquanto vamos ver até o fim do ano aqui, se não der bem aqui, eu pego o que é meu e me vou para Lajeado"*.

A visão crítica quanto à política do executivo municipal fica explícita na observação de CAP4 quanto à construção de praças e o embelezamento da cidade com o plantio de flores, o que para ele é secundário: *"Ah, claro que pode melhorar, se entrar um homem que, não vou dizer que precisa ajudar, mas não só fazer praça e plantar flor"*.

Desta forma podemos observar que este grupo possui um discernimento e um conhecimento maior, apesar de ainda viverem em condições precárias e terem uma renda baixa. Acreditamos que o programa pode ter-lhes conferido esta noção, tendo em vista a participação nas reuniões, as visitas domiciliares feitas pela equipe do programa. Observe-se também que são pessoas com baixa escolaridade, tendo cursado no máximo até a 5ª Série do ensino fundamental.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Porém, eles sabem e não deixam de se pronunciar sobre suas idéias. Exceto no caso de CAP1, que por receber auxílios da prefeitura, ficou receoso em responder a algumas questões sobre a responsabilidade do município. Este medo de falar com receio de perder benefícios, surgiu na entrevista deste catador, que já trabalha há vinte e sete anos na atividade. O medo de perder os benefícios e voltar a ter mais dificuldades expõe a violência estrutural que acomete este catador.

Os resultados de uma política nesta área, socioambiental, não são imediatistas, o que torna natural as críticas dos catadores diante da espera por dias melhores. Contudo, só o motivo de existirem as críticas fundamentadas, demonstra que estas pessoas conseguem posicionar-se e emitir juízos conscientes acerca da problemática que os cerca.

4.2.3 Catadores que trabalharam na UTL, abrangidos pelo Programa (CTU)

Neste grupo foram entrevistadas pessoas que já trabalharam como catadores e também trabalharam na Usina de Tratamento de Lixo. Das quatro pessoas entrevistadas, três mulheres e um homem, com idades entre 35 e 60 anos, duas estão trabalhando em uma usina de triagem privada, localizada em Estrela (CTU2 e CTU3); outra trabalha em uma empresa (atacado) de frutas e verduras (CTU4) e a quarta trabalha como catador (CTU1). Nenhuma delas é natural de Estrela: CTU1 é de Taquari; CTU2 é natural de Muçum; CTU3 nasceu em Lajeado; e CTU4 é natural de Cruz Alta.

Estes trabalhadores foram contratados na primeira leva da Usina, quando passaram por uma triagem realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assistência Social, conforme já especificado anteriormente. Um saiu por problemas de adaptação, que foi o caso de CTU1. Já CTU4 saiu por dificuldades de locomoção até a garagem da prefeitura, de onde sai o ônibus que leva os empregados até a Usina Os outros dois, CTU2 e CTU3, não conseguiram classificar-se no concurso realizado posteriormente pela prefeitura.

a) Catação, meio ambiente e resíduos sólidos

Sobre o conceito de meio ambiente entendem como sinônimo de limpeza e reciclagem. Apenas CTU2 não conseguiu elaborar um conceito. Todos vêm relação entre a atividade de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

catação e o meio ambiente, deixando claro a necessidade da separação e da organização dos resíduos. Para CTU2 é um trabalho *"que ajuda a limpar a cidade"*.

Como forma de contribuir para o manutenção do meio ambiente citam a limpeza de suas casas e arredores, bem como o cuidado de não jogar o lixo nas ruas. CTU1, que ainda trabalha como catador, diz que é importante recolher apenas o que irá vender, e, caso sobre algum material ou resíduo, este deve ser ensacado e deixado para a coleta da prefeitura. Além disso, explica que é um problema que depende da participação de todos, reclamando de um catador que tem seu material jogado perto do local, onde CTU1 faz a classificação do material coletado na rua.

> *Isso aí todo mundo tem que se unir. Não adianta eu fazer uma coisa e o outro não fazer. Agora todo mundo tem que se unir para levar limpo a cidade. Não poluir mais a cidade. O que que adianta eu fazer e o outro lá não fazer. Uma reclamação, não sei se está gravando, esse tempo a prefeitura teve aqui... e perguntaram da reciclagem aí (apontando para a parte de seu colega) eu falei, ta ai, pá, pá, pá, o cara só puxa, não recicla. Então é o seguinte, não deixa mais o cara botar nada aí. Olha o meu setor (aponta para seu lugar) e olha o setor dele. Aí não adianta eu classificar e limpar o meu lado e outro não. Não tem como (CTU1).*

Segundo CTU4 eles recebiam noções sobre meio ambiente e higiene na Usina, aprendendo muitas coisas que não sabiam e hoje usam no seu dia-a-dia. Eles afirmam que participaram de ações de educação ambiental: *"Sim, lá dentro da Usina. Tinha um setor que eles diziam como queriam que trabalhasse. Só quem trabalhava na Usina na rua não"* diz CTU1.

Entendem que a relação entre homem e natureza está ruim. Principalmente pela sujeira que as pessoas deixam nas ruas do bairro Marmitt (CTU3): *"Hoje eu acho que tá mais pior. Lá onde moremos Deus nos livre. Eles trazem o lixo do bairro e botam tudo no mato de eucalipto que tem lá. Tá um lixaredo que não dá."* Outro tipo de poluição causada pelo homem é citada por CTU1, a poluição atmosférica, que segundo ele é a mais preocupante pois traz muitas doenças.

A forma como a prefeitura realiza a coleta é considerada suficiente para CTU1 e CTU3, já CTU2 e CTU4 entendem que a coleta deveria ocorrer em intervalos menores, de modo mais freqüente.

Sobre a participação da comunidade na coleta seletiva, o grupo observa que ainda são poucas as pessoas que separam, apesar de haver bastante divulgação sobre a importância da

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

coleta seletiva nos meios de comunicação. Quando trabalhavam na Usina notavam que os materiais vinham muito misturados.

Para o grupo a responsabilidade pela questão dos resíduos é da prefeitura e das pessoas da comunidade. CTU1 reitera a necessidade de cada um fazer a sua parte. Sobre a profissão de catador, que foi exercida por todos, entendem como boa, pois garante o sustento da família. Ou seja, a atividade de catador novamente é vista como um meio de sustento, de sobrevivência. Os entrevistados cataram por pelo menos 10 anos. Contudo, CTU3, que catou durante trinta anos, afirma que conseguiu comprar e mobiliar sua casa com seu trabalho com resíduos sólidos.

b) Participação comunitária e Programa Brasil Joga Limpo

Todos afirmaram que a relação com os demais catadores sempre foi tranqüila, de auxílio quando necessitavam. Apenas CTU1 diz que cada um deve fazer o seu lado, cuidando de sua vida e não da vida dos outros. Aqui nota-se certo rancor com as fofocas, pois CTU1 se envolveu com uma funcionária da UTL, o que ocasionou problemas dentro do serviço que foram levados até a gerência, causando a sua demissão.

Acerca da visão que a comunidade tem do catador acham que elas os enxergam como pessoas que estão auxiliando na limpeza da cidade. Nos dizeres de CTU2: *"As pessoas me ajudavam muito, eu acho que sabiam que o trabalho é importante [...] sempre fui bem recebida."*

Da mesma forma ao falar de sua relação com a comunidade local, CTU1 afirma: "*Graças a Deus me dou com todo mundo, sou sempre bem vindo na cidade. Faz 35 anos que moro em Estrela. Sou bem visto. Qualquer lugar que tu chegar num bairro aí e dizer tu conhece o[...]?"*. Este catador apenas refere que já houve atritos no trânsito de carroças.

O grupo deixa claro que a relação com a comunidade local é de ajuda com os moradores, separando muitas vezes o material para os catadores levarem. Conforme verificado junto aos outros grupos estudados, este também demonstrou uma posição diferente das representantes do programa na questão da visão da comunidade sobre os catadores e seu relacionamento.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Contudo, ao serem indagados acerca de sua participação na vida comunitária, dois disseram que apenas conversam com seus vizinhos (CTU2 e CTU3). Já CTU1 disse que participa e inclusive vota para presidente do bairro, procurando participar das reuniões do bairro onde mora (Imigrante). Já CTU4 disse que participou de clubes de mães da comunidade onde morava, antes de mudar-se para o atual endereço, à beira da BR386.

A participação ainda é restrita, porém existe neste grupo de catadores. CTU4 disse que foi através da participação no grupo de mães que ficou sabendo de vagas na Usina de Tratamento de Lixo, na época que foi contratada. A participação social, o engajamento nos problemas locais são fontes de aprimoramento da cidadania (Gorkzevski, 2005; Lima, 2005; Franco, 2004; Demo 1999; Baracho, 1996; Touraine, 1996).

O associativismo entre catadores também não chegou a existir para os catadores deste grupo. Em Estrela nunca houve associação de catadores. A atividade sempre foi realizada de forma individual, no máximo unindo pessoas da mesma célula familiar.

CTU1 propôs, durante a entrevista, a criação de uma cooperativa entre os catadores da cidade através de iniciativa do poder público. Esta é uma realidade buscada também pelas representantes do programa. A cooperativa teria como primeiro passo a UTL. Assim, os catadores autônomos poderiam vender seus materiais para a cooperativa, recebendo de forma igualitária, buscando excluir do processo a ação dos atravessadores.

O grupo entrevistado, assim como o anterior, disse desconhecer o Programa Brasil Joga Limpo e o Fórum Lixo e Cidadania, apesar de terem trabalhado diretamente na Usina de Tratamento de Lixo e serem atendidos pela equipe do programa. Conforme R1 e R2 eles relacionam o programa ao nome das representantes: *"Sei que ela vem aqui e fala com nós. Ela fala, vai a toda parte,"* diz CTU1, referindo-se a assistente social do programa. Já CTU2 diz que já ouviu falar destes nomes, mas não participa. Fora da UTL, a única que afirma ter participado de reuniões é CTU4.

c) Violência estrutural e cidadania

Na busca pelo exercício da cidadania este grupo já apresenta conhecimentos sobre seus direitos, e idéias mais claras em relação ao que quer, e já conseguiram inserção no

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

mercado de trabalho formal. Ou seja, a qualidade de vida melhorou após a passagem pela Usina, que para dois integrantes deste grupo foi o primeiro trabalho formal.

CTU1 continua trabalhando como catador, mas deixa claro que já está com idade para se aposentar e para isso contratou um advogado para cuidar de seus direitos. Ele continua contribuindo com a previdência e ainda lhe faltam cinco meses a pagar.

A melhor qualidade de vida do grupo percebe-se pelas condições econômicas e sociais. Dos quatro entrevistados, três possuem moradia própria e uma tem casa alugada. Referem que o trabalho na Usina era muito bom, contudo não reclamam do emprego que possuem, apenas afirmam que o salário da Usina, que gira em torno de seiscentos reais, é melhor do que seu rendimento atual.

Todos os entrevistados possuem seus filhos na escola e não trabalham na rua. O acesso à saúde é garantido pelo atendimento nos postos do município. Entendem que a atual política do município tem sido boa para eles, exceto quanto à cobrança que faz CTU1 pelo galpão para os catadores autônomos. Ele afirma que este ano, de eleições, os candidatos políticos irão aparecer na sua casa fazendo promessas.

Seus relatos coincidem na afirmação de que suas vidas melhoraram com a passagem pela UTL, reconhecendo que aprenderam lições que lhe oportunizaram conseguir outros empregos formais. Deixam claro, contudo, que gostariam de retornar já que a atenção e cuidados despendidos aos funcionários da Usina pela equipe da Secretaria é maior, o acompanhamento é mais próximo. Como perspectivas pretendem seguir empregados, dar estudo para os filhos e estudar. Apenas CTU1 tem ensino médio, os demais cursaram no máximo até a quarta série do fundamental.

Nota-se portanto que situação deste grupo é bastante diferente do primeiro e segundo grupos entrevistados. Existem traços de uma consciência cidadã mais elaborada e que pode ter sido adquirida durante as reuniões e trabalho realizados na UTL. Mesmo agora eles continuam recebendo visitas esporádicas da equipe da secretaria.

Os catadores deste grupo precisam ter ciência do programa, saber que ele existe, que se identifica por um nome, conhecer seus objetivos. Os fóruns devem ser implementados de forma a abranger estas pessoas, sendo realizados nos bairros, indo atrás da participação

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

comunitária, visando o comprometimento destas pessoas com o trabalho do poder público municipal e a conseqüente criação das redes sociais citadas por Vieira (2005) e Cohen (2003).

Assim, o acompanhamento destes trabalhadores deve ser mantido, abrindo-se espaços para discussão e aperfeiçoamento das idéias, buscando a consolidação da inserção destas pessoas na sociedade local, o que é uma forma de combate à violência estrutural. O acompanhamento destas pessoas nesta primeira experiência de inserção no mercado de trabalho formal mostra-se de extrema importância para a avaliação e consolidação dos objetivos da política pública municipal.

4.2.4 Ex-Catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo (UTL)

Este grupo é formado por ex-catadores de rua que hoje trabalham na Usina de Tratamento de Lixo de Estrela. Eles realizaram o concurso em 2007, após vários contratos e recontratos - já analisados no histórico - foram aprovados e agora trabalham como funcionários da prefeitura. Todos enaltecem a aprovação no concurso como uma vitória individual, e valorizam o emprego conquistado.

Foram entrevistadas três mulheres e um homem com idades entre 24 e 42anos. Destes, três são naturais de Estrela (UTL1, UTL2 e UTL3), apenas UTL4 é natural de outra cidade, Encantado. Todos eles consideram-se profissionais, deixando em evidência a satisfação com o emprego formal e estável.

Como têm encontros quinzenais com assistente social e acompanhamento diário de dois funcionários que supervisionam o trabalho e dão instruções sobre a atividade e as variáveis envolvidas na questão ambiental, este grupo demonstra um conhecimento diferenciado dos demais grupos estudados. Suas respostas foram mais longas e fundamentadas, repassando o conhecimento apreendido nas reuniões, aulas e palestras que participam.

Outra questão a ser levada em conta é que este grupo foi preparado para a realização do concurso. Antes do certame, os catadores que já trabalhavam na Usina tiveram algumas aulas com o gerente técnico sobre a prova que fazia parte do edital do concurso. Isso fez com que através de seu esforço assimilassem conhecimento. Hoje estão trabalhando na Usina apenas os funcionários que passaram no concurso. Contudo aqui podemos visualizar um foco

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

de violência estrutural no momento em que a prefeitura elegeu quem iria preparar para o concurso, não estendendo esta oportunidade a outros possíveis candidatos.

a) Catação, meio ambiente e resíduos sólidos

Ao conceituar meio ambiente eles fizeram relação com a limpeza, com o ambiente que os cerca. UTL1 diz que é a fauna e a flora, chamando a atenção para a necessidade de preservação para a própria sobrevivência. Mostram preocupação também com a poluição de áreas da cidade, causadas pelo acúmulo de lixo e o descaso das pessoas:

> *Tá muito feito, passa ali em Estrela, a gente chama a ponte alta e a ponte baixa, né? Passa na ponte baixa, tem dias que eu prefiro ficar aqui o dia inteiro no lixo aqui, trabalhando aqui na Usina do que passar naquela ponte. É um fedor de podre, eles deviam colocar umas plaquinhas lá: proibido tomar banho, proibido jogar lixo. Por que tu tem que ver, a gente passa lá de noitezinha, é criançada, as pessoas adultas, tudo tomando banho lá. Eu prefiro aqui a Usina porque aqui é tudo cheio de árvore (UTL2).*

Para o grupo, o termo resíduo sólido está relacionado ao conceito de reciclagem e reaproveitamento através de idéias e inovações, inclusive mostrando um exemplo de arranjo feito com garrafas para adornar um canteiro de flores na área da Usina.

> *Resíduo sólido? Olha dá pra se dizer assim: é tudo o que que tu recicla. Porque querendo ou não, tu, tu reutiliza tudo o que que tu pode reutilizar tudo. Que nem ali na... que nem nos fizemos aqui. Eu dei a idéia ali do negócio das garrafas (aponta para um canteiro margeado por garrafas pet), um colega meu aprimorou a idéia e outro colega fez. Até e outra né, na natureza, nada se..., nada some, vamos dizer assim, tudo se transforma, né? Aí é aquela coisa, vamos tentar mudar um pouco porque tem materiais aí que levam muitos anos para se decompor (UTL1).*

Os entrevistados afirmam que, em relação homem e natureza não há respeito por parte da raça humana. Para eles o homem está destruindo a natureza e somente com medidas enérgicas isso poderia ser mudado. Importante salientar que além de darem a sua opinião sobre a questão vão além, propondo saídas para o problema como leis com penas de multas pesadas e prisão para os envolvidos.

O trabalho realizado na Usina de Tratamento de Lixo é considerado por todos como muito bom, enaltecendo as relações de coleguismo e o tratamento recebido por parte do poder público. Salientam a importância da reciclagem para o meio ambiente, e afirmam que procuram separar roupas e brinquedos para fazer a distribuição nas comunidades carentes, principalmente para as crianças.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Ah, eu vejo porque a gente tá separando, né. Todo o lixo que vem. Nós contribuímos e é ótimo, é ótimo. Eu não sei, eu acho que, eu tô com tendinite, sabe, a doutora quis me encostar 15 dias, eu disse pelo amor de Deus Doutora, não me encosta! Até agora eu tô fazendo a separação de roupa, né. Para a gente fazer uma doação, que todo ano tem né. Então já tô separando as roupas, alguns brinquedinhos que não deu para catar muito, porque aqui tem gente que tem muita criança. Eu também tenho duas, a gente leva muito, eu também levo para as minhas vizinhas, sabe? Então eu acho que se fosse para mim trabalhar em outro lugar eu não queria mais (UTL2).*

Este grupo possui a percepção de que seu trabalho auxilia na manutenção e preservação do meio ambiente, reconhecendo a importância da reciclagem e do reaproveitamento dos materiais descartados. Sabem que se não fosse assim o destino dos resíduos seria os lixões, beiras de estradas ou barrancas de rios. Não deixando de lado a preocupação solidária, ao procurar, através da separação e posterior doação, auxiliar a quem precisa.

Eles entendem que as pessoas podem contribuir com o meio ambiente através de ações simples como a separação do lixo (UTL4), não depredando árvores (UTL2), deixando de matar animais e não poluindo os rios (UTL1). Notamos que as ações assinaladas por este grupo são mais específicas que dos demais, denotam um maior conhecimento das causas e problemas ambientais. Inclusive UTL1 diz que gosta de pesquisar e ler sobre os problemas ambientais através da internet, demonstrando a inclusão digital.

O grupo concorda que a responsabilidade pelo lixo é de todos, incluindo a comunidade e o poder público, no caso, a prefeitura. Para eles a comunidade precisa fazer a sua parte separando os resíduos, não jogando lixo no chão e isso pode ser atingido se cada um fizer a sua parte: *Acho que todo mundo deveria, porque daí ia ficar tudo mais limpo. Que nem tu passa no centro e vê lixo jogado, rasgado, espalhado pelo centro todo. Todo mundo deveria"* (UTL4).

Para eles, o poder público precisa trabalhar na busca pela conscientização, através de campanhas nos meios de comunicação: *"Pegar nós aqui os bairros aqui. Pegar as pessoas e fazer a conscientização que eles tem que reciclar, porque as barrancas dos rios é só tu chegar que tu encontra"* (UTL2). Segundo ela, as pessoas devem ser educadas desde pequenas, mostrando o exemplo que dá em casa: *"Ajudando a separar por que vem tudo misturado né. Eu tenho uma bebê de dois anos e meio e ela já sabe que o papel é ali, as garrafas não pode quando quebra coloca ali"* (UTL2).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Sobre a coleta seletiva realizada no município entendem que a prefeitura realiza um bom trabalho, contudo UTL4 acha que deveriam ser colocados mais caminhões devido a quantidade muito grande de lixo. Já UTL1 dá uma idéia sobre a colocação de mais lixeiras nas ruas da cidade o que melhoraria o aspecto visual, já que algumas pessoas penduram os sacos de lixo em postes. Nestas falas, demonstra-se que conhecem conceitos como poluição visual.

Porém, quanto à participação da comunidade no tocante à separação voltada para a coleta, observam que ainda é mínima. As pessoas, na sua grande maioria deixam os diferentes tipos de resíduos todos juntos, o que dificulta o trabalho do grupo no momento da triagem. Outro aspecto apontado é a falta de cuidado com os horários e dias da coleta seletiva, o que faz com que os sacos de lixos fiquem amontoados nas ruas, sendo muitas vezes espalhados por animais, como cães.

> *Participar, participam. Mas é pouca gente que separa. Isso eu posso te dizer por que eu trabalhei no caminhão do lixo e eu sei que é puxado o negócio. A passagem do caminhão é suficiente? É claro que é. É uma vez por semana a passagem do seletivo. Só que aqui em Estrela funciona assim quer ver? Caminhão passou as oito horas da manhã, às 09 horas já tem lixo de novo na rua e o pessoal sabendo que só vão pegar ou daqui a dois dias ou só segunda-feira, como é o caso, agora, de hoje né, sexta-feira. Eu trabalhava, passava nas ruas tudo amontoando o lixo. Nós pegava fazia um monte num lugar só, e lá nós largava tudo amontoadinho, bonitinho. Só que muitas vezes a gente tinha que voltar, passar por esta mesma rua, não por já tá o lixo de novo, mas porque era obrigado: ou a rua não tinha saída ou era só uma quadra que tinha que fazer e voltar para esperar o caminhão e já tinha lixo nas lixeiras de novo. É bem assim, o pessoal lá. Aqui em Estrela ninguém respeita a coleta seletiva (UTL1).*

Novamente observa-se uma crítica mais fundamentada que os demais grupos, suas observações concentram um número maior de informações que lhe permitem enxergar fatos e posturas que os outros grupos não percebem. São pessoas que se encontram empoderadas.

b) Participação comunitária e Programa Brasil Joga Limpo

Ao serem indagados sobre a participação na vida comunitária, os entrevistados deste grupo referiram que de alguma forma ou de outra participam. Seja em reuniões de escola (UTL2 e UTL4); reuniões de bairro (UTL3); Ou ajudando quando solicitado em mutirões sociais (UTL1). Observa-se que são pessoas mais participativas e preocupadas com o mundo a sua volta, resultado do maior envolvimento com as questões ambientais. O relacionamento com a comunidade também é considerado bom pelo grupo.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Como os demais entrevistados eles nunca fizeram parte de nenhuma associação. Para eles a atividade na Usina de Tratamento de Lixo configura-se como a primeira experiência laboral coletiva.

Quando questionados sobre a participação no Fórum Lixo e Cidadania alegam ter conhecimento, porém somente UTL2 participou por duas vezes. Muitos dos trabalhados apresentados e utilizados como instrumentos de educação ambiental nos fóruns, como o Utelinho que é um boneco feito de materiais recicláveis, são produzidos na usina. Esta vontade de participar, de contribuir com algo para os outros, apenas foi observada neste grupo de entrevistados.

> *Sim, participei já duas vezes. Ano passado. A gente não pode nós ir até lá. Então a gente faz os trabalhos e manda pra lá ou as escritas. Participei com a EMEI Raio de Sol, participei também. Eu fiz os trabalhos e dei para eles e eles apresentaram tudo. Mas é bem legal, eu fui duas vezes, de noite e levei meus filhos todos juntos [...] É ótimo, eu adoro. Ainda mais quando tem aquelas coisas que a gente tem que apresentar. Eu não tenho estudo né. Tudo que eu sei, sei com a vida assim. Eu tenho só a quinta série. Mas quando tiver que fazer um trabalho, uma coisa, recolher isso, ajudar aqueles lá, aí é comigo. Assim, tu tem que fazer um trabalho sobre o que tu achas aqui, com aquilo que tu reciclas. Que nem eu disse eu fiz o Utelinho, eu tenho a minha esteirinha. A metade da coisa que tão na minha esteirinha é tudo de lixo. Tem os carrinhos, as coisinhas, a esteirinha também é do lixo, tudo (UTL2).*

Porém, quanto ao Programa Brasil Joga Limpo, apesar de participarem diretamente do carro chefe do projeto, não fazem relação com o nome. Tal fenômeno foi percebido em todos os grupos estudados. Segundo R1 e R2 as pessoas não fazem relação entre o nome do programa e as ações desencadeadas. Já segundo UTL2, o programa deve ser mais divulgado, para ser reconhecido pelas pessoas e serem ampliadas as participações. O grupo também confirmou a participação em ações de educação ambiental, principalmente através das reuniões que ocorrem na Usina. Eles recebem lições e ensinamentos acerca do desenvolvimento e importância de sua atividade. Com isso conseguem inclusive dar idéias de reaproveitamento como a sacola retornável nos mercados, ou conforme UTL2, utilizar caixas padrões para a realização de compras em maiores quantidades no supermercado.

c) Violência Estrutural e cidadania

O grau de inclusão e comprometimento deste grupo é notadamente maior que os demais. Eles sabem de seus direitos e buscam participar e ajudar no que for preciso. Adotam uma posição pró-ativa, apesar da pouca escolaridade, aproveitam todos os momentos para

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

aprender e posicionar-se sobre os assuntos discutidos. O trabalho realizado na usina é tratado por todos do grupo como muito proveitoso, sendo que o resultado é reproduzido no conteúdo de suas respostas.

São pessoas que apesar de sua vulnerabilidade social, procuram envolver-se com os problemas que ocupam o seu dia-a-dia desenvolvendo com isso práticas de cidadania voltadas a coletividade:

> *Eu tento fazer o do bom e do melhor pra mim e para os meus colegas. Eles podem até não me ajudar vamos supor botar uma latinha junto ali na minha esteira. Mas o dia que eu faço o meu trabalho é em nome de todos os meus colegas junto. Não me importo. Eu não sei se é porque eu sou metida, porque eu sou assim ta. Melhorou, agora eu tenho moto, eu tenho carro* (UTL2).

O trabalho formal lhes garante um salário acima da média, se comparado aos demais catadores autônomos que recebem por volta de duzentos reais por mês. Os funcionários da usina são contratados como operários concursados da Prefeitura de Estrela recebendo salário e vale-refeição, assim sua remuneração fica em torno de seiscentos reais.

Moram em casas alugadas, porém todos fazem planos para a compra da residência própria. Atestam que o trabalho formal lhes garante segurança para fazer economias.

Todos do grupo têm os filhos em idade escolar matriculados em escola pública e dizem que eles não precisam trabalhar na rua para sobreviver. O acesso à saúde é facilitado, são atendidos pelos postos do município, a partir do contato direto com as secretarias que fazem o acompanhamento dos funcionários.

A estrutura e o ambiente de trabalho são considerados muito bons pelos entrevistados: *"agora já está aumentando, já estão colocando uma esteira a mais. A coisa vai melhorar um pouco né. Eu acho que tem uma perspectiva boa aqui dentro"* (UTL3).

No mesmo sentido, UTL2 demonstra que precisam sempre buscar melhorias "*tem mais estrutura, e precisamos de mais e mais e mais. Agora teremos uma grande reforma aqui dentro. Na rua se acontecesse alguma coisa, só se alguém passasse na rua te visse e te ajudasse, fizesse por ti. Aqui não, aqui a gente tem tudo, né."*

Esta estrutura e acompanhamento fazem a diferença para os funcionários que antes trabalhavam nas ruas, em precárias condições, dependendo única e exclusivamente de sua força física e psíquica, sem horários. Dentro da usina os trabalhadores sentem-se incluídos nas

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

dinâmicas da sociedade, sabem que seu trabalho é importante e conseguem canalizar suas forças, organizar seu tempo e garantir o sustento da família.

No tocante às melhorias ocorridas com a inclusão no programa e o emprego na usina os catadores demonstram satisfação e fazem planos conforme já referido. UTL1, que é jovem e solteiro, diz que muita coisa mudou na sua vida. Hoje realiza coisas que jamais sonhou como: finalizar o ensino médio, cursos de internet, praticar artes marciais voltada à competição.

E sonha em fazer viagens internacionais, tornar-se um técnico em informática:

> *Muita coisa. Pude tá realizando coisa que não podia quando tava trabalhando no caminhão do lixo. Tanto é estas provas que eu fiz lá do ensino médio, os cursos que eu tô fazendo, a luta, quando eu trabalhava no caminhão do lixo, tu não sabia quando tu ia poder ir porque era uma mudança de horário que entrava. Tô fazendo curso de informática. Agora eu tô fazendo o módulo gráfico e o Web designer. O módulo gráfico já ta pronto. Agora só falta o Web designer. Falta quatro ou cinco compromissos do Web designer [...] Penso em continuar sendo a mesma pessoa que eu sou, calma e às vezes nervoso mais na maior parte do tempo calmo. E penso em ser um grande, quem sabe, um grande técnico em computadores, mas em robótica. Ir para fora, prá Nova Zelândia, Japão, Estados Unidos e ser um grande lutador. Só. Isso aí tá bom (UTL1).*

Para estes trabalhadores a política pública os retirou de uma condição de vulnerabilidade, o que é visível em comparação aos demais grupos. Suas condições econômicas e sociais são melhores. Possuem mais condições de lutar por seu espaço na sociedade. Sentem-se seguros e incluídos.

Desta forma, esta política pública municipal, em relação aos trabalhadores da usina, combate a violência estrutural, pois suas condições hoje demonstram que mudaram de vida, que atingiram um status mais elevado que lhes permitem buscar novos objetivos.

O trabalho na Usina proporcionou a UTL2 realizar o curso da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) onde hoje atua como suplente na prefeitura. Ela também tem sonhos e mostra-se disposta a encarar a carreira política como vereadora do município de Estrela. Ela demonstra ter visão de futuro e vontade de vencer na vida, mas sente, que assim como seus colegas, ela já é uma vencedora.

A título de conclusão, a seguir apresentamos uma síntese comparativa das categorias conforme as análises feitas de cada grupo de catadores/operários.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

TABELA 04: Síntese comparativa categoria meio ambiente

ATORES/ CATEGORIA	CNP	CAP	CTU	UTL
MEIO AMBIENTE	Limpeza ou não sabem; Ser humano deve cuidar melhor da natureza; Não participam de ação de educação ambiental.	Limpeza; Seu trabalho contribui; Não participam de ação de educação ambiental.	Limpeza e reciclagem; Catação contribui; Participaram de lições sobre educação ambiental.	Limpeza, ambiente em geral, a fauna e a flora; Problema de acúmulo de lixo, descaso das pessoas; Seu trabalho contribui; Homem prejudica o meio ambiente, precisa leis mais severas; Participam de ações de educação ambiental.

Ao analisarmos a categoria meio ambiente observamos que todos os atores referem-se a meio ambiente como limpeza. Contudo apenas os grupos CAP, CTU e UTL fazem relações entre o seu fazer e a preservação do meio ambiente. Os ex-catadores que hoje trabalham na Usina (UTL), conseguem repassar maiores informações acerca da problemática envolvendo o meio ambiente, demonstrando uma visão mais ampla. Estes atores, como já demonstrando, têm um acompanhamento sistemático da equipe do programa Brasil Joga Limpo.

TABELA 05: Síntese comparativa categoria resíduos sólidos

ATORES/ CATEGORIA	CNP	CAP	CTU	UTL
RESÍDUOS SÓLIDOS	Não sabem definir; Responsabilidade é da prefeitura; Concordam com a coleta seletiva; A comunidade não participa da coleta seletiva.	Lixo, o que sobra da reciclagem; Resíduos sem valor não são catados; Responsabilidade é da prefeitura e comunidade; Coleta seletiva é boa, mas comunidade não participa e faltam caminhões para recolhimento.	Resíduos sem valor não são catados; Responsabilidade é da prefeitura e da comunidade; Coleta seletiva é boa, mas comunidade não participa.	Reciclagem, reaproveitamento com inovação; Responsabilidade é de todos; Necessidade de conscientização Coleta seletiva é boa, mas comunidade não participa, faltam caminhões para recolhimento e lixeiras.

Infere-se da análise deste comparativo em relação à categoria resíduos sólidos que tanto CAP como CTU conceituam resíduo sólido como lixo, ou seja, o que não serve para a reciclagem. CNP não consegue construir um conceito relacionado, já o grupo UTL relaciona resíduo sólido à reciclagem e reaproveitamento com inovação. Para os grupos CAP, CTU e UTL a responsabilidade pelos resíduos sólidos gerados é de todos, ou seja, tanto do poder público quanto da comunidade.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Todos os grupos pesquisados concordam que o programa de coleta seletiva implementado no município de Estrela é positivo. Contudo, apenas os grupos CAP, CTU e UTL fazem críticas tanto em razão da falta de participação da comunidade, quanto da necessidade de melhorias no programa, aumentando o número de caminhões. Por fim, o grupo UTL observa que falta um trabalho de conscientização com a comunidade local voltado ao programa de coleta e a necessidade de participação de todos.

TABELA 06: Síntese comparativa categoria catação

ATORES/ CATEGORIA	CNP	CAP	CTU	UTL
CATAÇÃO	Separam o material em casa ou catam somente o material necessário; Fonte de renda; Não têm instrução sobre catação.	Separam o material em locais específicos; Consideram-se profissionais; Fonte de renda; Têm alguma instrução sobre catação.	Catavam como fonte de renda; Atividade boa; Deve ser catado apenas o necessário.	O trabalho é bom, são ajudados e podem ajudar.

Sobre a catação os grupos que continuam na atividade de catação, os grupos CNP e CAP, demonstram atitudes diferentes. Enquanto o grupo CNP afirmou que realizam a separação em casa ou catam somente o necessário, o grupo CAP afirmou que separam o material em local específico. Quando realizamos o trabalho de campo pudemos observar esta realidade que, aliás, refere-se a um ponto cobrado pela equipe do programa: o cuidado com as condições de higiene nos arredores das residências dos catadores abrangidos pelo programa. Os catadores entrevistados chegaram a fazer referência e esta cobrança estatal, afirmando que receberam instrução sobre a catação.

Assim, podemos observar que esta atitude do Poder público teve efeito junto aos catadores abrangidos pelo programa, o que já não acontece com o grupo de catadores não abrangidos (CNP), os quais admitiram que não têm qualquer instrução sobre o ofício.

Outro aspecto importante refere-se ao reconhecimento da atividade de catação como fonte de renda (CNP, CAP e CTU). Tanto o grupo CTU quanto UTL consideram como boa a atividade de catação, afirmando que foi o trabalho lhes garantiu condições de vida para sobreviver e manter a família.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Os catadores do grupo UTL, que hoje trabalham em uma nova etapa do ciclo dos resíduos sólidos, na Usina de Tratamento de Lixo, fazem referência à importância do trabalho de catação referindo que através dele são ajudados e podem ajudar.

TABELA 07: Síntese comparativa categoria participação comunitária

ATORES/ CATEGORIA	CNP	CAP	CTU	UTL
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	Bom relacionamento com a comunidade; Não participam de ações comunitárias; Bom relacionamento com demais catadores; Comunidade gosta e ajuda os catadores.	Bom relacionamento com a comunidade; Não participam de ações comunitárias; Bom relacionamento com demais catadores; Comunidade gosta e ajuda os catadores.	Bom relacionamento com a comunidade; Metade participa de ações comunitárias e outra não; Bom relacionamento com demais catadores; Comunidade gosta e ajuda os catadores.	Bom relacionamento com a comunidade; Participam de ações comunitárias; Divergem sobre a visão da comunidade acerca dos catadores.

A partir desta síntese em relação a categoria participação comunitária, podemos concluir que ao contrário do afirmado pelas responsáveis pelo programa no município, a fala dos grupos aponta que existe um bom relacionamento dos catadores com a comunidade. Os catadores afirmam inclusive que a comunidade estrelense gosta e ajuda os catadores. Neste ponto a divergência com as representantes do programa mostra-se unânime, As responsáveis pela implantação do Programa Brasil Joga Limpo em Estrela percebem a existência apenas de conflitos entre catadores e a comunidade. Também a relação com os outros catadores é referida como boa pelos grupos CNP, CAP e CTU, não sendo visualizada qualquer referência a rivalidades ou demarcação de áreas de catação na cidade.

Observamos que há referência à participação comunitária predominantemente pelos integrantes do grupo da UTL, que foi unânime em confirmar a participação em ações e eventos da comunidade. Dois integrantes do grupo CTU também afirmaram participar, contudo os demais integrantes e os grupos CNP e CAP disseram que não participam de ações comunitárias. Esta falta de participação está ligada a menor interatividade com as ações do programa, pois observamos que os funcionários da Usina, e que possuem um maior acompanhamento do programa, participam mais ativamente das ações comunitárias.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

TABELA 08: Síntese comparativa categoria Brasil Joga Limpo

ATORES/ CATEGORIAS	CNP	CAP	CTU	UTL
PROGRAMA BRASIL JOGA LIMPO	----------	Não reconhecem pelo nome, apenas pela assistente social; Foram em algumas reuniões, mas não entenderam os conteúdos e o horário era incompatível com o trabalho de catação; Não participaram do Fórum Lixo e Cidadania.	Não reconhecem pelo nome, apenas pela assistente social; Apenas um participou de reuniões; Não participaram do Fórum Lixo e Cidadania.	Não reconhecem pelo nome, apenas pela assistente social; Apenas um participou do Fórum Lixo e Cidadania pela UTL; Participam de reuniões na UTL.

Em relação à categoria relativa ao Programa Brasil Joga Limpo, o grupo CNP não reconhece a existência do programa, estando totalmente ao largo das ações, não sendo nem reconhecidos enquanto catadores do município pelo Poder Público.

Contudo, conforme as entrevistas realizadas junto às representantes do programa, observamos que elas tem consciência de que existem catadores que ainda não foram cadastrados e que não possuem qualquer tipo de acompanhamento do município, os quais estão representados na pesquisa pelo grupo CNP.

Um dos aspectos também referidos pelas representantes foi a falta de conhecimento do programa Brasil Joga Limpo. Todos os grupos, inclusive o grupo UTL, mostraram não reconhecer o programa pelo nome, mas sim pelas ações e atividades desenvolvidas pela assistente social (R1).

Sobre as atividades a referência de maior participação é indicada pelo grupo UTL, o que é conseqüência de seu acompanhamento sistemático. Os demais grupos apontaram pouca participação nas reuniões e problemas como dificuldade para comparecer às atividades relacionadas a horário e locais.

Já a participação nos fóruns Lixo e Cidadania, conforme já havíamos observado, é mínima, já que apenas um integrante do grupo de ex-catadores que hoje trabalham na usina participou de um fórum Lixo e Cidadania, sendo que esta presença no fórum se deu pelo motivo de fazer parte do quadro de funcionários da UTL. Esta falta de participação destes atores acaba por esvaziar este importante espaço criado pelo programa.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

TABELA 09: Síntese comparativa categoria cidadania e violência estrutural

ATORES/ CATEGORIA	CNP	CAP	CTU	UTL
CIDADANIA & VIOLÊNCIA ESTRUTURAL	Idade: 34 a 63 anos Renda: R$200,00(média) Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Nr filhos: 06 a 08 Residência: alugada Acesso Saúde: Posto Acesso Educação: Sim Filhos auxiliam na catação.	Idade: 38 a 54 anos Renda: R$200,00(média) Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Nr filhos: não têm Residência: 01 alugada e 03 invasão Acesso Saúde: Posto Reclamam falta de atenção do Poder Público em suprir necessidades materiais; Críticas à política municipal e às visitas que recebem da assistente social.	Idade: 35 a 60 anos Renda: máximo 01 salário mínimo Escolaridade: 01 Ensino Médio e 03 Fundamental incompleto Nr filhos: 04 a 09 Residência: 03 própria e 01 alugada; Acesso Saúde: Posto Acesso Educação: Sim Recebem visitas, mas afirmam que na UTL o acompanhamento é maior.	Idade: 20 a 42 anos Renda: R$600,00(média) Escolaridade: Ensino Fundamental incompletos e 01 Ensino Médio Nr filhos: 0 a 06; Residência: alugada, mas estão poupando para a própria Acesso Saúde: Posto Acesso Educação: Sim Bom ambiente de trabalho; Procuram ajudar; Recebem acompanhamento; Sentem-se incluídos, têm planos.

As análises em relação à categoria cidadania e violência estrutural aponta que conforme já havíamos observado nas demais investigações realizadas nesta pesquisa, quanto maior o grau de acompanhamento e participação no programa, melhor são as condições qualitativas de vida.

Assim também quanto às reclamações direcionadas ao Poder Público realizadas pelo grupo CAP, os quais apesar de estarem abrangidos pelo programa, não tem o mesmo acompanhamento que o grupo UTL. Este aspecto também é referido pelo grupo CTU.

Observamos a confirmação da existência do trabalho infantil no universo dos catadores. Tal fenômeno referido pelo grupo CNP desvela uma das faces da violência estrutural, já que estas famílias acabam contando com a força de trabalho dos filhos como

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

complemento da renda. Aliás, outro ponto em comum entre os grupos estudados é a grande quantidade de filhos dos atores pesquisados, o que denuncia a falta de planejamento familiar que poderia ser realizada por ações do poder público municipal, pois conforme observamos o acesso à saúde e à escola está ao alcance destas pessoas.

Por fim, podemos observar que os funcionários da UTL, todos ex-catadores autônomos, possuem melhores condições de vida e maior capacitação para a cidadania do que os demais grupos pesquisados, fato este também referenciado pelos responsáveis pelo programa. Desta forma podemos afirmar que a violência estrutural é menor entre os operários da UTL. O segundo grupo que vive menor grau de violência estrutural é o CTU. Já o grupo CAP aparece como o terceiro grupo com menor índice de violência estrutural, considerando-se as análises realizadas. O grupo CNP apresentou maior índice de violência estrutural e consequentemente, menor acesso à cidadania.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa procurou analisar a implantação de uma política pública federal em âmbito municipal voltada aos catadores de resíduos sólidos, avaliando a sua repercussão nas condições qualitativas de vida desses atores sociais, verificando seus processos de inclusão e exclusão social diante da violência estrutural, tendo como pano de fundo o contexto socioambiental local.

Diante deste objetivo macro, procuramos delinear alguns conceitos que entendemos ser de importância para a compreensão e fundamentação do trabalho de campo realizado em um segundo momento, junto a quatro grupos formados por catadores e operários da Usina de Tratamento de Lixo do município de Estrela, além das representantes do programa por parte do poder público.

Trabalhamos o conceito de Estado, sociedade civil, cidadania e participação social, relacionando estes ao conceito de violência estrutural. Poucas são as pesquisas que adotam a análise do conceito de violência estrutural, tendo em vista sua condição polifórmica, multifacetada. A violência estrutural encontra-se camuflada na estrutura social sob o signo das mais diversas manifestações e conseqüências, infligindo a grande massa fome, miséria e exclusão social.

Diante disso, nossa pesquisa tomou com base o programa federal Brasil Joga Limpo adotado como política pública municipal em Estrela voltada aos catadores, ao programa de coleta seletiva e a toda problemática socioambiental envolvida, pois entendemos que análises sobre violência e exclusão social devem abarcar o estudo das políticas públicas adotadas.

O Estado Democrático de Direito adotado pelo Brasil através do compromisso constitucional fundamentado, em seus objetivos, deixa claro a importância do papel a ser desempenhado no sentido de concretizar os direitos sociais mediante a implementação de políticas públicas. Para tanto, o Estado tem a responsabilidade de criar espaços públicos democráticos voltados à articulação e participação popular, onde se aclarem os conflitos e confrontam-se as diferenças, garantindo a interação entre a sociedade civil e o poder público, abrindo, assim, espaços no processo decisório.

Ao analisarmos a política pública socioambiental desenvolvida pelo município de Estrela, a partir de 2003, através do enfoque metodológico adotado, verificamos as diferentes realidades experimentadas e explicitadas pelo público alvo de nossa pesquisa de campo: quatro grupos de catadores.

Apesar dos problemas apresentados durante seus primeiros anos, a política pública adotada em Estrela apresenta certo grau de eficácia e eficiência na mudança da qualidade de vida no tocante aos catadores abrangidos pelo programa, principalmente àqueles empregados na Usina de Tratamento de Lixo e que recebem um maior acompanhamento por parte da equipe técnica do programa, especialmente se compreendermos o conceito de cidadania como a capacidade do exercício de direitos e deveres em comunidade.

Observamos que quanto maior e mais próximo o contato dos beneficiários com a política pública, maior é o grau de conhecimento e comprometimento com a problemática socioambiental local, bem como, melhores são as condições de vida. Principalmente comparando-se os catadores que não estão ainda contemplados pelas ações e atividades do programa e os ex-catadores que estão empregados na Usina de Tratamento de Lixo, recebendo um acompanhamento, o qual apesar de ainda não ideal, é realizado através de trabalhos de motivação e educação, direcionados para a criação de vínculos afetivos e de comprometimento com a coletividade.

Comprovamos que a maior participação e acompanhamento, com o devido empoderamento, revelam um maior desenvolvimento pessoal dos catadores. Assim, o trabalho da equipe responsável pela política pública precisa desenvolver-se de forma mais direta e próxima aos catadores autônomos, os quais em teoria fazem parte da política pública. As ações estão previstas no programa, incluídas nos discursos oficiais, mas devem ser executadas de fato. Pois, somente através da participação, da criação de um comprometimento entre o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

poder público e os beneficiários diretos do programa é que as ações poderão dar condições aos catadores de conviver de forma digna na comunidade, com perspectivas de melhoria de vida. Assim, a capacidade de estabelecer práticas democráticas cotidianas poderá se consolidar em uma cultura da cidadania entre os atores sociais.

Para isso, os catadores autônomos precisam ter ciência do programa, saber que ele existe, que se identifica por um nome, conhecer seus objetivos. Os fóruns devem ser implementados de forma a abranger todos os grupos, e para isso, podem vir a ser realizados nos bairros, a fim de facilitar a participação comunitária, visando o comprometimento destas pessoas com o trabalho do poder público municipal para que se formem redes sociais.

Um aspecto que é preciso ser especialmente ressaltado, dados os objetivos da pesquisa, é que quanto maior o contato com a política pública, com a participação nos encontros e atividades propostos, maior é o conhecimento e postura crítica das pessoas entrevistadas, mesmo que seja para reclamar de falta de meios e expor necessidades, pois ao menos demonstram consciência destas necessidades e de seus direitos e assim, exercem seu poder de fala, o que se constitui em uma prática de cidadania. Indubitavelmente, os ex-catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo demonstram um maior conhecimento e visão crítica da realidade, bem como demonstram estar cada vez menos suscetíveis às manifestações da violência estrutural, possuindo sonhos e perspectivas de mais melhorias em sua qualidade de vida. Em contrapartida o grupo formado por catadores que não se encontram abrangidos pelo programa demonstram uma maior vulnerabilidade, sofrendo diretamente com a incidência da violência estrutural, restando ao largo das ações estatais desencadeadas pela política pública.

Acreditamos na premissa de que é necessário empoderar, desenvolver a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos, valorizando-se o capital social, para que estes atores, reconhecendo-se como cidadãos responsáveis, organizem-se em redes de cooperação que diminuam a violência estrutural e resultem em processos de cidadania. Poderá se estar garantindo, assim, a possibilidade de influenciar as decisões que os interessem, impulsionando o desenvolvimento endógeno de sua região e em conseqüência de seu Estado. Porém, a ação Estatal somente terá chance de realizar-se de forma efetiva e eficiente, com a participação e fiscalização da sociedade civil, a qual traz como maior contribuição o seu caráter de instrumento de reivindicação política, luta e mobilização, auxiliando de forma objetiva e direta, principalmente em âmbito local.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Assim, faz-se necessário ter a consciência que apenas os recursos à disposição do Estado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação das vulnerabilidades e de suas conseqüências, em particular a violência. Uma das possibilidades está no fortalecimento do capital social, através de estratégias que possibilitem a participação e valorização das formas de organização e desenvolvimento da sociedade civil, como forma de desenvolver a participação efetiva dos atores sociais e seus recursos na busca de soluções para os problemas.

O capital social, combinado às políticas públicas do Estado, pode gerar bem estar sócio-econômico-ambiental, dependendo da sua abrangência e da eficiência da ação estatal. Ou seja, esta situação de bem-estar poderá ser obtida em cenários ideais, compreendendo a boa funcionalidade das políticas públicas de Estado, complementadas pela existência de fortes relações sociais locais, produzindo, por conseqüência, resultados positivos para a prevenção e combate da violência estrutural.

Neste sentido a participação pode se dar em três dimensões, segundo Santos (2001): simplesmente através das políticas públicas implementadas pelo Estado; através da concentração da participação apenas do povo, pelo fortalecimento e desenvolvimento autônomo; ou então do contato com o Estado, buscando um comprometimento de valores recíprocos. Esta dimensão final nos parece voltada aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Assim, a sociedade civil organizada, ante os anseios e necessidades advindas dos seres humanos em sociedade, não supre o todo sem a presença garantista do Estado, nem este, por sua vez, consegue alcançar seus escopos naturais sem a cobrança e o controle externo exercido e desenvolvido pela sociedade civil.

Temos que a política pública adotada em Estrela tem condições de se desenvolver de maneira mais eficaz e eficiente, através de uma avaliação sistemática e do aproveitamento objetivo das ferramentas postas à disposição, como o Fórum Lixo e Cidadania. Conforme vimos, sua concepção teórica parte da composição de um fórum que agregue as lideranças locais, representantes da sociedade civil, órgãos estatais e os demais atores envolvidos na questão dos resíduos sólidos, funcionando como um grupo de trabalho responsável pela articulação de apoios e facilitador de ações voltadas para a problemática socioambiental dos resíduos sólidos (Brasil, 2003). Os fóruns, neste sentido, devem servir de espaço público,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

como palco de discussão entre os atores envolvidos buscando apontar os problemas e discutir as soluções acerca do contexto.

Pudemos observar que apenas nas primeiras edições ocorridas em 2004 buscou-se uma articulação neste sentido, com a participação de representantes de empresas, de órgãos estatais, profissionais universitários e inclusive de funcionários da Usina de Tratamento de Lixo. Porém, desde o início, não houve a participação dos catadores autônomos neste processo. A partir dos demais fóruns, e segundo verificamos na busca por um maior aporte de público, os fóruns acabaram voltando-se para o público escolar, transformando-se em ação de cunho educativo-ambiental.

Esta mudança de foco, em nosso entendimento, trouxe prejuízos para a política pública, no momento em que deixou de incluir as necessárias discussões sobre os problemas socioambientais do município com agentes institucionais e sociais com poder de promover mudanças, gerando um esvaziamento do espaço público gerado pelos fóruns.

Aqui não queremos desconsiderar a importância da educação ambiental voltada ao público escolar, a qual é fundamental e deve ser estimulada e realizada. Todavia, entendemos que este não é o objetivo do Fórum Lixo e Cidadania, que visa proporcionar um ambiente democrático propício, um verdadeiro espaço público, para as discussões e avaliações das ações desempenhadas, bem como projetando as futuras atividades e compromissos, através da representação de todos os segmentos sociais.

Assim, seria mais indicado a manutenção de realizações de amostras e ações de educação ambiental específicas ao público escolar, implementando de forma integral o Fórum Lixo e Cidadania, conforme prevê seu planejamento: como arena de discussão e troca de experiências sobre os problemas socioambientais locais com os diversos atores da sociedade e representantes de órgãos estatais. Tal ação fica longe de desenvolver toda a sua potencialidade.

Os fóruns poderiam estar desenvolvendo o conceito de cidadania através da troca de conhecimento e experiências voltadas para um objetivo comum: a busca de solução para o problema socioambiental representado pelo contexto dos resíduos sólidos em Estrela, avaliando as ações desenvolvidas através da política pública, diminuindo a incidência da violência estrutural no cotidiano dos catadores locais. Ao invés disso, as ações com os

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

catadores individuais acabam restringindo-se a visitas, realizadas conforme as necessidades apresentadas individualmente.

Outra deficiência apresentada foi a dificuldade de comunicação da equipe responsável pela política pública com os catadores autônomos, diante de uma metodologia de abordagem errada, ao tratar sobre tema considerados incompreensíveis pelos catadores, bem como pelos horários inadequados dos fóruns para este público.

As poucas reuniões efetivadas com os catadores desde o início do programa demonstram que a falta de uma avaliação sistemática, apesar da existência dos relatórios, não impede que a política seja desenvolvida, porém impede que a plenitude de suas capacidades.

Para haver a criação de uma rede social, comprometida com as questões que lhe são afetas, faz-se necessária a criação de vínculos solidários a partir das preocupações comunitárias. Daí depreende-se a importância da realização de reuniões, com o fim de criar uma identidade de grupo entre os catadores autônomos, as quais têm problemas comuns que podem ser resolvidos coletivamente: seja para pressionar o governo municipal no sentido da construção de um galpão de triagem, seja para auxiliar e assessorar este mesmo governo na criação de estratégias para a atenuação da problemática socioambiental local.

Outro problema detectado foi a descontinuidade. Desde os primeiros anos do programa diversos foram os motivos que determinaram a paralisação dos trabalhos: tanto da Usina de Tratamento de Lixo, quanto o trabalho de acompanhamento social, junto aos catadores do município. Além das paralisações, foram recorrentes as trocas da equipe de coordenação do programa, a qual além de ser insuficiente, tinha como coordenadora uma assistente social que se desdobrava diante da também insuficiente carga horária de 20 horas semanais. Entendemos que um projeto para ser tratado como política pública que realmente alcance efetividade, deve primar pela contemplação dos meios e de pessoal suficientes para sua operacionalização. A dependência em um único servidor (assistente social) é motivo de receio quanto ao futuro do programa Brasil Joga Limpo, preocupação externada pelas próprias responsáveis pelo programa.

Para a efetividade e eficiência das políticas públicas voltadas à concretização dos direitos sociais previstos no texto constitucional, é necessário o aparelhamento estatal, ou seja, que se disponha de uma estrutura organizacional capaz de permitir que tais finalidades sejam alcançadas. Em outras palavras, parece evidente ser imprescindível tanto a criação de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

estratégias dos grupos como que o Estado disponha de uma estrutura administrativa devidamente organizada e aparelhada, caso pretenda atender suficientemente às demandas e aos interesses da sociedade, prestando os serviços públicos necessários, com eficiência e qualidade aos seus cidadãos.

Por fim, o acompanhamento de todos os beneficiários e a inclusão dos catadores que ainda estão à margem da política municipal adotada pelo município de Estrela devem ser ampliados, abrindo-se espaços para discussão e aperfeiçoamento de idéias, buscando a consolidação da inserção destas pessoas na sociedade local. Além disso, a adequação, ampliação e divulgação, aliados à constante e sistemática avaliação, mostra-se de extrema importância para o estímulo à participação e conseqüente consolidação dos objetivos da política pública municipal. Assim, estas políticas preventivas poderão funcionar como forma de combate à violência estrutural.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. *"Violência e Vulnerabilidade Social"*. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). **Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana**. Madri: Comunica. 2003.

ARATO, Andrew. COHEN, Jean L. Sociedade civil e teoria social. In AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ARIOSI, Mariângela F.. Direito Internacional e soberania nacional. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 498, 17 nov. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp ?id=5942>. Acesso em: 22 jan. 2007.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Editora Globo, 1980.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **O princípio de subsidiariedade. Conceito e evolução.** Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 39-63, 2003.

BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994.

BECKER, Dinizar F. Capital Social: um "novo" (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. In **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 9, n. 1, p. 07-26, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

_____. Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12ª ed. Vol. 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BOEIRA, Sérgio Luis; FERREIRA, Elaine; CAMPOS, Lucila Maria de S. BITENCOURT, Nara Lúcia L. **Organizações de Catadores-Recicladores de Resíduos Sólidos em Florianópolis: cidadania e gestão socioambiental.** Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA454-08032006-005833.DOC> Acesso em 27 jan 2007.

BOISIER, Sergio. El desarrolo territorial a partir de la construcción de capital sinergético. In: **REDES**. Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei 203, de 1991. Institui a Política Nacional de Resíduos.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadFrame.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop_lista.asp?fMode=1&btnPesquisar=OK&Ano=1991&Numero=203&sigla=PL>. Acesso em 02 abr 2008.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Trabalho, Processo 02000.008588/2001-64**. Brasília, Distrito Federal, 2001, 5p.

_____. **Guia metodológico para implantação do Fórum Municipal Lixo e Cidadania e sistema de gestão participativa dos serviços de limpeza urbana.** Brasília, Distrito Federal, 2003, 32p.

_____. Senado Federal. **SIGA Brasil: Valores previstos no PLOA 2007 por programação.** Disponível em: <http://www8.senado.gov.br/businessobjects/enterprise 115/desktoplaunch/siga/abreSiga.do?docId=18345&kind=Webi>. Acesso em 08Jul2008.

CARMO, Maria Scarlet; OLIVEIRA, José Antônio Puppin de. Cooperativa de Catadores - relação entre semântica do lixo, significados do trabalho, inclusão social e cidadania.. In: I CADMA - Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, 2004, Rio de Janeiro. **Anais do I CADMA, 2004**. Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/SMA/SMA-010.pdf>. Acesso em 12 jan 2007.

CASTRO, Ronaldo Souza de; BAETA, Anna Maria Bianchini. Autonomia Intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 3ª. Ed, p. 99-107, 2005.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Gerência de Desenvolvimento Urbano. **Caderno de Orientações Técnico Sociais**. Porto Alegre: Julho de 2002.

_____. **Programa Brasil Joga Limpo.** Disponível em < http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/federal/lista_completa_programas/brasil_joga_limpo.asp> Acesso em 10 Nov 2007.

CHAUÍ, Marilena. "Uma ideologia perversa: Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível". **Folha de São Paulo**, 14 de marco de 1999 (Caderno Mais!, p. 5-3), 1999.

COHEN, Jean L.. Sociedade civil e Globalização: repensando categorias. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582003000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Jan 2007.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

COSTA, Marli Marlene M. da. Políticas Públicas e violência estrutural. In: LEAL, Rogério G.; REIS, Jorge R. dos (Orgs.) **Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, T.5, p. 1261-1277, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DEMO, P. **Participação é Conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1999.

ESTRELA (Município) Lei Municipal nº 3294 de 22 de dezembro de 1999. Institui o Código do Meio Ambiente do Município e dá outras providências. **Site do Município**. Disponível em <http://estrela-rs.com.br/leis/lei_3294.htm> Acesso em 23 Set 2007.

_____. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Site do Município**. Disponível em <http://estrela-rs.com.br/> Acesso em 13 de dezembro de 2007.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Plano Social e de Educação Ambiental, Programa Brasil Joga Limpo**. Estrela: 2003a. 4p.

_____. Departamento de Assistência Social. **Relatório de Atividades realizadas pelo Departamento de Assistência Social junto aos Catadores de Lixo, Mai-Dez, 2003**. Estrela: 2003b. 2p.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Plano Social e de Educação Ambiental, Programa Brasil Joga Limpo**. Estrela: 2004a. 5p.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório Final do Trabalho Técnico Social, Mai-Dez, 2004.** Estrela: 2004b.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Plano Social e de Educação Ambiental, Programa Brasil Joga Limpo**. Estrela: 2005a. 8p.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jan-Mai, 2005.** Estrela: 2005b.

_____. Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jun, 2005.** Estrela: 2005c.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jul, 2005.** Estrela: 2005d.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Ago, 2005.** Estrela: 2005e.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Set, 2005.** Estrela: 2005f.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Out, 2005.** Estrela: 2005g.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Nov, 2005.** Estrela: 2005h.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Dez, 2005.** Estrela: 2005i.

_____. Secretaria de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social do Município de Estrela (2006-2009)**. Estrela: 2006a.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Plano Social e de Educação Ambiental, Programa Brasil Joga Limpo.** Estrela: 2006b. 13p.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jan-Fev, 2006.** Estrela: 2006c.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Mar, 2006.** Estrela: 2006d.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Abr, 2006.** Estrela: 2006e.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Mai, 2006.** Estrela: 2006f.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jun, 2006.** Estrela: 2006g.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jul, 2006.** Estrela: 2006h.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Ago, 2006.** Estrela: 2006i.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Set, 2006.** Estrela: 2006j.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Out, 2006.** Estrela: 2006l.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Nov, 2006.** Estrela: 2006m.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jan, 2007.** Estrela: 2007a.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Fev, 2007.** Estrela: 2007b.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Mar, 2007.** Estrela: 2007c.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Abr, 2007.** Estrela: 2007d.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Mai, 2007.** Estrela: 2007e.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Jun-Nov, 2007.** Estrela: 2007f.

FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FRANCO, Augusto de. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: VERGARA, P. (Org.) **Desenvolvimento Endógeno – Um novo paradigma para a gestão local e regional.** Fortaleza: IADH, 2004, p. 235-261.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social. In: HARRISON E. Lawrence; HUNTINGTON P. Samuel, **A Cultura Importa**. Rio de Janeiro: RECORD, 2002, p. 155-171.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, vol. 6, nº 3, p. 167-191, 1969.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 64-89, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro:Record, 2005.

GORCZEVSKI, Clovis. Direitos Humanos, educação e cidadania. In: LEAL, Rogério G.; REIS, Jorge R. dos (Orgs.) **Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, T.5, p. 1279-1303, 2005.

HERMANY, Ricardo. O princípio da subsidiariedade e o direito social de Gurvitch: a ampliação das compatênciais municipais e a interface com a sociedade. In: LEAL, Rogério G.; REIS, Jorge R. dos (Orgs.) **Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, T.5, p. 1403-1424, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Base de informações municipais.** 2.ed. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1.Acesso em 16 Jun 2007.

_____. **Base de informações municipais.** 2.ed. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 16 Abr 2008.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 21-44.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ampliação da cidadania e participação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 11-29, jul/dez, 2000. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022000000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Dez 2006.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

_____. **Ampliação da cidadania e participação: desafios na democratização da relação poder público-sociedade civil no Brasil**. 1996. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-25102005-105004/> Acessado em: 15 Jan 2007.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise Ambiental, educação e cidadania. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 3ª. Ed, p. 109-142, 2005

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 3ª. Ed, p. 69-98, 2005.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. Violência: um Velho-Novo Desafio para a Atenção à Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro v. 29, n. 1, p. 55 – 63, 2005. Disponível em <http://www.educacaomedica.org.br/UserFiles/File/2005/ violencia.pdf.> Acesso em 06 Dez 2006.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência saúde coletiva**, v. 4, n. 1, p. 33 - 52, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413812 31999000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Dez 2006.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Dados do Brasil para a 1ª Avaliação regional – 2002 dos serviços de manejos de resíduos sólidos municipais nos países da América Latina e do Caribe.** Brasília/DF: Ministério das Cidades/OPAS, 2003. CD-ROM.

PALLIERI, Giorgio Balladore. **A doutrina do Estado**. Trad. Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1969, v. I e II.

PUTNAM. Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Fundação de Economia e Estatística: resumo estatístico RS.** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/index.php> Acesso em 08 Jul 2008.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 05-08, 2002.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**. Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela: Ontem e Hoje**. Lajeado: O Autor, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 20ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

STRECK, Lênio Luiz; BOLZAN, José Luis Bolzan de Morais. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2000.

TOURAINE, Alan. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 2ª. Ed, 1996.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desenvolvimento Endógeno: Interação das forças que governam os processos de crescimento econômico. In: VERGARA, P. (Org.) **Desenvolvimento Endógeno – Um novo paradigma para a gestão local e regional.** Fortaleza: IADH, 2004, p. 207-234.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2ª Ed, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WALDMAN, Maurício. **Natureza e sociedade como espaço da cidadania**. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla B. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003, p. 545-561.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

APÊNDICES

UNIVATES

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos Responsáveis pelo Programa (R)

- O que representa a questão dos resíduos sólidos domésticos em Estrela hoje?
- O que pensa sobre as questões ambientais atuais?
- Como vê a profissão de catador?
- Como você vê a atuação dos catadores?
- Qual a relação dos catadores com a comunidade?
- Como iniciou o Programa Brasil Joga Limpo? De quem foi a iniciativa e por quê?
- Por que ele teve uma interrupção?
- Quais são seus objetivos?
- Quem mantém o programa?
- Como funciona a UTL?
- Quem são as pessoas diretamente beneficiadas?
- Existem pré-requisitos para o catador se integrar ao Programa?
- Todos os catadores estão abrangidos? Por quê?
- Existem catadores que não fazem parte do Programa?
- Por que alguns catadores dizem que não conhecem o Programa apesar de estarem abrangidos?
- A quem é dirigido o Fórum Lixo e Cidadania, quem participa, como funciona?
- E a participação dos catadores nestes Fóruns, eles vão?
- Por que alguns catadores deixaram a UTL?
- Conhece o conceito de violência estrutural?
- Reconhece a existência de uma violência para com estas pessoas?
- O Programa está mudando a vida deles? Como?
- Tu achas que eles se dão conta desta evolução?
- Houve melhoria na qualidade ambiental na cidade de Estrela com o Programa?
- Houve melhoria na qualidade de vida?
- Quais tipos de assistências são prestadas pelo Município?
- O que achas do assistencialismo?
- Preocupa a questão de estarmos em véspera de eleição?
- O que objetiva a Secretaria do Meio Ambiente com o Programa?
- Qual a contrapartida do adepto ao Programa?
- Como o Programa Brasil Joga Limpo promove cidadania?
- Existe a capacitação de catadores, incentivo à criação de associações de catadores, trabalhadores do centro de triagem?
- Existem ações de Educação Ambiental? Quais?
- E na UTL qual a periodicidade do trabalho com eles?
- Como tu analisas o fim do programa sob a tutela federal e a adoção com política pública municipal?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

APÊNDICE B - Questionário aplicado ao grupo de Catadores autônomos abrangidos pelo Programa (CAP)

- Você é um profissional?
- O que sua família acha de sua profissão?
- O que você acha do seu trabalho?
- O que entendes por resíduos sólidos?
- O que entendes por meio ambiente?
- Você vê alguma relação do seu trabalho com a questão do meio ambiente? Você acha que contribui para o mesmo?
- Quem são, para você, as pessoas envolvidas na questão dos resíduos?
- O que você faz com os materiais coletados que não tem valor para venda?
- Onde você separa o lixo?
- Como você vê a relação do homem com a natureza?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- Cite outras formas para contribuir com o meio ambiente?
- Conhece e/ou participa de alguma ação de Educação Ambiental?
- Qual sua opinião sobre o governo fazer uma campanha para reduzir o consumo?
- Você tem alguma idéia de ação de educação ambiental em relação à questão dos resíduos sólidos?
- Conte sua história.
- O que o levou a tornar-se catador?
- Mais alguém de sua família trabalha, participa ou auxilia no mesmo ofício?
- Como percebes a atuação do Poder Público em relação aos catadores?
- Como você se vê na sociedade em relação à sua profissão de catador?
- Como é sua relação com outros catadores? Há uma definição de área?
- Como é sua relação com a comunidade?
- Você participa da vida comunitária local? De que forma?
- Participa de alguma associação de catadores (local, regional, estadual)?
- Como as pessoas podem contribuir para melhorar seu trabalho e também seu rendimento?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- As pessoas estão participando da coleta seletiva em Estrela (separam seus resíduos)?
- De quem você acha que é a responsabilidade sobre o lixo?
- Há conflitos entre o serviço da coleta e o serviço do catador?
- Como você vê a coleta seletiva? Como participa?
- Como a coleta seletiva ajuda ou dificulta a vida do catador?
- Você concorda com a forma como a Prefeitura realiza a coleta? Como poderia melhorar?
- Você conhece o Programa Brasil Joga Limpo? O que é este programa? Você participa?
- Você conhece o Fórum Lixo e Cidadania? Já participou?
- Já usufruiu de algum benefício do programa de assistência social da Prefeitura?
- Qual seu rendimento?
- Ele melhorou depois da implementação do programa?
- Quantas pessoas de sua família são seus dependentes?
- Seu(s) filho(s) estuda(m)?
- Você e sua família têm acesso à saúde?
- Você tem moradia própria?
- Você se acha contemplado pela política municipal?
- O que pode melhorou em sua vida com o programa? O que pode melhorar?
- O Programa é bom para você e sua família?
- Você a acredita que pode melhorar de vida através da catação? Quais suas perspectivas?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

APÊNDICE C - Questionário aplicado ao grupo de ex-catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo (UTL)

- O que o levou a fazer o concurso para a UTL?
- Você é um profissional?
- O que sua família acha de sua profissão?
- O que você acha do seu trabalho?
- O que entendes por resíduos sólidos?
- O que entendes por meio ambiente?
- Você vê alguma relação do seu trabalho com a questão do meio ambiente? Você acha que contribui para o mesmo?
- Quem são, para você, as pessoas envolvidas na questão dos resíduos?
- Como você vê a relação do homem com a natureza?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- Cite outras formas para contribuir com o meio ambiente?
- Você sabe ou conhece alguma lei sobre a questão dos resíduos?
- Conhece e/ou participa de alguma ação de Educação Ambiental?
- Qual sua opinião sobre o governo fazer uma campanha para reduzir o consumo?
- Você tem alguma idéia de ação de educação ambiental em relação à questão dos resíduos sólidos?
- Conte sua história.
- O que o levou a tornar-se catador?
- Mais alguém de sua família trabalha, participa ou auxilia no mesmo ofício?
- Como percebes a atuação do Poder Público em relação aos catadores?
- Como você se vê na sociedade em relação à sua profissão de catador?
- Como é sua relação com outros catadores?
- Como é sua relação com a comunidade?
- Você participa da vida comunitária local? De que forma?
- Participa de alguma associação de catadores (local, regional, estadual)?
- Como as pessoas podem contribuir para melhorar seu trabalho?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- As pessoas estão participando da coleta seletiva em Estrela (separam seus resíduos)?
- De quem você acha que é a responsabilidade sobre o lixo?
- Você concorda com a forma como a Prefeitura realiza a coleta? Como poderia melhorar?
- O que é o Programa Brasil Joga Limpo? Você participa? Como?
- Você conhece o Fórum Lixo e Cidadania? Já participou?
- Já usufruiu de algum benefício do programa de assistência social da Prefeitura?
- O seu rendimento é melhor do que quando era catador autônomo?
- Quantas pessoas de sua família são seus dependentes?
- Seu(s) filho(s) estuda(m)?
- Você e sua família têm acesso à saúde?
- Você tem moradia própria?
- Você se acha contemplado pela política municipal?
- O que pode melhorou em sua vida com o programa?
- O que pode melhorar?
- O Programa é bom para você e sua família?
- Você a acredita que pode melhorar de vida através da catação?
- Quais suas perspectivas?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

APÊNDICE D - Questionário aplicado ao grupo de Catadores que trabalharam na UTL (CTU)

- O que o levou a trabalhar na UTL?
- Por que motivo você saiu?
- O que sua família acha de sua profissão?
- O que você acha do seu trabalho?
- O que entendes por resíduos sólidos?
- O que entendes por meio ambiente?
- Você vê alguma relação do seu trabalho com a questão do meio ambiente? Você acha que contribui para o mesmo?
- Quem são, para você, as pessoas envolvidas na questão dos resíduos?
- Como você vê a relação do homem com a natureza?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- Cite outras formas para contribuir com o meio ambiente?
- Você sabe ou conhece alguma lei sobre a questão dos resíduos?
- Conhece e/ou participa de alguma ação de Educação Ambiental?
- Qual sua opinião sobre o governo fazer uma campanha para reduzir o consumo?
- Você tem alguma idéia de ação de educação ambiental em relação à questão dos resíduos sólidos?
- Conte sua história.
- O que o levou a tornar-se catador?
- Mais alguém de sua família trabalha, participa ou auxilia no mesmo ofício?
- Como percebes a atuação do Poder Público em relação aos catadores?
- Como você se vê na sociedade em relação à sua profissão de catador?
- Como é sua relação com outros catadores?
- Como é sua relação com a comunidade?
- Você participa da vida comunitária local? De que forma?
- Participa de alguma associação de catadores (local, regional, estadual)?
- Como as pessoas podem contribuir para melhorar seu trabalho?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- As pessoas estão participando da coleta seletiva em Estrela (separam seus resíduos)?
- De quem você acha que é a responsabilidade sobre o lixo?
- Você concorda com a forma como a Prefeitura realiza a coleta? Como poderia melhorar?
- O que é o Programa Brasil Joga Limpo? Você participa? Como?
- Você conhece o Fórum Lixo e Cidadania? Já participou?
- Já usufruiu de algum benefício do programa de assistência social da Prefeitura?
- O seu rendimento é melhor do que quando estava na UTL?
- Gostaria de retornar?
- Quantas pessoas de sua família são seus dependentes?
- Seu(s) filho(s) estuda(m)?
- Você e sua família têm acesso à saúde?
- Você tem moradia própria?
- Você se acha contemplado pela política municipal?
- O que pode melhorou em sua vida com o programa?
- O que pode melhorar?
- O Programa é bom para você e sua família?
- Você a acredita que pode melhorar de vida através da catação?
- Quais suas perspectivas?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

APÊNDICE E – Questionário aplicado ao grupo de Catadores autônomos não abrangidos pelo Programa (CNP)

- Você é um profissional?
- O que sua família acha de sua profissão?
- O que você acha do seu trabalho?
- O que entendes por resíduos sólidos?
- O que entendes por meio ambiente?
- Você vê alguma relação do seu trabalho com a questão do meio ambiente? Você acha que contribui para o mesmo?
- Quem são, para você, as pessoas envolvidas na questão dos resíduos?
- O que você faz com os materiais coletados que não tem valor para venda?
- Onde você separa o lixo?
- Como você vê a relação do homem com a natureza?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- Cite outras formas para contribuir com o meio ambiente?
- Conhece e/ou participa de alguma ação de Educação Ambiental?
- Qual sua opinião sobre o governo fazer uma campanha para reduzir o consumo?
- Você tem alguma idéia de ação de educação ambiental em relação à questão dos resíduos sólidos?
- Conte sua história.
- O que o levou a tornar-se catador?
- Mais alguém de sua família trabalha, participa ou auxilia no mesmo ofício?
- Como percebes a atuação do Poder Público em relação aos catadores?
- Como você se vê na sociedade em relação à sua profissão de catador?
- Como é sua relação com outros catadores? Há uma definição de área?
- Como é sua relação com a comunidade?
- Você participa da vida comunitária local? De que forma?
- Participa de alguma associação de catadores (local, regional, estadual)?
- Como as pessoas podem contribuir para melhorar seu trabalho e também seu rendimento?
- Como você pensa que a comunidade vê a profissão de catador?
- As pessoas estão participando da coleta seletiva em Estrela (separam seus resíduos)?
- De quem você acha que é a responsabilidade sobre o lixo?
- Há conflitos entre o serviço da coleta e o serviço do catador?
- Como você vê a coleta seletiva? Como participa?
- Como a coleta seletiva ajuda ou dificulta a vida do catador?
- Você concorda com a forma como a Prefeitura realiza a coleta? Como poderia melhorar?
- Você conhece o Programa Brasil Joga Limpo? Tem interesse em participar? Por quê?
- Você conhece o Fórum Lixo e Cidadania? Já participou?
- Já usufruiu de algum benefício do programa de assistência social da Prefeitura?
- Qual seu rendimento?
- Quantas pessoas de sua família são seus dependentes?
- Seu(s) filho(s) estuda(m)?
- Você e sua família têm acesso à saúde?
- Você tem moradia própria?
- Você se acha contemplado pela política municipal?
- O que você gostaria que melhorasse na sua vida?
- Você a acredita que pode melhorar de vida através da catação?
- Quais suas perspectivas?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)